

Mônica Dias Martins
(organizadora)

DEFESA DOS POVOS DO ATLÂNTICO SUL



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

José Jackson Coelho Sampaio

VICE-REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

EDITORA DA UECE

Erasmus Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduina Farias Almeida da Costa	Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão UFC
Eliane P. Zamith Brito FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça UNIFOR
Homero Santiago USP	Pierre Salama Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves USP	Romeu Gomes FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto UFF	Túlio Batista Franco UFF

Mônica Dias Martins
(organizadora)

DEFESA DOS POVOS DO ATLÂNTICO SUL



1ª Edição
Fortaleza - CE
2017



DEFESA DOS POVOS DO ATLÂNTICO SUL

© 2017 *Copyright by* Mônica Dias Martins

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará

CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893

www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmus Miessa Ruiz

Diagramação e Capa

Narcelio Lopes

Revisão de Texto

Angícia Gomes Pereira Mourão

Ficha Catalográfica

Lúcia Oliveira - CRB - 31304

D313 Defesa dos povos do Atlântico Sul / Mônica Dias Martins (organizadora). – Fortaleza: ed. UECE, 2017. 239.: il.

ISBN: 978-85-7826-520-5

1. Atlântico Sul - Aspectos sociais. 2. Atlântico Sul - Aspectos econômicos. 3. Oceanopolítica. 4. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS

CDD: 327.11635

PREFÁCIO

DEFESA E SEGURANÇA COLETIVA NO ATLÂNTICO SUL

André Roberto Martin¹

No pensamento estratégico clássico, os oceanos são classificados segundo a função que exercem na economia e na política mundiais. Nessa perspectiva, o Atlântico Sul comparece como um “vazio de poder”, uma vez que não existe, nesta “província” do espaço marítimo mundial, uma potência claramente hegemônica. Vários atores, ribeirinhos ou não, estão presentes nesse oceano, neste início do século XXI, em contraste com a *Pax Lusitania* que perdurou até o século XVIII e foi responsável pela criação da primeira “bacia oceânica” dos tempos modernos, na famosa triangulação entre Europa Ocidental, América e África Subsaariana que caracterizou a era do mercantilismo e entrelaçou, de modo indelével, os três continentes.

A coletânea que ora vem a lume é o resultado de dois anos de pesquisas (2015-2017), financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Ministério da Defesa (MD), por meio do Instituto Pandiá Calógeras. Liderado pela Professora Doutora Mônica Dias Martins, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o grupo formado por pesquisadores brasileiros e africanos teve a oportunidade de se conhecer e trocar experiências de

¹ André Roberto Martin é professor titular de Geopolítica do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

forma a mitigar as enormes lacunas de informação existentes entre uns e outros. Nesse sentido, o presente volume reveste-se de enorme valor ideológico e estratégico, uma vez que se orienta na contramão do legado colonialista que ainda não permitiu a emergência, entre nossas elites, de uma verdadeira “mentalidade marítima”, crucial para um efetivo projeto de soberania nacional.

A obra é composta de uma introdução teórica voltada a uma abordagem renovada do conceito de “defesa” e, em seguida, são apresentados nove estudos de caso que, se não cobrem a totalidade dos países banhados pelas águas calmas do Atlântico Sul, fornecem, todavia, ao leitor um panorama bastante abrangente sobre a realidade social, política, demográfica, econômica e, sobretudo, estratégica das nações em tela.

São inegáveis as dificuldades teóricas e práticas quando se trata da articulação de uma perspectiva tradicionalmente nacionalista, como são os estudos sobre “defesa”, com outra de índole regionalista, que diz respeito à formação de blocos econômicos subcontinentais (como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO – e o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL), continentais (como a Organização da Unidade Africana – OUA) e até mesmo transcontinentais (como o BRICS). A isso se soma a necessidade de uma visão totalizadora do ponto de vista da “Oceanopolítica” e que envolve o conceito de “segurança coletiva”. Desse último ponto de vista, é irrecusável a relevância da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), como primeira experiência emancipadora a unir países dos dois lados do Atlântico Sul, em recusa à militarização que as potências do Norte queriam emprestar à região, em função, notadamente, dos interesses britânicos e norte-americanos durante a Guerra Fria.

Hoje, dada a crescente importância econômica do Atlântico Sul, em razão dos ricos bancos pesqueiros e da abundante presença de petróleo, particularmente em bacias submarinas, não há como

recusar a necessidade de incremento das relações econômicas e militares entre os diversos países que compõem essa fração do espaço marítimo, já que, a partir dos Estados ribeirinhos, se definem tanto as fronteiras quanto as funções dos oceanos. Trata-se, portanto, de uma decisão eminentemente política ou, mais precisamente, geopolítica. Desse modo, deve-se considerar o espaço planetário como pano de fundo e o grande jogo pelo poder mundial como perspectiva analítica.

É por essa razão que o volume se encerra com uma reflexão sobre as grandes tendências geopolíticas mundiais, de modo a incluir a presença dos principais atores extrarregionais – Estados Unidos, Reino Unido e China –, como também vislumbrar as possíveis dissensões internas entre os países que contornam o Atlântico Sul. Recorde-se que as marcas deixadas na África pelo colonizador europeu, que explorou as rivalidades étnicas e sociais pré-existentes, criando um mosaico de fronteiras arbitrárias e um permanente estado de instabilidade política interna, ainda estão presentes. Da mesma forma, na América do Sul, ainda não foi sanada a chaga do subdesenvolvimento econômico e social bem como da subordinação ideológica, financeira e tecnológica. No entanto, se é verdade que não apenas as nações ou os continentes podem ser definidos como “comunidades imaginadas”, mas também os oceanos podem ser pensados da mesma forma, é irrecusável um fato histórico concreto: hoje, o nome Atlântico Sul possui um significado muito mais amplo do que o de ser apenas a rota por onde passa 60% do petróleo consumido na Europa e nos Estados Unidos. Ele evoca um significado político muito mais profundo, que expressa fundamentalmente a percepção que dele possuem as lideranças mais progressistas de ambas as suas margens. Para nós que vivemos acostumados a admirar esses “verdes mares”, o nome Atlântico Sul projeta, antes de mais nada, um sonho: o de que esta seja sempre uma zona de paz e cooperação entre seus povos.

Sumário

PARTE I

O conceito de defesa ampliado 13

PARTE II

Estudos de caso de países da ZOPACAS..... 21

África do Sul

Eli Alves Penha 23

Angola

Eli Alves Penha 41

Argentina

Sued Castro Lima 59

Brasil

Luís Gustavo Guerreiro Moreira 83

Cabo Verde

Ricardino Jacinto Dumas Teixeira..... 105

Cameroon

Henry Kam Kah 127

Guiné-Bissau

D'Mari Sanca

Miate Bonte Có 151

Nigeria

Herbert Ekwe-Ekwe..... 177

Serra Leoa

Maurício Vieira 205

PARTE III

Reflexões sobre as tendências geopolíticas e disputas de poder no Atlântico Sul 229

PARTE I

O CONCEITO DE DEFESA
AMPLIADO

O CONCEITO DE DEFESA AMPLIADO¹

Apesar de relativamente extensa, a literatura acerca dos dilemas e das opções que se colocam para o Atlântico Sul pouco tem se debruçado sobre o conceito de defesa, transnacional e multifacetado, capaz de abarcar a complexidade de questões advindas do relacionamento entre Estados soberanos. Uma discussão teórico-conceitual abrangente das políticas relacionadas à defesa de uma região, enquanto espaço global objeto de disputas no século XXI, pressupõe a revisão crítica de paradigmas clássicos.

O conceito de defesa não pode mais ser entendido apenas como a proteção militar de um determinado Estado, envolvendo sua soberania e seu território das agressões de forças estrangeiras, sejam essas movidas por outros Estados nacionais ou por agentes privados. As ameaças se diversificam e o objetivo da defesa amplia-se de modo a incluir o direito dos cidadãos a uma existência livre de qualquer tipo de ameaça. Os aspectos não-militares da defesa provêm, em geral, de crescentes reivindicações de segmentos sociais organizados e englobam demandas diversificadas, como, por exemplo, a preservação do meio-ambiente e das riquezas naturais, a igualdade de direitos, o desenvolvimento de atividades econômicas, a melhoria das condições de vida e a promoção de valores democráticos.

Da mesma forma que o conceito de defesa precisa abandonar perspectivas estreitas e abarcar a defesa dos seres humanos, a defesa marítima, que é parte sua, também segue essa tendência. É cada vez mais difícil distinguir as ameaças militares específicas de uma vasta gama de novas ameaças não-militares. Isto significa compreender a defesa como um empreendimento multidimensional, que diz respeito a militares e civis. Além disso, nessa abordagem ampla, estão contempladas não apenas as ameaças, mas também as oportunida-

¹ Texto elaborado por Mônica Dias Martins, coordenadora do projeto, e revisado pelos pesquisadores Luís Gustavo Guerreiro Moreira e Sued Castro Lima, tendo por base as discussões em equipe ao longo dos dois anos (2015-2017) de realização do projeto "A defesa do Atlântico Sul no contexto da Cooperação Brasil-África".

des provenientes de um oceano que passou a ser fonte de riquezas nacionais, com destaque para o petróleo e a pesca. Tais recursos, enquanto componentes da economia dos países, se constituem em importantes elementos para a defesa regional.

Impõe-se, pois, um conceito de defesa que seja claro e flexível. Claro, porque constitui o referencial teórico que norteia diagnósticos, análises e planos relativos à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), cuja criação ensejou um compromisso regional amparado em valores comuns que podem servir de base sólida para formar uma comunidade de defesa realmente integrada. Flexível, pois precisa contemplar as conexões entre a defesa *stricto sensu* e os inúmeros assuntos de defesa pertinentes à esfera civil, que incluem rotas comerciais, fluxos migratórios, gestão de portos, alfândegas, questões sanitárias e de saúde, eventos climáticos, problemas ambientais (despejo de material radioativo e lixo nuclear, lavagem de tanques em alto mar, derrame de óleos...), demarcação de mares territoriais, zonas econômicas exclusivas, exploração de recursos em *offshore* (gás, petróleo, diamante, minério...), atividade pesqueira, pesca predatória por embarcações estrangeiras, turismo, produção de sal, energia eólica ou das ondas, etc.

Tendo em vista o importante papel do fator marítimo, na configuração política e econômica da ZOPACAS, o conceito de defesa deve ser ainda suficientemente amplo para apreender a influência recíproca entre as políticas específicas voltadas à proteção do mar e o vasto leque de atividades desenvolvidas pelos países sul-atlânticos. Este duplo movimento parece essencial para a difícil tarefa de construir um pensamento estratégico de defesa comum a todos que compartilham as águas do Atlântico Sul.

Contudo, essa iniciativa depende de uma combinação de percepções por parte dos atores envolvidos: as que são imaginadas como coletivas e as usualmente identificadas como interesses nacionais. Trata-se de um jogo tenso, no qual a pretendida autodeterminação nacional parece fraquejar ou provocar disputas preexistentes frente

ao aumento da integração regional. Ora, há argumentos que apontam no sentido inverso, ou seja, a intensificação das trocas no âmbito de uma dada região ou bloco econômico, que fortalece os Estados e contribui para firmar a autopercepção das comunidades nacionais, desde que os governos façam esforços sistemáticos para reduzir as fragmentações internas. Entre essas fragmentações, avultam a disparidade espacial do desenvolvimento socioeconômico e sua correlata, a desigualdade de renda, gênero e raça. Conforme mostram os diagnósticos apresentados na segunda parte deste livro, todos os nove países examinados sofrem desta mazela.

A atenção ao fator do interesse nacional, necessário à formulação da estratégia coletiva de defesa da ZOPACAS, levou ao exame da diversidade existente em algumas das suas comunidades nacionais, caracterizadas por intercâmbios culturais e comerciais seculares, por vínculos políticos e sentimentais com suas antigas metrópoles e por adesões a distintos blocos regionais, tais como: Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO ou ECOWAS, na sigla em inglês); União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA); Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS); Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's).

Em decorrência, deu-se prosseguimento a uma abordagem comparativa transdisciplinar, amparada em conhecimentos da geografia, história, ciência política, sociologia e biologia desses países. A variedade de especializações e predileções dos pesquisadores repercutiu na escolha de enfoques e temas que se lhes afiguravam mais adequados para analisar os países selecionados. Em contrapartida, manteve-se a afinidade com o conceito ampliado de defesa, o que garantiu a unidade desta obra coletiva.

Nos estudos de caso, fica evidenciada a relevância geopolítica do Atlântico Sul, sob a perspectiva de defesa, em três esferas

conectadas – a nacional, a regional e a internacional – com destaque às relações de cooperação do Brasil com os países costeiros da África Subsaariana e da América do Sul. A descontinuidade na política externa de diversos países da região, com ênfase para a recente e profunda guinada desencadeada pelos atuais dirigentes brasileiros, representa um grave óbice para o estabelecimento de processos cooperativos entre nações sul-atlânticas e para a própria liderança brasileira no desempenho de seu papel de potência regional.

Por sua condição de ator econômico, político e militar proeminente em complexos geoestratégicos diversos, o Brasil visa expandir sua plataforma continental e, conseqüentemente, sua influência no Atlântico Sul, através do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC). Ele também vinha apostando no fomento a projetos de pesquisa científica, com o intuito de marcar presença no campo científico; no alargamento da parceria com as nações africanas, sobretudo as que integram a Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP); e na criação de uma identidade sul-atlântica. A identidade sul-atlântica, na ótica do ex-Ministro das Relações Exteriores (MRE, 2013), resultaria de um compromisso de africanos e sul-americanos, adquirindo maior importância diante das transformações em curso no plano internacional.

Seria, então, cabível falar de uma “comunidade sul-atlântica”? Inspirado no conceito de “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), o cientista político norueguês Iver Neumann (1994) argumentou que, da mesma forma que as nações, as regiões podem ser consideradas comunidades imaginadas, com atores-chave em prol da construção de uma identidade espacial comum. Geralmente, essa identidade não é forjada através de um vácuo de poder e a maneira como a região é construída afeta sua arquitetura. Os atores podem, inclusive, alterar as relações de cooperação ou rivalidade preexistentes entre os países.

Sob tal ponto de vista, além de uma comunidade imaginada de defesa, a ZOPACAS apresenta potencial para transformar o

Atlântico Sul em uma imensa região econômica, repleta de riquezas minerais, recursos energéticos e agrícolas, integrando os países membros que, juntos, possuem cerca de 800 milhões de habitantes e um produto interno bruto de quatro trilhões de dólares. No entanto, haveria que romper com os vínculos econômicos, políticos e sentimentais com as antigas metrópoles e os novos parceiros. Achille Mbembe, intelectual camaronense, observa que hoje as rotas mais fecundas religam a África à Ásia.

O maior desafio para um planejamento estratégico da defesa do Atlântico Sul, ressalta Manuel Domingos Neto (2016), é a superação da mentalidade colonial das elites políticas, econômicas, intelectuais e militares da América do Sul e da África Subsaariana. Esse pensamento elitista se revela nas críticas sistemáticas a quaisquer esforços para minimizar as desigualdades sociais internas e reorientar a política externa de alinhamento incondicional às grandes potências. Essas são duas das principais fontes de permanentes tensões domésticas, regionais e mundiais. É o que se verá na terceira parte desta obra, a qual oferece reflexões sobre as tendências geopolíticas e disputas de poder na região sul-atlântica.

O que se almeja, ao estimular o diálogo entre pesquisadores civis e militares sobre o conceito ampliado de defesa, é a revitalização de uma forma de democracia com forte participação organizada de vastos setores sociais. Esse processo, indispensável à legitimidade do Estado no âmbito doméstico e ao seu reconhecimento pela comunidade internacional, tem como pressuposto o entendimento da nação como zona de conflitos. Essa ideia, por sua vez, contraria os que pensam e agem segundo os cânones da ordem e do progresso, estabelecendo uma fórmula arguta para não diferenciar o Estado da nação. No seu discurso, são recorrentes expressões como “interesse nacional”, “projeto nacional”, “defesa nacional” e “unidade nacional”, as quais exprimem mais os anseios daqueles que dominam e menos as aspirações de coletividades. Assim, julgam poder mascarar o fato

de que os assuntos de defesa não apenas constituem um campo complexo, que exige ter em conta as acepções de colonialismo, imperialismo e nacionalismo, mas abrangem desafios estruturais quanto à liberdade dos povos e à soberania das nações.

Distanciando-se do discurso liberal eurocêntrico, a teoria crítica traz contribuições ao debate sobre os significados de nação e Estado. O poder político moderno empenha-se forçosamente na construção da nação e, nesta tarefa, conta com variados parceiros e concorrentes. Esse processo é acompanhado pela disseminação de valores inerentes à modernidade, pelo desenvolvimento de tecnologias, pela comunicação em escala e intensa o suficiente para atingir a maioria de integrantes da comunidade nacional e por grandes banhos de sangue.

A despeito de diferenciações internas – etnia, classe, gênero, religião, etc. –, o Estado persegue a consagração de símbolos nacionais capazes de desenvolver laços afetivos na população e conferir historicidade à nação, sempre imaginada como única. Em sua pretensa “missão civilizatória”, promete mudanças favorecedoras da coesão de seus membros, entre elas, a cidadania e a igualdade de direitos.

O Observatório das Nacionalidades entende a nação como uma comunidade que se reconhece, é reconhecida externamente e vive impulsionada pela lembrança compartilhada de um passado glorioso e um futuro próspero. Zona de permanentes conflitos, fruto das pressões impostas pelo Estado, a nação é uma entidade contingente, nunca concluída e em permanente tensão. Seus desentendimentos domésticos mais explosivos são a servidão, a escravidão, os privilégios geradores de desigualdades sociais e as manifestações de preconceitos. A nação não revela perda de vitalidade e persiste sendo construída na perspectiva de compor um sistema global competitivo e crescentemente integrado. Trata-se da entidade política que tanto legitima o Estado nacional quanto a ordem internacional.

Acerca da internacionalidade da nação, Anderson (2014) adverte que, ainda no final do século XIX, as experiências transcontinentais de militância política e sociabilidade cultural alimentaram ideias de nação marcadas por uma identidade internacionalista e possibilitaram a emergência de uma coordenação transglobal das lutas anticoloniais. Desafiando impérios, Cuba e Filipinas se tornaram independentes. Pela primeira vez, sociedades nacionais distantes dos centros do poder mundial influenciaram o jogo entre potências hegemônicas. Esse ponto de virada levou o inovador teórico a propor uma mudança no paradigma de como estudar os nacionalismos, ao afirmar categoricamente que nações não são identidades fixas. Ao contrário, elas estão em movimento, atravessando suas próprias fronteiras nacionais e possuindo campos gravitacionais, como, por exemplo, as forças políticas e econômicas.

Este parece um caminho promissor para os estudos sobre o poder e, conseqüentemente, para um conceito de defesa que considere seriamente os processos de formação das sociedades nacionais assim como o que se imagina ser uma comunidade sul-atlântica, seus obstáculos e suas perspectivas. Somente assim será possível formular estratégias de defesa do Atlântico Sul que, de fato, respeitem as soberanias nacionais e garantam o controle das imensas riquezas existentes em suas águas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Sob três bandeiras**: anarquismo e imaginação anticolonial. Fortaleza, São Paulo: EdUECE; EdUnicamp, 2014.

DOMINGOS NETO, M. Políticas de defesa e segurança para o Atlântico Sul no século XXI. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v.12, n. 22, p. 17 – 32, 2016.

MBEMBE, A. A era do humanismo está terminando. **Revista Instituto Humanitas Unisino**, [on line], 24 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu>>

unisinos.br/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Acesso em: 29 jan. 2017.

NEUMANN, I. B. A region-building approach to Northern Europe. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 20, n. 1, p. 53-74, 1994.

PATRIOTA, A. de A. Texto-base do discurso do Ministro das Relações exteriores. In: REUNIÃO MINISTERIAL DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS), 7., 2013, Montevideu. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/4547-vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-texto-base-do-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-montevideu-15-de-janeiro-de-2013>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

PARTE II

ESTUDOS DE CASO DE PAÍSES DA ZOPACAS



África do Sul

Eli Alves Penha¹

Apresentação

A República da África do Sul localiza-se no extremo sul da África, entre os oceanos Atlântico a oeste e o Índico a leste. Por se situar na junção destes dois oceanos, o país tem uma posição geográfica bastante estratégica, particularmente valorizada pela rota do petróleo oriundo do Oriente Médio que passa ao largo de suas costas e que tem o seu principal ponto de apoio logístico, na Cidade do Cabo. A rota do Cabo é percorrida diariamente por dezenas de navios petroleiros, correspondendo a cerca de 60% do petróleo destinado à Europa e aos Estados Unidos.

A África do Sul não só é rota obrigatória de petróleo, mas é também base de intenso comércio de matérias-primas para as economias industrializadas do ocidente. País mais industrializado da África, sua economia é amplamente diversificada, contando com aportes de capitais ocidentais, especialmente, provenientes da China, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha. Concomitante ao grande desenvolvimento industrial, a África do Sul possui importantes jazidas de ouro, diamante e minerais estratégicos, como urânio, níquel, cobre, manganês, etc. O grande desenvolvimento econômico sul-africano permitiu a este país desenvolver uma política externa relativamente independente, apesar das pressões externas e dos problemas advindos com sua política interna do *apartheid* (PENHA, 2011).

Na década de 1990, o partido do Congresso Nacional Africano (CNA) assumiu o poder, trazendo para a cena política a lendária figura de Nelson Mandela (1994-1999), como presidente da República

¹ Eli Aves Penha é doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor adjunto do Instituto de Geografia, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: elialvespenha@hotmail.com.

da África do Sul (RAS). O CNA elegeu como eixo prioritário de sua diplomacia a África e, especialmente, a África Austral, o que ficou conhecido como a política do Renascimento Africano. Com base nessa política, a África do Sul promoveria, a partir de então, sua inserção nos esquemas de integração regional, tais como a *Southern African Development Community* (SADC), e continentais, como a União Africana (UA) e o *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD).

Secundariamente, a diplomacia sul-africana procurava posicionar o país como importante ator no âmbito das relações Sul-Sul, levando a voz da África aos fóruns multilaterais. Nesse particular, este diagnóstico tem por objetivo enfatizar, conjuntamente com o levantamento dos principais aspectos sociopolíticos da África do Sul, a atuação do país no âmbito das relações regionais e a sua projeção no Atlântico Sul, através de sua participação em organismos como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e o Comitê do Golfo de Benguela, bem como suas relações com o Brasil, através do IBAS (Fórum Índia, Brasil e África do Sul) e dos BRIC's (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

O espaço geográfico sul-africano

Com 1.221.073 km², o território sul-africano caracteriza-se por uma relativa diversidade geográfica e pela ausência de rupturas fisiográficas com o resto do subcontinente, o que lhe garante acesso terrestre, sem grandes dificuldades, aos países da região. No continente, o país delimita-se com Namíbia, Botsuana e Zimbábue, ao norte; com Moçambique e Suazilândia, a leste; e com Lesoto, situado no sudeste do país (PENHA, 1998).

Como características principais do seu relevo, mencionam-se os vales do rio Limpopo (1.600 km de extensão), na fronteira com o Zimbábue ao norte; os dos rios Orange (1.860km.), o maior do país, e Vaal, seu afluente (1.200km.). Ao norte da Província do Cabo

Ocidental, a formação estépica denominada de “Karoo” encontra-se com o deserto do Kalahari entre Namíbia e Botsuana. Em termos orográficos, destaca-se a cadeia de montanhas “Drakensberg”, que se eleva em forma semicircular do nordeste do país até Port Elizabeth, ao sudoeste. A maior altitude é encontrada em Mafadi, em Kwala Zulu Natal, com 3.450 m. (PENHA, 1998).

Situada ao sul do trópico de Capricórnio, a África do Sul beneficia-se de um clima variado. No sul, predomina o tipo “mediterrâneo”, conjugados os efeitos da latitude e de altitude. Mais ensolarada, a Província de Natal, na costa oriental do país, está em parte situada na zona tropical úmida, beneficiada pelas correntes quentes do Oceano Índico (CASTRO, 1981). No interior, o árido e o semiárido predominam como clima principal.

O território sul-africano caracteriza-se, sobretudo, pelas imensas reservas de recursos naturais; no seu subsolo, encontram-se 50% das reservas mundiais de ouro, 25% das de diamantes, 69% das de platina, 82% das de manganês, entre outros minerais. Pela diversidade de suas reservas, o país não é vulnerável às constantes flutuações dos preços dos minérios, ao contrário do que ocorre com os outros países da região, cujas economias concentram-se exclusivamente em um deles.

Apesar de ser bem provida em minerais, a África do Sul defronta-se com dois desafios relacionados aos recursos hídricos: o abastecimento d'água e a geração de energia hidráulica. Devido às dificuldades em assegurar, em longo prazo, o abastecimento d'água e a geração de energia hidráulica para o país, o governo sul-africano é obrigado a recorrer a esses recursos nos países vizinhos, onde tem implantado complexos hidrelétricos nos vales do Zambeze e Limpopo. A construção de barragens e usinas, ao longo destes rios, permite a utilização de vastas áreas destinadas à produção de alimentos, graças às técnicas de irrigação moderna introduzidas pela África do Sul e, ao mesmo tempo, à utilização de imensa quantidade de energia hidrelétrica, utilizada também pelos países da região (BUTTS; THOMAS, 1986).

Para superar o problema de abastecimento hidrelétrico, o país iniciou, a partir de 1960, um programa de desenvolvimento de energia atômica, beneficiando-se das imensas reservas de urânio que possui e o permitem ocupar o terceiro lugar na produção mundial desse minério (cerca de 6.146 toneladas, em 1980). O programa nuclear sul-africano desenvolveu-se graças ao plano “Átomo para a Paz”, proposto pelo presidente estadunidense Eisenhower, em 1953, o qual previa que a tecnologia nuclear poderia ser compartilhada pelos países amigos dos Estados Unidos. Assim, um primeiro reator de pesquisa de 20 MW foi adquirido dos EUA e instalado em Pelindaba, próximo à Johannesburgo. Em 1974, foi construída em Koeberg, na Província do Cabo Ocidental, uma central elétrica nuclear mais potente, equipada com dois reatores de 900 MW que produziam, em 1992, 6% do consumo elétrico do país.

Paralelamente, o órgão encarregado da pesquisa atômica sul-africana decidiu pela construção, em 1975, de uma usina piloto de enriquecimento de urânio nas proximidades de Johannesburgo, com tecnologia alemã e francesa (VIAUD, 1983). A decisão de construir uma “dissuasão nuclear” foi tomada, no ano de 1974, em um contexto de ameaça expansionista soviética. A África do Sul pode ter realizado um teste nuclear sobre o Atlântico em 1979, apesar de o governo afirmar que o país “nunca havia realizado um teste nuclear clandestino” (VIAUD, 1983, p. 84). Seis dispositivos nucleares foram concluídos entre 1980 e 1990, mas todos foram destruídos antes de a África do Sul assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1991.

Aspectos históricos e políticos

A África do Sul é uma república presidencialista governada por Jacob Zuma, eleito em 2009. O país tem três capitais: Cidade do Cabo (legislativa); Pretória (administrativa) e Bloenfontein (judiciária).

Historicamente, a África do Sul foi formada por imigrantes holandeses e franceses huguenotes (conhecidos como “bôers” ou

“afrincânders”), que ocuparam a região do Cabo Ocidental, no século XVIII. A ocupação britânica da região do Cabo Ocidental, a migração bôer para o Transvaal, a luta entre brancos e negros pela ocupação das terras no nordeste do país, a guerra anglo-boer de 1899-1902 e a formação da União Sul-Africana, entre 1908 e 1910, são fatores do processo histórico que convergiram para a formação de uma sociedade estratificada em raças, de dominação africânder, cuja principal característica é o *apartheid*, oficializado em 1948.

O colapso do regime do *apartheid*, no final dos anos de 1980, coincidiu com o término da Guerra Fria, quando o papel de baluarte anticomunista desempenhado pela República da África do Sul (RAS) já não mais atendia aos anseios dos EUA e das demais potências ocidentais. Ao assumir o poder em 1990, o presidente Frederik De Klerk deu início ao processo de desmantelamento do sistema do *apartheid*, convocando uma nova constituinte de caráter democrático e não racial no país.

A transição para o governo de maioria negra durou quatro anos (1990-1994), de modo a assegurar que não haveria rupturas internas ou externas na nova África do Sul. Nesse ínterim, as negociações entre os diversos atores lograram construir princípios políticos e econômicos – respeito aos direitos humanos, aos valores democráticos e à boa governança política e econômica – que ajudaram a manter a coesão do tecido social e orientaram os governos do pós-*apartheid* em suas políticas internas e externas.

Em 02 de fevereiro de 1990, De Klerk anunciou a legalização de todos os partidos banidos, inclusive o CNA e o partido comunista *South African Communist Party* (SACP), com a consequente libertação de Nelson Mandela e de outros prisioneiros políticos. No mesmo ano, a Namíbia ganhou sua independência, resultado do apoio que o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA), o CNA e o governo de Cuba deram à Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, em inglês), principal grupo de oposição do país. O reconhecimento da independência da Namíbia iria ocorrer logo após a vitória acachapante das forças angolanas e cubanas na Batalha de Cuito Cuanavale

(Angola), em fevereiro de 1988, que pôs fim ao mito da invencibilidade das forças militares sul-africanas. Com a ascensão do CNA ao poder, o exército sul-africano foi obrigado a se recompor com os grupos de guerrilhas nacionalistas (a *Lança da Nação* e o *Exército de Libertação do Povo*), através da criação, em 1994, da Força Nacional de Defesa da África do Sul (SANDF, em inglês). Na atualidade, o SANDF está subdividido em quatro ramos: o exército, a força aérea, a marinha e o serviço médico sul-africano, tendo atuado como importante força de paz no continente africano.

Aspectos demográficos

De acordo com dados do instituto oficial de estatísticas *Statistics South Africa*, em 2015, a população total do país somava 55.635.654 habitantes. Do total, 44.891.603 são negros, 4.869.526 são *coloureds* ou mestiços, 4.516.691 são brancos e 1.375.831 são asiáticos, majoritariamente indianos (STATS SA, 2015).

O país tem onze línguas oficiais, distribuídas segundo a origem étnica: o inglês é a língua materna de 8% da população e o africâner (dialeto de origem holandesa) é falado por 14% dela. Zulu (22%), xhosa (17%), suazi (2%), indebele (1%), sotho meridional (7%), sotho setentrional (9%), tsonga (4%), tswana (8%) e venda (2%) são as outras línguas maternas da população do país. O inglês é falado por toda a população como segunda língua. Muitos sul-africanos negros falam as onze línguas.

A África do Sul tem uma taxa de crescimento populacional de 1,02% ao ano, a taxa de nascimento é de 16,07 nascimentos por 1.000 habitantes (ambos dados de 2016). A taxa de mortalidade é 12,6 mortes por 1.000 habitantes e a expectativa de vida ao nascer é de 53 anos para o homem e 52 anos para a mulher (STATSSSA, 2015).

A AIDS/HIV contribui muito para a queda na expectativa de vida da população. A epidemia foi agravada pela postura do governo Thabo Mbeki (1999-2008), que se negou a distribuir os medicamentos

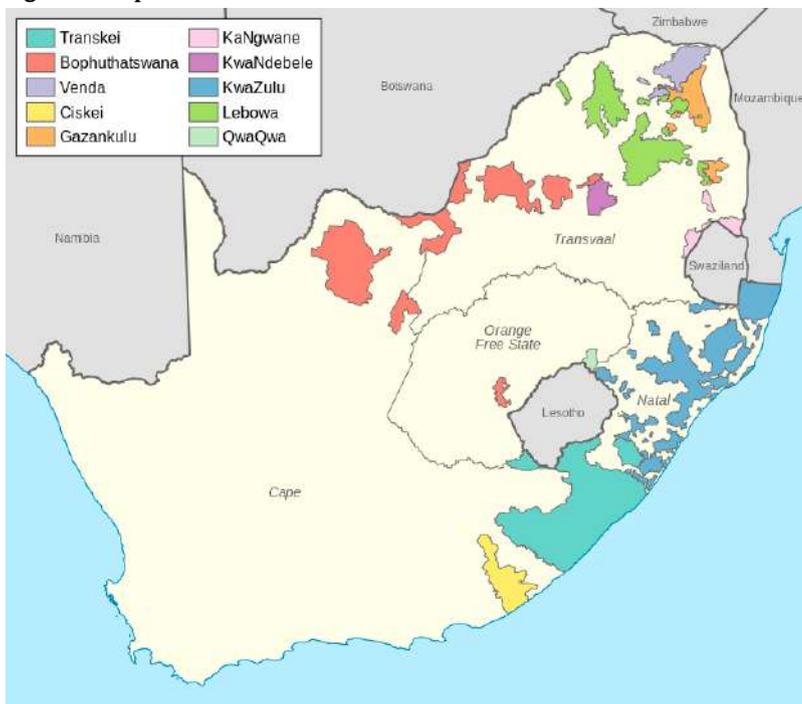
antirretrovirais à população, alegando não existir correlação entre o vírus e a doença. Um dos resultados foi o aumento exponencial da contaminação: de 0,1% da população, em 1991, chegou a atingir a extraordinária marca de 5,6 milhões de pessoas contaminadas, em 2012, o que significou um salto da taxa de contaminação da população de 9,6%, em 2001, para 11,04%, em 2012. Os dados absolutos de pessoas contaminadas com o vírus classificam o país em 1º lugar no *ranking* mundial, à frente de Nigéria, Índia, Quênia, Moçambique, Tanzânia e Uganda (BARBOSA, 2015).

As características peculiares da economia sul-africana – predominância das indústrias intensivas em capital, abundância de mão de obra não qualificada e carência de mão de obra qualificada – atingem em cheio a população negra economicamente ativa. As taxas oficiais de desemprego na RAS, que consideram apenas os indivíduos que continuam a procurar emprego (*narrow measured*), tiveram os seguintes índices: 30% em 1999-2000; 37% em 2001-2003; 26,2 % e 26,6% em 2004 e 2005; 25,5% em 2006; 24,3% em 2007; 22,9% em 2008; 24% em 2009; 23,3% em 2010; 24,9% em 2011 (BARBOSA, 2015).

A maciça imigração ilegal, oriunda de países vizinhos (sobretudo Zimbábue e Moçambique), só agravaria o desemprego na África do Sul. As desigualdades sociais e raciais, o alto desemprego, a pobreza excessiva, as péssimas condições de vida e a concentração de terras nas mãos dos brancos – tudo isso somado ao grande fluxo de imigrantes ilegais – deixariam para os governos do pós-*apartheid* o sério problema da violência no campo e nas cidades, o que, por sua vez, afugentaria o capital externo e estimularia a saída de trabalhadores qualificados brancos para os países desenvolvidos (especialmente Reino Unido, Austrália, EUA e Canadá).

No período em que vigorou o regime racista do *apartheid*, a população negra era obrigada a viver em áreas segregadas constituídas pelos bantustões, distribuídos ao longo da parte norte e sudeste do país. Extintos em 1996, os bantustões representaram espacialmente, a discriminação vivida pelos negros no país (Figura 2).

Figura 1: Mapa dos Bantustões



Fonte: Verbete Bantustão, na Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Bantust>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

Com o fim do *apartheid*, a África do Sul de Nelson Mandela passou a ser conhecida como a “nação arco-íris”, pela diversidade de raças. Porém, se antes as desigualdades eram marcadas ao longo de divisões raciais, em que a maioria negra ficava na base da pirâmide social, no período pós-*apartheid* estudiosos têm verificado uma nuance adicional: enquanto caem as desigualdades entre os grupos raciais, observa-se, cada vez mais, uma maior distância social entre os membros de um mesmo grupo racial. No caso da população negra, muitos acreditam que o aumento da desigualdade intrarracial se deveu ao fato de que as políticas de ação afirmativa criaram uma classe empresarial negra, mas não foram acompanhadas por ações sociais mais efetivas, que reduzissem a pobreza da grande maioria da população negra.

Em termos de distribuição de terras, pouca coisa mudou em relação ao período anterior: a população branca (que representa 6% da população sul-africana) detém 70% das terras agriculturáveis (BARBOSA, 2015). Alegando que não promoverá, na RAS, o confisco de terras de agricultores brancos ocorridos no Zimbábue, o presidente Jacob Zuma mantém o compromisso de Mandela de não retaliar a minoria branca. A demora em produzir resultados imediatos, que reduzam expressivamente a violência no campo, tem, contudo, provocado críticas da ala mais radical do CNA.

Desenvolvimento Econômico

A África do Sul foi um dos primeiros países a adotar medidas de substituição de importações, voltadas inicialmente para o setor de bens finais. Essa política, que começou a vigorar nos anos 1920, tornou o país vanguarda nos esquemas de protecionismo econômico que iria prevalecer no mundo dos anos 1930.

A estratégia nacional-desenvolvimentista tinha como principal objetivo promover o crescimento do capital bôer voltado ao mercado interno, em detrimento do capital britânico investido, sobretudo, no Complexo Mineral Energético. De meados dos anos 1920 até os anos 1970, a política africânder consistiu basicamente em promover a substituição de importações, o que diversificaria a produção industrial interna, e, ao mesmo tempo, em favorecer as exportações, aproveitando a grande e variada riqueza mineral do país (BARBOSA, 2015).

O fim do nacional-desenvolvimentismo ocorreu no contexto da perda de importância relativa da posição geográfica da África do Sul no contexto mundial. A crise da dívida dos anos 1980, a queda nos preços internacionais das *commodities* e o fim da Guerra Fria abalaram os alicerces que sustentavam o desenvolvimento econômico do país. O governo de transição de Frederik De Klerk sabia que

entregaria o país em séria crise financeira, provocada pela saída de capitais externos, fato que se somaria ao já grave quadro social e econômico herdado do *apartheid*. As políticas racistas em educação, saúde e moradia, ao privilegiarem a minoria branca, haviam deixado um rastro de analfabetismo e baixa escolarização entre a maioria negra que contribuíram para o alto índice de desemprego entre os trabalhadores não qualificados.

Como consequência, o país apresenta hoje um dos mais altos índices de desigualdade social no mundo. Em 1993, o coeficiente Gini da RAS havia sido de 59,3%. Em 2009, segundo os últimos dados disponíveis do Banco Mundial, esse coeficiente chegou a 61,0%, confirmando a tendência de piora da concentração de renda (BANCO MUNDIAL, 2012). Na foto abaixo, tirada pelo fotógrafo Johnny Miller, é possível ver os contrastes sociais em um bairro na Cidade do Cabo.

Figura 2: Foto aérea de um bairro da Cidade do Cabo



Fonte: Caleiro (2016).

- a) Dados macroeconômicos:
1. Principais produtos exportados: ouro, prata, carvão, diamantes e minério de ferro.
 2. Principais produtos importados: petróleo bruto, ouro, petróleo refinado, carros, diamantes.
 3. Principais parceiros comerciais (exportação): China, Estados Unidos, Índia e Reino Unido.
 4. Principais parceiros comerciais (importação): China, Alemanha, Estados Unidos, Arábia Saudita e Reino Unido.
 5. Produto Interno Bruto: UR\$ 314 bilhões de dólares (2016) e crescimento de 2,5% ao ano, de acordo com os dados do Banco Mundial. Os setores financeiros, de energia, de comunicação e de transportes são bem desenvolvidos. Em 2015, o setor de serviços representou 67% do PIB. A indústria representou 30% (incluindo mineração) e a agricultura, 2,4% (BANCO MUNDIAL, 2015).

Transportes

Em termos de transportes, a África do Sul possui a melhor infraestrutura do tipo do continente. Os serviços de transportes Transnet, com 24 mil km, operam mais da metade da rede regional de estradas de ferro, perfazendo 25% do total do continente que é de 93 mil km.

O país controla ainda os fluxos de importação e exportação, através de seu sistema portuário, e fornecem às companhias de transportes dos países da região equipamentos como máquinas locomotivas e vagões de trem. Além disso, a indústria sul-africana oferece empregos diretos a cerca de 1,2 milhões de trabalhadores dos países limítrofes e os capitais sul-africanos atuam em toda a região, principalmente na prospecção e comercialização de minérios e na geração de energia (PENHA, 1998).

Relações regionais

A África do Sul, no contexto do *apartheid*, sempre procurou se valer da interdependência assimétrica que tem com seus vizinhos, perseguindo uma estratégia cuja meta foi a de manter a dependência dos países da região à sua economia e infraestrutura. A natureza dessa relação atribuiu ao país imensos poderes que se refletiam nas políticas externas dos países vizinhos. Qualquer movimento em oposição a esse *status quo* regional era respondido com represálias, como o corte de fornecimento de energia elétrica, alimentos e equipamentos industriais assim como ataques diretos a alvos produtivos (CARDOSO, 1993/94).

A percepção estratégica da África do Sul embasava-se na premissa de que seus vizinhos e os negros do país eram inferiores e, pior, manipulados por forças externas (BOOTH; VALE, 1995). Essa interpretação, por sua vez, alimentava a percepção de que era necessário desestabilizar os países vizinhos para garantir a sobrevivência do regime racista no continente.

A desestabilização provocada pela África do Sul nos países da região resultou em mais de um milhão de mortes, no aumento da pobreza e subnutrição e na destruição de infraestrutura, redes comerciais, escolas, etc. Em paralelo, foi a responsável pela formação da “linha de frente” (agrupamento de países da região austral do continente que se uniram para fazer frente ao regime do *apartheid*) e pela consequente unidade dos países vizinhos. Foi a partir deste núcleo que surgiria a proposta para a constituição, na década de 1980, da *Southern Africa Development Coordinating Conference* (SAADC), transformada em *Southern African Development Community* (SADC), em 1992.

A assinatura do TNP foi um ato simbólico de inserção da África do Sul no contexto regional. A adesão da África do Sul à SADC, em 29 de agosto de 1994, ocorreu no mesmo ano do seu ingresso na Organização da Unidade Africana, substituída, em 2002, pela União Africana, quando o país passou a atuar de forma decisiva em vários conflitos na região. Neste aspecto, tem sido visível o esforço sul-africano de reforçar o perfil da SADC como fórum de diálogo para

dirimir crises, tendo, contudo, em mente os riscos que a escalada de conflitos significa para a estabilidade regional – momento em que, na visão sul-africana, se faz imperativa a intervenção militar regional, por intermédio das forças de paz da União Africana. A ideia é buscar uma solução africana para problemas africanos, se possível sem intervenções extrarregionais.

No âmbito econômico e comercial, em que a RAS é particularmente ativa, a diplomacia sul-africana atua para fazer da SADC uma instância conducente à integração produtiva e ao desenvolvimento econômico e social da África Subsaariana. Entretanto, as assimetrias em relação aos outros países da região são um óbice a ser enfrentado nos projetos de integração regional. No plano continental, a preocupação sul-africana com o desenvolvimento da África levaria, inclusive, Thabo Mbeki (1999-2008) a propor a criação do NEPAD como agência integrada à União Africana e responsável pela execução de programas sociais e econômicos no continente (BARBOSA, 2015).

Projeção no Atlântico Sul

Em termos de projeção marítima, a África do Sul tem um litoral de 2.798.00 km, distribuído entre os dois oceanos meridional: o Índico e o Atlântico Sul. A costa do país é, em geral, fechada e possui apenas algumas baías apropriadas para portos. Os principais portos estão em Durban e Porto Elizabeth, no Índico; e na Cidade do Cabo e na Baía de Saldanha, no Atlântico. A Baía de Saldanha é o único porto natural. A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) sul-africana, por sua vez, é bastante extensa. Inclui o mar ao redor da área continental e da ilha de *Prince Edward*, praticamente na passagem do Atlântico Sul para o Oceano Índico, totalizando 1.535.538 km².

Em termos de efetivos, as forças navais sul-africanas são as maiores da África: são compostas por 7.650 soldados; três submarinos táticos; quatro fragatas; seis vasos de patrulha; seis belonaves anfíbias; oito navios logísticos e dois antiminas (IISS, 2013).

A marinha sul-africana foi estruturada na década de 1950 como suporte para as operações da *Royal Navy*, estabelecida na base de Simonstown, na península do Cabo. O governo sul-africano foi hábil em negociar um tratado de cooperação naval com a Grã-Bretanha (que ficou conhecido como *Simonstown Agreement*), pois isso permitiu garantir acesso à tecnologia militar do Ocidente, através da OTAN, e, ao mesmo tempo, evitar o isolamento total do país no sistema internacional, apesar de sua política racista e sua condição de pária. O resultado prático foi a modernização dos portos sul-africanos, devidamente equipados com sofisticados sistemas de vigilância das rotas marítimas (PENHA, 1998).

Os sul-africanos também procuraram expandir suas bases de cooperação militar além dos acordos bilaterais com a Grã-Bretanha, convocando uma reunião dentro dos quadros do *Simonstown Agreement*, em que compareceram Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal, para uma conferência sobre a segurança das linhas marítimas que passam pelo Cabo da Boa Esperança.

O interesse do governo sul-africano em convocar essa reunião tinha que ver, em primeiro lugar, com a preservação do seu regime racista, apelando para a cooperação com os países ocidentais no sentido de evitar o isolamento do país. Uma série de acontecimentos extrarregionais contribuiu para justificar o apoio dos países ocidentais à África do Sul: a crise do petróleo de 1973 e o fechamento do Canal de Suez trouxeram à tona a questão da segurança da Rota do Cabo já que, ao mesmo tempo, ocorriam a intervenção soviética em Angola e Moçambique e a criação dos países da “linha de frente”, formada por governos pró-marxistas (DODDS, 1994).

Justificando o papel do país como baluarte na luta contra o comunismo, a África do Sul chegou, inclusive, a defender abertamente, junto aos países da região sul-atlântica e aos seus aliados americanos, a criação de uma organização militar no Atlântico Sul, semelhante à OTAN.

No período do pós-Guerra Fria e com o fim do sistema do *apartheid*, os fatores de influência sobre a projeção marítima sul-africana estão vinculados às perspectivas de promoção da cooperação naval nas águas do Atlântico Sul. Os especialistas sul-africanos projetam um sistema de defesa comum na região, no qual caberia à Marinha da África do Sul proteger as zonas de pesca e contribuir para a manutenção de paz na região. As premissas de cooperação regional são evocadas como de fundamental importância não só para os países da África Austral, mas igualmente para todo o Atlântico Sul, de acordo com os princípios previstos na ZOPACAS.

Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

A ZOPACAS foi a resposta brasileira e africana (nigeriana e angolana) ao projeto de militarização do Atlântico Sul, tal como previsto na criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), defendido pela África do Sul e a Argentina. A ZOPACAS materializou-se como resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas de nº 41/11, de 27 de outubro de 1986. O principal objetivo da resolução foi a promoção da paz e da cooperação entre os povos da região sul atlântica ou a paz como objetivo maior e a cooperação como instrumento ou meio para atingir esse fim. A África do Sul aderiu à ZOPACAS em 1995 e sediou o IV Encontro na Cidade do Cabo, em 1996. Na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores da África do Sul, Alfred Nzo, enfatizou a necessidade de fortalecer os laços entre as duas margens do Atlântico Sul como forma de consolidar os processos de paz, de cooperação e desenvolvimento na região.

Comissão da Corrente de Benguela

A África do Sul, em parceria com Namíbia e Angola, instituíram, em janeiro de 2007, a Comissão da Corrente de Benguela (CCB). Essa iniciativa multissetorial tem o propósito de promover a gestão

e proteção sustentáveis do grande ecossistema marinho, abrangido pela corrente que traz águas frias da região Antártida. O desafio principal desta comissão é inverter o processo de esgotamento dos recursos pesqueiros, no âmbito da existente política e quadros institucionais transfronteiriços, o que significa que, em vez de se gerirem recursos vivos e não vivos a nível nacional, os três países são encorajados a trabalhar em conjunto, no sentido de abordar os problemas que afetam o ambiente marinho abarcado pela gestão da área abrangida pela CCB (ANGOLA..., 2013).

Relações com o Brasil

Em termos económicos, existem muitas dificuldades para o Brasil estabelecer relações económicas com a África do Sul, principalmente, devido ao alto grau de introspecção do mercado sul-africano de bens e serviços. Em compensação, em termos diplomáticos e militares, a África do Sul tem se tornado uma das principais parceiras estratégicas do Brasil no continente africano. Os dois países têm se empenhado em atuar de forma decisiva no Atlântico Sul e, desde 2003, existe um acordo militar entre as duas marinhas envolvendo exercícios navais nas águas do Atlântico Sul (Atlasul) e, a partir de 2008, nas do Índico (IBSAMAR). As duas marinhas atuam em estreita cooperação para assegurar o livre acesso das passagens marítimas do Atlântico Sul e na proteção das suas fronteiras marítimas. Os dois países também trabalham em regime de cooperação para o desenvolvimento de armamentos como aeronaves militares de carga, veículos aéreos não tripulados (*drones*) e mísseis terra-ar (KORNEGAY, 2013).

IBAS e BRIC's

O IBSAMAR é um exercício naval que compreende as Marinha do Brasil, da África do Sul e da Índia, dentro dos propósitos de cooperação triangular conhecido como IBAS. O IBAS se constituiu como um fórum de concertação estratégica, em prol da cooperação

Sul-Sul. O fórum contempla 16 grupos de trabalho e um fundo (o Fundo IBAS), para o financiamento de projetos de cooperação em países do Sul.

Ainda seguindo essa linha diplomática de cooperação Sul-Sul, a África do Sul é admitida em 2010 no grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China), reforçando a crescente importância do país no cenário internacional e como representante africano no círculo das potências emergentes.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects: Managing Growth in a Volatile World**. v. 05. Washington: The World Bank, jun. 2012. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/840901443469752217/Global-Economic-Prospects-June-2012-Managing-growth-in-a-volatile-world.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. **Global Economic Prospects: The Global Economy in Transition**. Washington: The World Bank, Jun. 2015. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/961521443473555360/Global-Economic-Prospects-June-2015-Global-economy-in-transition.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BARBOSA, C. de A. **Os desafios da diplomacia econômica da África do Sul para a África Austral no contexto Norte-Sul**. Brasília: FUNAG, 2015.

BOOTH, K.; VALE, P. Security in Southern Africa: after apartheid, beyond realism. **International Affairs**, Coventry, v. 71, n. 02, p. 285 - 304, 1995.

BUTTS, K. H.; THOMAS, P. R. **The Geopolitics of Southern Africa**. Boulder; London: Westview Press, 1986.

CALEIRO, J. P. África do Sul volta a ser maior economia da África. **Exame**, [on line], 18 ago. 2016. Seção Economia. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/africa-do-sul-volta-a-ser-maior-economia-da-africa/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CARDOSO, F. J. A África do Sul e a metamorfose das relações regionais. **Revista Estratégia**, Lisboa, v. 10, n. 01, p. 01 - 14, 1993/94.

CASTRO, T. **África**: geo-história, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

DODDS, K. **Geo-grafos del Atlántico Sur**: el pensamiento geopolítico argentino y la política del Tratado del Atlántico Sur (OTAS). **Geopolítica**, Buenos Aires, ano 20, n. 52, p. 30 - 41, 1994.

IISS (International Institute for Strategic Studies). **The Military Balance**. London: IISS, 2013.

KORNEGAY, F. A. South Africa, the South Atlantic and the IBSA-BRICS equation: the Transatlantic space in transition. **Austral**: Brazilian Journal of Strategy and International Relations, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 75 - 100, 2013.

PENHA, E. A. A nova política externa sul-africana e suas implicações para os países lusófonos da África Austral. **Revista Africana**, Porto, n. 19, p. 139 - 152, 1998.

_____. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

ANGOLA assume direcção da Comissão da Corrente Fria de Benguela. **SAPO Angola**, [on line], 19 mar. 2013. Seção Política. Disponível em: <<http://tpa.sapo.ao/noticias/politica/angola-assume-direccao-da-comissao-da-corrente-fria-de-benguela>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

STATS SA (Statistics South Africa). **Census**, 2015. Disponível em: <<http://www.statssa.gov.za/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

VIAUD, P. La capacité et la volonté nucléaires du Nigeria. **Le Trimestre Stratégique**, Paris, s/v., s/n., p. 01 - 12, 1983.

Angola

Eli Alves Penha¹

Apresentação

A República de Angola tem uma localização estratégica na África Atlântica, posicionando-se na interface das porções continentais central e austral, duas das regiões mais ricas do continente. A longa linha de fronteira terrestre (4.837 km) delimita o país com a República do Congo e a República Democrática do Congo (RDC), ao Norte; com a Zâmbia, à Leste; e com a Namíbia, ao Sul, países ricos em recursos minerais como cobre, estanho, ouro e diamantes. A sua fachada marítima projeta-se na região do Golfo da Guiné, uma das principais áreas de produção petrolífera *offshore* de todo o planeta. Na primeira parte deste relatório, vamos apresentar e analisar as características gerais do espaço geográfico de Angola, a formação e a ocupação do território assim como os principais indicadores populacionais, econômicos e culturais do país. Em seguida, vamos analisar a inserção de Angola no contexto regional africano e as diretrizes geopolíticas do país no âmbito do Atlântico Sul, considerando as principais ameaças bem como algumas questões estratégicas relativas à sua segurança e defesa. Também analisaremos os projetos de cooperação e desenvolvimento regional, mais especificamente no âmbito do Atlântico Sul.

O espaço geográfico de Angola

O território angolano tem uma extensão de 1.246.700 km², sendo o segundo maior da África Atlântica (o primeiro é a República Democrática do Congo). Coberto pelas bacias dos rios Cuanza, Cunene, Congo, Cubango/Okavango e Zambeze, estes rios desem-

¹ Eli Aves Penha é doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor adjunto do Instituto de Geografia, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: elialvespenha@hotmail.com.

penharam papel importante na formação do território angolano, sendo até hoje potenciais fatores fisiográficos de integração regional.

O Rio Cuanza pode ser chamado de “rio da integração nacional”. Nasce na província de Bié, na região do Planalto Angolano, e deságua no Atlântico, a cerca de 50 km ao sul de Luanda. Com uma extensão de 960 km, o Cuanza é navegável por 258 km desde a foz até o interior. Neste ponto, foram construídas as barragens de Cambambe e de Capanda, que produzem grande parte da energia eléctrica consumida em Luanda. As barragens também fornecem água para a irrigação de plantações de cana-de-açúcar e outras culturas no vale do Cuanza (EMBAIXADA..., 2014).

O vale do rio Cuanza oferece o único acesso fácil ao interior do país. A região é conhecida como “o Planalto”, considerada o celeiro do país, por conta da diversidade e da grande produtividade agrícola. Com uma altitude média de 1.300 metros acima do nível do mar, a região tem como pico culminante o Morro do Môco, na Província de Huambo, a 2.620 metros de altitude.

O clima no país, por sua vez, é caracterizado por duas estações: a das chuvas, de Outubro a Abril, e a “Cacimbo”, de Maio a Agosto, mais seca e com temperaturas mais baixas.

Esses fatores fisiográficos e climáticos permitem grande diversidade na produção agrícola. Até 1973, a agricultura em Angola supria a maior parte do abastecimento interno do país. Na atualidade, entretanto, Angola tornou-se fortemente dependente de importações de produtos agrícolas, porque somente 3% das áreas cultiváveis estão sendo plenamente utilizadas, apesar de ser o 16º país do mundo em potencial agrícola. Os produtos mais cultivados hoje são milho, soja e batata, produzidos na região do Planalto, assim como mandioca (24%), feijão (17%), amendoim, massango/massambala e batata-doce, produzidos no vale do rio Cuanza. Esse rio é tão importante para a economia angolana que a moeda oficial do país tem o seu nome.

O grande fator de riqueza do país, porém, é a extração de recursos minerais, representado pelo petróleo – responsável por 85%

do produto interno bruto (PIB) – e pela produção de diamantes, em que Angola se destaca como o terceiro maior produtor de toda a África.

A previsão de crescimento do PIB em 2015, segundo o FMI, é de 5,9%, taxa maior que a de 2014 que foi de 4,8%. Além do petróleo, o setor de infraestrutura também é um grande impulsor do crescimento do PIB, graças aos investimentos em rodovias e ferrovias que foram destruídas ou desativadas no período da guerra civil. Apesar do crescimento do PIB, a taxa de desemprego continua elevada (cerca de 26%), sobretudo por conta do baixo desempenho do setor agrícola que, potencialmente, é o grande empregador de mão de obra do país.

Os cinco produtos mais exportados são petróleo bruto, gás natural, petróleo refinado, sucata de ferro e estruturas de ferro. Já os cinco produtos mais importados são petróleo refinado, grupos de geradores elétricos, carne de aves, carros e caminhões. Além da China, os principais parceiros de Angola são Índia, África do Sul, Portugal, Brasil e Estados Unidos.

A formação do território angolano

Para os angolanos, então integrados ao Reino do Congo, o primeiro contato com os portugueses foi no ano de 1482, quando uma frota comandada por Diogo Cão chegou à foz do rio Congo. Este episódio marca, na História do país, o início do longo processo de colonização, tendo o Atlântico Sul como a primeira plataforma de conquista e dominação lusitana.

Até o final do século XVIII, a presença portuguesa limitou-se somente a pontos específicos do litoral, como Luanda e Benguela, em cujos portos eram feitos o transporte regular de escravos para o Brasil. Graças às alianças articuladas com o reino congolês, o estabelecimento desses pontos estratégicos no litoral representou uma das primeiras iniciativas dos portugueses para efetivar a ocupação total do território angolano.

O desenvolvimento da economia de base escravista no Brasil significou, portanto, o impulso principal da ocupação angolana: conforme aumentava a demanda brasileira por mão de obra escrava, a penetração para o interior de Angola fazia-se cada vez mais necessária para a sua obtenção. Para isso, montou-se uma estrutura de intermediações entre os comerciantes do litoral e os pombeiros ou caçadores de escravos, que os buscavam no interior das terras de Angola. Contudo, a expansão e o domínio territorial português só iria mesmo ocorrer no contexto da “corrida ao continente africano”, sinalizada pela Conferência de Berlim, em 1884.

A Conferência de Berlim dividiu a África entre os países europeus e estabeleceu a presença militar nos locais conquistados, como requisito para a manutenção do domínio. A Inglaterra e a França ficaram com o maior número dos territórios, graças às expedições organizadas pelas sociedades de geografia de ambos os países, que ajudaram a definir, a partir do descobrimento das nascentes dos grandes rios, as “áreas de influência” sobre os territórios que caberiam a cada um deles no continente. Nessas expedições, tornaram-se célebres exploradores como Richard Francis Burton, David Livingston e Henry Stanley, da *Royal Geographical Society* de Londres, e seus trabalhos de identificação das nascentes dos rios Nilo, Congo e Zambeze.

Portugal, para não ficar muito atrás da “corrida à África” e apoiar as expedições exploratórias a esse continente, criou a Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875. Assim, entre 1877 e 1885, os geógrafos portugueses Hermenegildo Capelo, Serpa Pinto e Roberto Ivens atravessaram a África de Luanda a Tete (região central de Moçambique), mapeando os territórios e fazendo o reconhecimento dos Rios Cuango, Congo e Zambeze, que, posteriormente, serviriam como referências para os trabalhos de delimitação das fronteiras do território angolano (SOARES, 2014).

Distribuição da população

O vale do rio Cuanza e o planalto central são o lar das duas etnias dominantes de Angola: o Quimbundo (20%) e Ovimbundo (26%), respectivamente. O terceiro grupo em importância, os Bacongós (10%), vivem na costa norte do país e no enclave de Cabinda, ao norte da foz do rio Congo. Os grupos étnicos do país tornaram-se o pivô dos movimentos de libertação nacional, constituídos respectivamente pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e pela Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA).

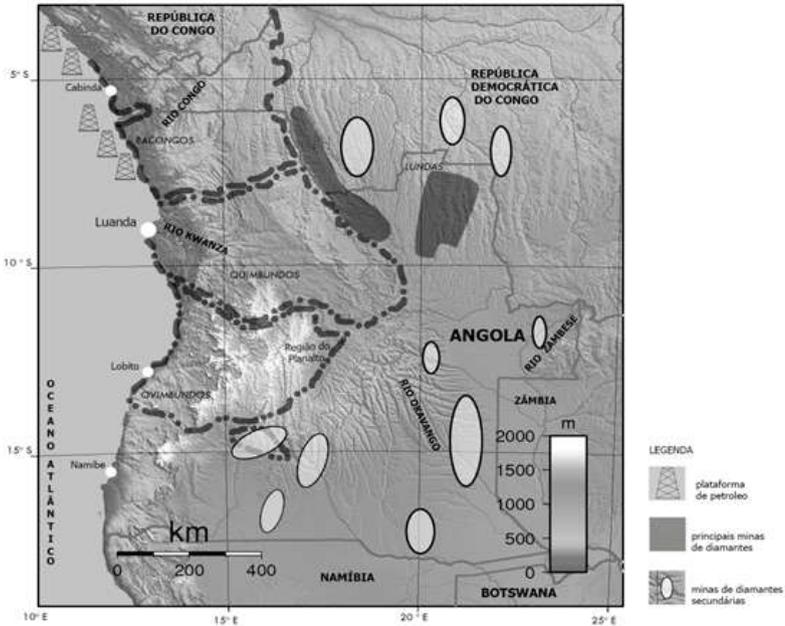
No ano da independência do país (1975), o MPLA assumiu o controle do Estado angolano e definiu, como estratégia inicial, evitar que os Bacongós e Ovimbundos partilhassem de uma fronteira comum, porque isso facilitaria uma aliança entre a FNLA e a UNITA contra o seu governo. A aliança dos dois grupos, combinando poder econômico e tamanho da população, seria um fator decisivo para tomar o Estado e conquistar a vitória.

Contudo, o governo do MPLA contava com um trunfo poderoso: dominava a capital Luanda, que havia sido sede do governo colonial e representava um poderoso centro de comando militar e administrativo. Além desse fator, contava com o apoio das tropas cubanas, altamente preparadas para atuar em palcos de guerra na África e firmemente engajadas no processo revolucionário de Angola. O resultado foi a primeira grande vitória do governo do MPLA, que obrigou o FNLA a recuar para sua base de apoio no Zaire (LACOSTE, 1995).

Ao estabelecer o controle sobre as terras Bacongós, o MPLA passou a controlar definitivamente a produção de petróleo *offshore* de Angola, ajudando o governo a obter um recurso valioso para continuar a lutar com o outro grupo rival, muito mais forte que o FNLA: a UNITA, liderada por Jonas Savimbi. Para o MPLA, a vitória sobre a UNITA era decisiva, pois significava ter o controle definitivo dos diamantes do país. Isso propiciaria ao MPLA um novo fluxo de

renda que só eles – com maior capacidade de capital e acesso a mercados externos – poderiam tocar. A figura 1 abaixo apresenta a distribuição espacial dos grupos étnicos e as riquezas minerais do território angolano.

Figura 1 – Distribuição espacial de etnias e riquezas minerais de Angola



Fonte: Lacoste (1995).

Terminada a guerra civil, a população de Angola voltou a crescer. A taxa de fecundidade do total de filhos por mulher foi de 6,0 – considerada muito alta, se compararmos com a de 1,72 do Brasil, em 2015, e com a de 1,28 de Portugal, em 2012. Em termos gerais, os resultados preliminares do primeiro recenseamento geral da população e habitação, realizado em maio de 2014, indicam que o país tem 24 milhões e 300 mil habitantes assim distribuídos: a província de Luanda concentra 26,7% da população do país (isto é, seis milhões e meio de habitantes), seguindo-se Huíla com 10%, Benguela

e Huambo com 8% cada uma, Cuanza Sul com 7%, Bié e Uíje com 6% cada uma, totalizando, estas sete províncias, uma concentração de 72% do total da população residente no país.

A província do Bengo registrou o menor número de residentes, com 1% da população, a que se seguem outras cinco com população inferior a 3% do total nacional, designadamente as do Cuanza Norte, Namibe, Zaire, Cubango e Lunda Sul. Estas seis províncias concentram apenas 11% dos residentes no país (INSTITUTO..., 2014).

Em termos linguísticos, as línguas nativas mais faladas são o Umbundo (26%), o Quimbundo (20%) e o Quicongo (10%). Embora as línguas nacionais ainda sejam as línguas maternas da maioria da população, o Português é a única língua oficial do país, sendo a primeira língua de 30% da população angolana, sobretudo na capital do país, e 60% dos angolanos afirmam usá-la como primeira ou segunda língua (INSTITUTO..., 2014).

Os principais indicadores da população são:

- a) Faixa etária da população (0 - 14 anos): 47.2%
- b) Faixa etária da população (15 - 64 anos): 50.5%
- c) Faixa etária da população (65 ou mais): 2.3%
- d) Taxa de mortalidade materna: 450 óbitos para cada 100.000 nascimentos
- e) Taxa de mortalidade infantil (0 - 11 meses): 113 por 1000 nascimentos
- f) Densidade demográfica: 15,31 hab./km²
- g) Taxa de alfabetização: 65,6%
- h) Taxa de mortalidade: 11,49/1000
- i) Taxa de migração: 0,46/1000
- j) Urbanização: 44%
- k) Maiores cidades: Luanda: 5.506.000; Huambo: 1.269.000

A posição pivotal de Angola na África Central e Austral

Posicionada entre a África Austral e Central, palcos dos principais conflitos engendrados pela “Guerra Fria”, Angola enfrenta imensos desafios para garantir sua segurança regional.

Na África Central, os 2.511 km de fronteira ao norte do país são cobertos por savanas arborizadas e desprotegidas que, no período de guerra civil, funcionou como um refúgio ideal para os ataques de retaguarda da UNITA, com o apoio do então Zaire.

Na atualidade, a região é permeada por conflitos de toda ordem, sobretudo, os humanitários. Nesse sentido, criou-se um consenso entre os países da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), entidade da qual Angola faz parte desde 1999, sobre a necessidade de reunir esforços para diminuir e solucionar esses conflitos de forma definitiva.

O exército angolano, apesar de bem treinado e comandado, está equipado com equipamento muito diverso e obsoleto. Os seus efetivos ascendem a 55 mil homens e têm destacamentos permanentes no Congo e no Congo-Brazaville.

A maior carência do exército angolano reside nos seus meios blindados, dos quais apenas 22 T-72 são relativamente modernos. Há ainda 18 T-62 e mais de uma centena de envelhecidos T-55. Os meios blindados de transporte de pessoal são da mesma época (soviética e ucraniana) e apenas são meios relativamente modernos os 62 BMP2 (de origem polaca) e os 70 BTR-80 (soviéticos). Os meios restantes (raros para um exército de 55 mil homens) são apenas 180 APCs ainda mais antigos. São estes meios blindados que a China tem se oferecido, recentemente, para modernizar ou substituir.

Na África Austral, a participação ativa de Angola junto à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, conhecida na sua sigla em inglês (SADC), criada em 1992, tem permitido boas relações diplomáticas com a África do Sul, no sentido de ambos os países trabalharem juntos para manter a região austral como zona politicamente estável e para promover o aprofundamento da inte-

gração regional. Entretanto, existe o temor de que Angola desenvolva um poder de influência regional que rivalize com o da África do Sul.

Angola é o único país da SADC que construiu seu sistema de ferrovias separado da África do Sul. Atualmente, graças aos recursos obtidos com os diamantes e petróleo, ela tem procurado obter maior influência junto ao seu *hinterland*. No concerto africano, Angola é o terceiro produtor de diamantes, com 8 milhões de quilates por ano, atrás de Botsuana e da República Democrática do Congo, em termos de quantidade, e de Botsuana e da África do Sul, em termos de qualidade.

Em parceria com a China, Angola desenvolve projetos de investimentos de bilhões de dólares em estradas e portos, exercendo um forte poder de atração sobre a Namíbia, a Zâmbia e o Zimbábue. Além disso, o país tem muito petróleo, recurso natural que a África do Sul e demais países da região não têm.

Atualmente, com 1,9 milhões de barris/dia, o país é um dos maiores produtores da África, ao lado da Nigéria e do Sudão. A localização das jazidas, somada à capacidade de produção, inseriu o país no sistema regional do Golfo da Guiné com profundos desdobramentos geopolíticos para o país.

As diretrizes geopolíticas de Angola no Atlântico Sul

Com 1.650 km de extensão, Angola tem a linha litorânea mais extensa do Atlântico africano, à frente da Namíbia (1.572 km) e da Nigéria (850 km). A sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com 518.433 km², é muito rica em petróleo, explorado em grandes quantidades na costa norte do país próximo à foz do Rio Congo, entre a capital Luanda e a província de Cabinda.

Repleta de grandes estoques de recursos pesqueiros, as águas de Angola são das mais ricas em peixes de toda a África. Duas correntes marítimas divergentes – a Corrente da Guiné, proveniente do Norte, com as suas águas quentes, e a Corrente de Benguela, vinda da Antár-

tida no Sul, de águas frias – dão origem a um forte afloramento com um ecossistema altamente produtivo para os recursos pesqueiros.

Para garantir as atividades pesqueiras em larga escala, Angola se reuniu com a Namíbia e a África do Sul e criou a Comissão da Corrente de Benguela (CCB), iniciativa multissetorial, cujo propósito consiste em promover a gestão e a proteção sustentáveis do grande ecossistema marinho, abrangido por tal corrente. Instituída em janeiro de 2007, o desafio principal dessa comissão é inverter o processo de esgotamento dos recursos pesqueiros, no âmbito da existente política e dos quadros institucionais transfronteiriços. Isso significa que, em vez de se gerirem recursos vivos e não vivos em nível nacional, os três países são encorajados a trabalhar em conjunto, no sentido de abordar os problemas que afetam o ambiente marinho abarcado pela gestão da área compreendida pela CCB (ANGOLA..., mar. 2013).

Em termos geográficos, o Golfo da Guiné se define como uma reentrância da costa ocidental da África, de contornos mal definidos, mas com características similares em termos climáticos, paisagísticos e culturais. Do ponto de vista geopolítico, passou a ser concebido como uma região rica em recursos petrolíferos que se estende desde a Nigéria até a Angola, sendo conhecida como Comissão do Golfo da Guiné (CGG).

A importância do petróleo para o desenvolvimento da sociedade angolana e o interesse nacional na sua exploração e no controle das jazidas localizadas em sua ZEE, em teoria, pressupõe que o país tende a incorporar cada vez mais a dimensão marítima na sua política de Estado, tanto na construção de meios navais próprios como na execução de políticas de segurança marítima (BENY, 2007).

Composto de 4.000 militares, 11 lanchas costeiras e quatro navios patrulhas, o efetivo naval angolano não é suficiente para garantir a segurança efetiva de seus interesses marítimos. Isso talvez explique o fato de o país buscar parceria com a Nigéria, que enfrenta as mesmas dificuldades, para fomentar uma cooperação regional em

segurança marítima. A CGG foi um dos resultados desta parceria. Sugerida pela Nigéria em 1999, a CGG só foi formalizada em 2007, tendo como principais objetivos a prevenção e a resolução de conflitos, a definição de estratégias de segurança marítima e a gestão das riquezas petrolíferas.

A iniciativa de criação da CGG representou, antes de tudo, a tomada de consciência da importância do Golfo da Guiné como produtor mundial de petróleo, implicando, conseqüentemente, um novo realinhamento político-estratégico regional e continental. Na figura 2 abaixo, aparecem os países membros da CGG formada por Angola, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, República Democrática do Congo, República do Congo e São Tomé e Príncipe. Reunindo países da África central e ocidental, a CGG produz, em conjunto, mais de 5 milhões de barris de petróleo por dia (ROYAL..., 2013).

Figura 2 - Países signatários da Comissão do Golfo da Guiné



Fonte: Elaborado pelo autor.

Angola assumiu a presidência da CGG em 2008, com o compromisso de tornar essa região um espaço geopolítico com importância estratégica no cenário da África central e continental. Esta posição angolana está totalmente afinada com o preceito da União Africana, no qual os conjuntos regionais constituem os elos essenciais para uma África integrada e solidária e também resulta de um reconhecimento internacional da capacidade do país em liderar processos de cooperação regional.

Para os países ocidentais, a principal ameaça à segurança do transporte e do abastecimento de petróleo é a pirataria. O Golfo da Guiné tem sido considerado como a região mais perigosa do mundo, devido ao recrudescimento da pirataria marítima e dos assaltos à mão armada contra os navios (GUEDES, 2013). Calcula-se que, entre 2003 e 2011, 30% dos ataques sofridos em águas africanas ocorreram no Golfo da Guiné, principalmente na Nigéria. O problema é saber até que ponto o combate à pirataria também não é uma porta de entrada para justificar a intervenção das potências mundiais na região.

Presença militar dos EUA

Cientes da importância da região para a sua segurança energética, os Estados Unidos desenvolveram um projeto denominado *Guarda do Golfo da Guiné*, prevendo que o fornecimento de petróleo africano para o país subiria dos atuais 15% para um patamar entre 25% e 35%, até 2020. Os principais objetivos deste projeto são: melhorar a segurança física dos portos da região; promover a segurança coletiva e de cooperação marítima; estabelecer uma rede de comunicações e controle dos navios e das suas movimentações (instalado nas ilhas de São Tomé e Príncipe); e exercer um controle mais direto em Angola e Nigéria, os dois grandes produtores de petróleo, com maior influência regional (GUEDES, 2013).

Apesar do interesse em Angola, os EUA nunca esconderam sua desaprovação ao governo do MPLA. Quando o presidente de An-

gola fez apelo à comunidade internacional para ajudar a reconstruir o país, logo após o fim da guerra civil, os EUA recusaram, alegando que o governo não havia sido transparente na prestação de contas referentes à produção e venda de petróleo e diamantes. A China e o Brasil, em compensação, rapidamente atenderam ao pedido de investimento na reconstrução do país. Como primeira medida, o Brasil providenciou ajuda para a conclusão da hidrelétrica de Capanda, que havia sido paralisada por conta da guerra no país (JOVETA, 2012).

Nesse sentido, a importância estratégica do Golfo da Guiné pode também ser vista no contexto mais alargado do Atlântico Sul, englobando a costa sul-americana que, em conjunto, tem se posicionado como a nova “fronteira de recursos” para o mundo industrializado. Esta fronteira está focada nas reservas de petróleo do Golfo da Guiné e da plataforma continental brasileira, estimadas em 60 a 70 bilhões de barris em cada lado (PENHA, 2011).

Outra medida militar importante dos Estados Unidos foi a criação, em 2007, do *United States África Command* ou AFRICOM. Nos documentos do novo comando, são identificados cinco grandes interesses no âmbito da estratégia americana para África: petróleo e comércio global, segurança marítima, conflitos armados, terror e doenças. Dentre os objetivos, constam combater o terrorismo e a pirataria através de exercícios navais em cooperação com as marinhas dos países limítrofes. Os EUA ainda não encontraram uma sede para esse comando, por conta da relutância dos países africanos em abrigá-lo, devido às desconfianças quanto aos seus reais objetivos (PENHA, 2011).

Presença chinesa

A grande demanda chinesa por produtos minerais pode ser apontada como um dos fatores de crescimento da economia de Angola. Em 2012, Angola era apontado como o maior parceiro comercial africano da China: o comércio bilateral atingia US\$ 25 bilhões, o que correspondia a um quarto do comércio total da China com a

África. O petróleo, nesse sentido, passou a ser o elemento chave no comércio bilateral: os créditos para as infraestruturas são revertidos em petróleo, o comércio é dominado pelas importações de petróleo e os grandes investimentos da China no país estão direcionados para a indústria petrolífera (FERNANDES, 2011).

Segundo o Ministério do Petróleo de Angola, 39% das exportações de petróleo bruto angolano foram destinadas à China em 2009 – o correspondente a 15,7% do total de petróleo importado pelo país asiático (CORKIN, 2012).

As relações Angola - Brasil

O petróleo angolano foi o principal fator de aproximação com o Brasil, no contexto da independência em 1975. Primeiro país a reconhecer o governo marxista do MPLA, o Brasil tornou-se também um dos maiores parceiros comerciais de Angola com estoque de investimentos na ordem de US\$ 4 bilhões, sobretudo na área de engenharia pesada e serviços.

As empresas brasileiras atuantes no país – Petrobrás, Vale e as construtoras Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão – são as que mais empregam funcionários angolanos, permitindo o desenvolvimento de capacidades locais e, como consequência, a melhoria da qualidade dos serviços e produtos.

A Petrobrás, graças ao seu *savoir faire* na tecnologia de exploração de petróleo em alta profundidade, tem atuado no mapeamento da camada de pré-sal de Angola, conforme pedido solicitado pelo Ministro da Defesa Van-Dunen, em 2010. O pré-sal é um conjunto de rochas sedimentares sob a camada de sal no mar, formado em condições paleogeográficas especiais no Atlântico Sul, com grande potencial para armazenamento de hidrocarbonetos. No litoral angolano, a camada do pré-sal situa-se entre dois e cinco mil metros abaixo do nível do mar e tem uma área semelhante à do Brasil, que é de 700 quilômetros de comprimento (CASTRO, 2010).

O mapeamento da plataforma continental permite provar a teoria de que as costas de Angola e do Brasil são uma espécie de espelho uma da outra, disse em entrevista à Bloomberg Domingos Cunha, responsável da Sonangol em Luanda. «Os resultados que temos até agora mostram uma qualidade do petróleo semelhante em Angola e no Brasil», disse o responsável. Segundo ele, as estimativas são de que a produção de petróleo em Angola pode duplicar nos próximos 15 anos, se o projeto pré-sal for viável, sendo a mesma quantidade esperada no Brasil – cerca de 4 milhões de barris por dia (ANGOLA..., out. 2013).

Para garantir maior controle do seu entorno marítimo, o Ministro da Defesa de Angola, João Manuel Lourenço, e Celso Amorim, Ministro da Defesa do Brasil, assinaram, em 05 de setembro de 2014, um documento intitulado de “Memorando de Entendimento Técnico”, que viabilizará o apoio da Marinha do Brasil na implementação do Programa de Desenvolvimento do Poder Naval Angolano (Pronaval). De acordo com o documento, os africanos deverão adquirir sete navios-patrolhas a serem produzidos pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) da Força Naval Brasileira.

Ainda dentro da parceria Brasil-Angola, menciona-se a participação de Angola nas atividades da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), na qual se empenhou para criar, junto com Nigéria e Brasil. Esta entidade materializou-se como resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas de nº 41/11, de 27 de outubro de 1986. O principal objetivo da resolução foi a promoção da paz e da cooperação entre os povos da região sul atlântica – ou a paz como objetivo maior e a cooperação como instrumento ou meio para atingir esse fim. Surgida no contexto da “Guerra Fria” para se opor ao projeto de militarização proposto pela África do Sul, Argentina e Estados Unidos, a ZOPACAS sofreu um forte esvaziamento desde a década de 1990, no contexto da globalização econômica.

Na década de 2000, contudo, Angola deu uma importante contribuição à revitalização da entidade ao propor a “iniciativa de

Luanda”, um conjunto de eventos governamentais que desembocaria na VII Reunião Ministerial, ocorrida na capital angolana, nos dias 18 e 19 de junho de 2007. No documento apresentado no final da reunião, além de revitalizar os objetivos anteriores, pleiteou-se a reforma do Conselho de Segurança da ONU, para torná-lo mais representativo dos países em desenvolvimento e um regime comercial global mais justo e equitativo. Nesse aspecto, os 24 países reconheceram o potencial para o comércio dentro da ZOPACAS e se mostraram dispostos a enviar esforços para aumentar os fluxos de investimentos entre as duas margens do Atlântico Sul. Também se sublinhou “direitos inalienáveis” na reserva de recursos para a pesquisa, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos (PENHA, 2011).

A sobrevivência da ZOPACAS vai depender, em grande medida, da capacidade dos países lindeiros em fusionar o Atlântico Sul numa mesma dimensão estratégica. Os dispositivos militares postos em prática pelos EUA, como o AFRICOM e a IV Frota, apesar de garantir a segurança energética deles e dos europeus, contribuem para fragmentar as linhas de ação estratégica dos países do Atlântico Sul. Com isso, desenvolver um pensamento estratégico uniforme será efetivamente uma tarefa complexa, ainda mais se considerarmos a obsolescência das marinhas dos países da região (PENHA, 2011).

Apesar destas dificuldades, a ZOPACAS revitalizada pode se constituir num fórum privilegiado de reflexões e ações, não só relativo aos esforços de integração regional, mas como meio de assegurar a defesa e segurança dos países sul atlânticos. A proposta do ministro Celso Amorim de organizar ações que visam fortalecer a cooperação em matéria de defesa é um primeiro passo de um longo caminho para transformar o Atlântico Sul numa bacia de segurança. Um segundo passo é tornar a ZOPACAS o fórum central de articulação entre as organizações regionais de todo o Atlântico Sul, envolvendo MERCOSUL, CEEAC, CDAA-SADC e CEDEAO. O resultado seria a formação de uma bacia econômica no Atlântico Sul, tendo Angola

e Brasil como grandes protagonistas deste novo bloco de poder no mundo pós-globalizado.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA assume direção da Comissão de Corrente Fria de Benguela. **SAPO Angola**, [on line], 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://tpa.sapo.ao/noticias/politica/angola-assume-direccao-da-comissao-da-corrente-fria-de-benguela>>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- ANGOLA aposta forte no Pré-Sal. **Angonotícias**, [on line], 31 out. 2013. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/40404/angola-aposta-forte-no-pre-sal>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BENY, E. **A nova geopolítica do petróleo**: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné. Lisboa: Imbondeiro, 2007.
- CASTRO, E. Angola quer ajuda da Petrobrás para mapear pré-sal africano. **Agência Brasil**, [on line], 20 set. 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-09-20/angola-quer-ajuda-da-petrobras-para-mapear-pre-sal-africano>>. Acesso em: 04 mar. 2016.
- CORKIN, L. O Eximbank da China em Angola. **International Centre for Trade and Sustainable Development – ICTSD**, [on line], v. 08, n. 07, s/p., 13 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/o-eximbank-da-china-em-angola>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- EMBAIXADA de Angola. **Geografia de Angola**, 2014. Disponível em: <<http://www.angolanembassy.gr/Portugues/GEOGRAFIA.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- FERNANDES, C. Contributo de Angola para a segurança chinesa. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 128, p. 159-182, 2011.
- GUEDES, H. P. P. Pirataria marítima fora de controle no Golfo da Guiné. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 133, n. 07-09, s/p., 2013.
- INSTITUTO Nacional de Estatística. **Censo**, 2014. Disponível em: <<http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- JOVETA, J. **Política Externa de Angola**: Novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LACOSTE, Y. (Dir.). **Dictionnaire de Géopolitique**. Paris: Flammarion, 1995.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Rui P. A nova realidade da presença chinesa em Angola e suas implicações para Portugal. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 128, p. 183-214, 2011.

ROYAL Institute of International Affairs – RIIA. **Angola e o Golfo da Guiné Rumo a uma Estratégia Marítima Integrada**, nov. 2012. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/1112confreport_portuguese.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SOARES, F. M. **Acordo sobre a delimitação da fronteira de Angola**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2014. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00111>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

ARGENTINA

Sued Castro Lima¹

Breve histórico do país

Até o ano de 1516, quando se iniciou a colonização espanhola de seu território, a Argentina era habitada por povos indígenas. A exemplo do que ocorreu em outras regiões da América, a presença dos europeus naquele território por eles desconhecido significou o começo da catequização, da conversão religiosa compulsória, da escravização e do extermínio dos nativos querandis, guaranis, charruas e quíchuas, que passaram a ser compulsados a trabalhar em diversas atividades, mais especificamente, na exploração de minérios que eram abundantes nas localidades em que, então, se iniciava a colonização espanhola.

O país somente conseguiu alcançar a independência política em 1816, na esteira da Revolução de Maio, que derrubou o vice-rei espanhol. Dez anos antes, tiveram os argentinos que enfrentar uma tentativa de invasão inglesa e diversos conflitos com indígenas, que resistiam ao trabalho escravo.

No ano de 1853, foi proclamada a primeira Constituição, que perdura até os dias de hoje, apenas com algumas modificações feitas no ano de 1994. Foram recorrentes os conflitos internos, envolvendo liberais civis e conservadores militares. Figura de destaque na trajetória histórica da Argentina, o Coronel Juan Domingos Perón, eleito presidente em 1946, foi deposto e exiliado por um golpe militar em 1955, tendo retornado ao país em 1973, quando governou até a sua morte em 1974.

De junho de 1966 a dezembro de 1983, o governo passou por largos períodos de controle militar, caracterizados por desmesurada violência contra a população, desorganização da economia, desmontagem do sistema educacional e, por fim, promoção de uma

¹ Sued Castro Lima é coronel-aviador reformado, pesquisador do Observatório das Nacionalidades e editor da revista *Tensões Mundiais*. E-mail: suedlima@uol.com.br.

guerra contra a Grã-Bretanha que levou o país a uma vergonhosa derrota e à aceleração do fim do regime de exceção.

Organizações não governamentais argentinas e entidades internacionais de defesa dos direitos humanos estimam que, entre 1976 e 1983, cerca de 30 mil pessoas – entre elas, crianças e idosos – foram assassinadas pela ditadura militar das formas mais bárbaras possíveis (PALACIOS, 2009).

De 1983 a 1999, o país viveu um período de razoável estabilidade institucional, sob o comando de dois políticos: Raúl Alfonsín e Carlos Menem. Seguiu-se novo intervalo de instabilidade, quando cinco presidentes se revezaram em tempo inferior a quatro anos. A partir de 2003, o país passou a desfrutar de razoável equilíbrio democrático, em que pese o fato de que, com as eleições de novembro de 2015, profundas alterações de postura política interna e externa venham sendo implementadas, em decorrência do sufrágio do conservador Mauricio Macri para suceder a presidente Cristina Kirchner, que então completava 12 anos da dinastia Kirchner.

Sistema político e partidário

A Argentina é uma república federativa composta por 23 províncias e uma cidade autônoma, que é sua capital, Buenos Aires.

Os partidos políticos são constituídos com grande liberalidade, o que explica a atual existência de cerca de 710 diferentes agremiações partidárias. Todavia, para que tenha condições de apresentar candidato à presidência da nação, é necessário que o partido tenha pelo menos 4 mil filiados, em pelo menos cinco distritos diferentes (ALVES, 2010). Esta e outras exigências fazem com que poucos partidos tenham condições de lançar candidatos, privilégio atualmente restrito a apenas quatro ou cinco deles.

Presentemente, os principais partidos argentinos são a União Cívica Radical, fundada em 1891, membro da Internacional Socialista e tida como o partido político representante das classes médias mais

antigo das Américas; o Partido Justicialista, que reúne os peronistas; e a Proposta Republicana, ao qual pertence o atual presidente, Maurício Macri.

Desde 1994, o presidente e vice-presidente são escolhidos em eleições diretas para um mandato de quatro anos, com a possibilidade de uma reeleição para o período seguinte (ARGENTINA, 1853)². As próximas eleições deverão ocorrer em outubro de 2019.

Legislativo

O congresso argentino é bicameral, composto pelo Senado da Nação, com 72 representantes, e pela Câmara de Deputados, com 257 representantes.

O senado é presidido pelo vice-presidente da República e seus membros são eleitos por períodos de seis anos, sendo três por província e três pela capital federal, computando o total de 24 distritos eleitorais. As eleições ocorrem a cada dois anos para um terço dos mandatos da casa. O partido que obtenha a maior quantidade de votos assegura duas das três cadeiras de cada província. A terceira será destinada ao partido que ficou em segundo lugar.

Os deputados são eleitos através do sistema de representação proporcional. Por ser a mais populosa, a Província de Buenos Aires é a que mais deputados elege, em número de 70. A cidade de Buenos Aires, capital federal, elege 12 deputados. Metade da câmara dos deputados é eleita a cada dois anos, para mandato de quatro anos. Entre suas funções, figuram as de legislar sobre recrutamento de tropas, analisar projetos de lei de iniciativa popular, julgar processos tributários, votar a legislação geral do país, fiscalizar o poder executivo e acusar, em julgamento político, perante o senado, presidente, vice-presidente, chefe de gabinete, ministros do poder executivo e membros da corte suprema (ARGENTINA, 1853).

2 Cf. *Constitución de la Nación Argentina*, sancionada pelo congresso constituinte em 1º de maio de 1853 e reformada pelas convenções de 1860, 1866, 1898, 1957 e 1994.

As eleições parlamentares de outubro de 2015 determinaram a atual composição do congresso argentino, que passou a ficar assim constituído:

Quadro 1 – Composição do congresso argentino, a partir das eleições de 2015

Coligação	Partidos	Senado	Câmara de Deputados
Frente para a Vitória	Partido Justicialista, Frente Grande, Partido Intransigente, Partido Comunista	42	83
Cambiemos	Proposta Republicana, União Cívica Radical, Coalização Cívica, Peronismo Federal	22	126
Unidos por uma Nova Alternativa	Frente Renovadora, Partido Demócrata Cristão, União Popular,	3	36
Progressistas	Partido Socialista, Partido Socialista Autêntico, Geração para um Encontro Nacional, Movimento Polo Social	3	8
Frente de Esquerda e dos Trabalhadores	Partido Obrero, Partido dos Trabalhadores Socialistas, Esquerda Socialista	0	4
Movimento Popular Neuquino		2	0
TOTAIS	72	257	

FONTE: Site do *Congreso de la Nación Argentina*. Disponível em: <www.congreso.gov.ar/>. Acesso em: 09 mar. 2017.

Judiciário

O embasamento constitucional argentino está fundamentado no diploma consagrado em Santa Fé, no dia 1º de maio de 1853, pelo Congresso Geral Constituinte, e, ao longo de sua vigência, poucas alterações sofreu. O poder judiciário é exercido pela Corte Suprema de Justiça e pelos demais tribunais inferiores. Em nenhum caso, o presidente pode exercer funções judiciais.

As nomeações de juízes são feitas com base em uma lista de três candidatos proposta pelo Conselho da Magistratura, órgão

renovado periodicamente, de modo a acompanhar o equilíbrio entre a representação política resultante da eleição popular, constituído por juizes de todas as instâncias, advogados e pessoas do meio acadêmico e científico, sendo que seu tamanho e estrutura são definidos pela lei especial que o regula (ARGENTINA, 1853).

Os juizes da Corte Suprema e dos tribunais inferiores da nação detêm seus cargos desde que mantenham um bom padrão de conduta. Eles podem ser removidos de suas funções devido a mau desempenho funcional ou por crimes comuns, a partir de decisão tomada por um júri integrado por legisladores, magistrados e advogados registrados.

Cabe ao poder judiciário de cada província a administração da justiça comum dentro do território provincial, enquanto a justiça nacional é exercida pela Corte Suprema e tribunais inferiores da nação, nos casos relacionados a assuntos regidos pela Constituição e pelas leis da nação.

Economia

A economia argentina é uma das maiores da América Latina, muito embora venha passando por graves turbulências nos últimos anos.

O período mais crítico ocorreu durante os sete anos de ditadura militar (de 1976 a 1983), quando a dívida externa subiu de US\$ 8 bilhões para US\$ 45 bilhões; a inflação anual atingiu a fantástica marca de 343%; a pobreza disparou de 5% para 28% da população; e a participação da indústria no produto interno bruto (PIB) caiu de 37,5% para 25% (PALACIOS, 2009).

Com a chegada do peronista social democrata Néstor Kirchner à presidência, em maio de 2003, e a gerência da economia entregue ao ministro Roberto Lavagna, a Argentina conseguiu renegociar sua dívida com um grande desconto (66%) na maioria dos títulos (LEÃO, [2014?]), pagou as dívidas com o Fundo Monetário Internacional

(FMI), renegociou contratos com concessionárias e nacionalizou algumas empresas anteriormente privatizadas (ARGENTINA..., 2006). Kirchner administrou o país com uma efetiva política de rendimentos e vigorosos investimentos em obras públicas.

Néstor e sua esposa, Cristina, eleita sua sucessora, fizeram a economia argentina se expandir a um ritmo de mais de 8% ao ano, conseguindo fazer a proporção de pobres cair em mais de 34%. O governo argentino, durante o período de 2002 a 2011, conduziu esforços para recuperar sua capacidade de intervir de maneira efetiva na economia, realizando um processo de redução do endividamento externo, expansão da renda nacional, redução dos índices de pobreza e indigência, proteção das atividades dinâmicas nacionais e redução drástica dos níveis de vulnerabilidade cambial do país. A distribuição de renda passou por forte melhora graças às altas taxas de crescimento, à criação de emprego e à recuperação salarial (CONCEIÇÃO, 2013). Na última década, a classe média argentina destacou-se por ter sido a que mais cresceu entre as dos países latino-americanos. O país vinha sendo considerado uma das principais economias emergentes e uma das que mais se desenvolviam no mundo, com exportações que chegaram ao recorde histórico U\$ 84,3 bilhões, em 2011, um aumento de 24% em relação ao ano anterior (BANCO MUNDIAL, 2012).

Com o PIB em queda desde 2014, projeções do FMI indicam que a Argentina viveu mais um ano de retração em 2016, primeiro ano do governo Macri, devendo atingir o percentual de crescimento negativo, da ordem de 1,5% (em 2015, último ano da gestão de Cristina Kirchner, foi de 2,1% positivos). Com inflação elevada (acima de 30%) e desemprego oscilando entre 7,1%, em dezembro de 2015, e 8,5%, no período de um ano, o mau resultado da economia recebeu a contribuição de medidas recessivas adotadas por Macri, como aumento da energia elétrica, em valor médio de 250%, de passagens de transportes urbanos em 100% e de gás de consumo doméstico em 285%. Durante os nove anos que antecederam à chegada de Macri

ao poder, os argentinos haviam conhecido índices recordes de crescimento, da ordem de 8 a 10% (POZZI, 2016).

A composição da economia é bastante diversificada, com ênfase nos setores agropecuário, industrial e de turismo. As maiores produções agrícolas são de trigo e soja, com seus derivados. Seus principais produtos industrializados são automóveis, bens de consumo, alimentos processados, metalurgia, química e têxteis. No que diz respeito ao turismo, a receita que advém dessa atividade equivale a 7,7% do PIB do país.

Em termos de PIB, o país atinge valores equivalentes a pouco menos de um terço do brasileiro: são US\$ 583 bilhões para US\$ 1.775 bilhões. Contudo, está melhor posicionado no que diz respeito ao PIB per capita, em 51º lugar na classificação mundial, com US\$ 13.432, enquanto o Brasil se coloca na 77ª posição, com US\$ 8.538 (BANCO MUNDIAL, 2012). A Argentina é o terceiro principal parceiro comercial do Brasil, atrás de China e EUA.

Geografia

A Argentina possui o segundo maior território (2,78 milhões de km²) da América do Sul e o oitavo do mundo.

Dominando geograficamente a região austral do subcontinente, a Argentina faz fronteira com cinco países: Chile, a oeste; Paraguai e Bolívia, ao norte; Brasil e Uruguai, a nordeste. Contido entre a Cordilheira dos Andes a oeste e 5 mil quilômetros de litoral a leste, seu território se caracteriza por extensas planícies nas regiões central e norte, planalto na região sul e montanhas nas cordilheiras, que se estendem por todo o limite oeste do país.

Em consequência da configuração de seu território, que se alonga no sentido norte/sul, possui uma variação climática importante. No norte, predomina o clima subtropical (quente e úmido); o temperado, no noroeste e região central, com a estação chuvosa se estendendo de outubro a março; e o árido frio ao sul, onde as chuvas

são escassas durante todo o ano, o inverno é seco, ensolarado e com muitos ventos e o verão é suave. No extremo sul, onde se localiza a Patagônia, com sua paisagem exuberante, formada por florestas, geleiras e lagos, o clima é o subpolar.

Em outra avaliação geoeconômica do território argentino, é possível afirmar que a região dos Andes, além de pouco povoada, dispõe de escassos recursos minerais conhecidos. O Chaco, uma planície isolada do resto do país, com um severo clima semitropical, em que se alternam períodos de inundações e de secas, é também pouco povoado e tem atividade econômica reduzida. A extensa área situada entre os rios Paraná e Uruguai compõe uma planície também pouco povoada, sendo sua importância estratégica derivada do fato de ser a única fronteira com o Brasil e também por ter acesso às hidroelétricas de Itaipu e de Yacyretá. A Patagônia, com 25% do território, mas apenas 2% da população, concentrada nos vales do norte, possui um clima de grande aspereza e sua importância estratégica deriva das pretensões argentinas ao continente antártico. Por fim, a mais importante de todas as regiões, os Pampas, onde se situa Buenos Aires, abriga 70% da população e quase toda a indústria e agricultura do país.

População

Contando com 41,5 milhões de habitantes, a Argentina possui a terceira maior população da América do Sul, depois do Brasil e da Colômbia. A densidade demográfica é relativamente baixa (14 hab/km²) e 63% de seus habitantes situam-se em faixa etária inferior a 40 anos.

Pesquisas genéticas recentes sobre a população argentina apontaram a seguinte composição étnica: 65% de origem europeia, 31% indígena e 4% africana.

Suas principais cidades são:

Quadro 2 – Dados demográficos de cidades argentinas

Posição	Nome	Região	População
1	Buenos Aires	Leste	2.891.082
2	Córdoba	Centro/Norte	1.372.000
3	Rosário	Centro/Norte	1.242.000
4	Mendoza	Oeste	885.434
5	San Miguel de Tucumán	Norte	789.000
6	La Plata	Leste	732.503
7	Mar del Plata	Leste	604.563
8	Salta	Norte	516.000
9	Santa Fé	Centro/Norte	493.000
10	San Juan	Oeste	453.229

Fonte: Verbete Demografia da Argentina, na Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_da_Argentina>. Acesso em: 31 jan. 2017.

Indicadores sociais

Acontecimento deveras insólito, a partir de 2013, o governo da presidente Cristina Kirchner passou a não mais divulgar os indicadores de pobreza do país. O índice somente voltou a ser conhecido no segundo semestre de 2016, já no governo Macri, quando se verificou que o percentual subira drasticamente, de 5,4% para 32,2%. Os críticos de ambos os lados apontam responsabilidades recíprocas: do governo atual, vem a acusação de que as estatísticas anteriores eram manipuladas para esconder os dados reais; de seus oponentes, a denúncia de que a explosão da pobreza se deve às políticas de austeridade adotadas recentemente e que somente nos últimos nove meses surgiram mais de 500 mil novos desempregados, enquanto 5,3 milhões de argentinos ingressaram no mais baixo nível da escala social do país (CARMO, 2016).

Na tabela abaixo são apresentados alguns índices sociais da Argentina e do Brasil, para fins de avaliação comparativa:

Quadro 3 – Índices sociais de Argentina e Brasil

Indicadores	Argentina	Brasil
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH 2014 (da ONU)	Posição 40º	Posição 75º
Índice de Percepção de Corrupção – IPC 2015 (da Transparência Internacional)	107º lugar (com viés de piora)	76º lugar (com viés de piora)
Índice GINI (ONU) (quanto maior o valor numérico pior a situação do país)	44,5	54,7
Expectativa de vida (Banco Mundial)	76,16 anos (In-dexmundi)	74,4 anos (IBGE)
Índice de pobreza	32,2% (1)	18%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e Censos (Indec).

A tabela indica que, dos cinco critérios considerados, a Argentina se sai melhor que o Brasil em três. Os dois países passaram pela experiência recente de serem dirigidos por governos de centro-esquerda, que os fizeram galgar posições em diversos indicadores econômicos e sociais, mas descambar no quesito corrupção.

Todavia, o que se tem claro é que ambos os países pontuam burguesias cronicamente atrasadas, que bloqueiam a ação de governos progressistas nas tentativas de diminuir as gritantes diferenças sociais. No período colonial, tanto a sociedade argentina como a brasileira apresentaram aspectos regionais dissonantes. No interior, formaram-se sociedades de castas, fortemente diferenciadas, em que fazendeiros brancos compunham o topo da pirâmide, enquanto os camponeses mestiços eram mantidos em condições servis. A população negra, escassa na Argentina e mais numerosa no Brasil, era mantida na sua quase totalidade no cultivo da terra ou em serviços domésticos.

Com relação à divisão étnica, é comum se pensar que na Argentina não existem negros. Os descendentes de escravos argentinos sofreram historicamente um processo de discriminação de tal ordem que se envergonham de aceitar suas origens. Essa população, estimada em 4,3% dos argentinos, pelo Centro de Genética da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires, é vítima de um secular

e cruel processo de ocultamento que faz com que poucos tenham tido a oportunidade de conhecer a trajetória de seus antepassados.

Merece registro a teoria desenvolvida durante a segunda metade do século XIX, segundo a qual a Argentina, com sua população majoritariamente europeia e dispondo de um grande e rico território, estaria fadada a um “destino manifesto”, nos moldes de crença semelhante difundida nos Estados Unidos. A suposição teve fácil aceitação nos círculos mais abastados da sociedade argentina que com ela desenvolveram teorias sobre superioridade da raça branca em relação aos povos supostamente inferiores do subcontinente, cabendo aos brancos constituir um Estado hegemônico na América do Sul (ARANHA, 2014).

A realidade não cumpriu o sonho.

Cultura

O idioma oficial do país é o espanhol. Todavia nas províncias do norte, de Chaco, Formosa, Misiones, Santiago del Estero e Corrientes, são também faladas as línguas guarani, quéchua e aimara.

O país é predominantemente católico-romano (78%), muito embora a maioria não seja frequentadora regular da igreja. Os protestantes são 2% dos habitantes do país. A população de judeus, também de 2%, concentra-se em Buenos Aires. É a segunda maior nas Américas, perdendo em número apenas para a de Nova York. A Argentina também tem a maior população de muçulmanos na América Latina. Reproduzindo um fenômeno que se verifica em outros países americanos, constata-se, nas últimas décadas, um aumento significativo de evangélicos (USA, 2004).

O índice de alfabetização na Argentina, com 97,9%, é superior ao do Brasil, com 91,3%. Isso comprova a tese segundo a qual o sistema educacional argentino é o mais avançado e progressista da América Latina, condição reconhecida e destacada por organismos

internacionais, como a UNESCO e a UNICEF. O país conta com cinco ganhadores do Prêmio Nobel: Luis Federico Leloir, Bernardo Houssay e César Milstein nas áreas de ciências, e Carlos Saavedra e Perez Esquivel do Nobel da paz.

Enquanto, no Brasil, as primeiras instituições de ensino superior somente vieram a ser criadas a partir 1808 e a primeira universidade de caráter permanente (Universidade Federal do Rio de Janeiro) tenha sido inaugurada em 1920, a Argentina passou a contar com uma universidade em 1613, criada e dirigida por jesuítas e dominicanos. Desde meados do século XIX, o sistema educacional como responsabilidade do Estado tornou-se disposição constitucional, ao determinar o caráter obrigatório, estatal e laico da educação nacional (O SISTEMA..., [2009?]).

Hoje, a Argentina conta com 39 universidades públicas e 44 universidades privadas. A educação básica primária e secundária é gratuita e obrigatória, prolongando-se por nove anos. O bem-sucedido sistema foi implementado pelo presidente Domingo Faustino Sarmiento (1868 - 1874), que fomentou a imigração de educadores europeus, construiu escolas e bibliotecas em todo o país e dobrou o número de matrículas durante seu mandato (O SISTEMA..., [2009?]).

No campo das artes, em todas suas manifestações, os argentinos sofreram influência marcante de europeus. Essa rica mescla cultural produziu gênios da literatura, como Jorge Luis Borges, Julio Cortázar, Ernesto Sábato, Manuel Puig e Osvaldo Soriano, e da música, como Carlos Gardel, Astor Piazzola e Mercedes Sosa. O país continua sendo importante polo cultural, com seus diversos teatros (destaque para o Teatro Colón, em Buenos Aires), museus e galerias de arte, além de ativa comunidade teatral e cinematográfica.

O esporte mais popular na Argentina é o futebol, que desperta fortes paixões no povo. Outros esportes em que os argentinos se destacam são: basquetebol e voleibol masculinos, polo (campeões mundiais), rugby (entre os 5 melhores do mundo), hockey feminino (campeãs mundiais), tênis, automobilismo, boxe, esqui, caça e pesca.

Fato digno de menção – até porque se reproduz amiúde em outros países latino-americanos – foi o embate entre o governo de Cristina Kirchner e uma empresa de mídia burguesa, o conglomerado Clarín. O conflito teve início em 2008, quando a presidente decidiu taxar a produção agrícola e o Clarín se colocou em posição contrária, defendendo os produtores rurais e suas permanentes benesses. Rapidamente, o grupo empresarial tornou-se o maior opositor de Cristina e acirrou a campanha midiática contra o seu governo. Cristina respondeu com a Lei de Meios, aprovada pelo Congresso em 2009, que obrigava os conglomerados a reduzir seu porte e diversificação. O diploma legal se tornou uma referência internacional na regulamentação dos meios de comunicação. No processo de ajuste às exigências da lei, o Clarín perdeu valor de mercado, caindo de US\$ 2,6 bilhões para US\$ 1,8 bilhões, e a circulação do jornal foi reduzida de 700 mil para 240 mil exemplares (COLOMBO, 2015).

Forças armadas

A edição de 2016 do site *Military Balance* posiciona as forças armadas argentinas em 35º lugar em um *ranking* que inclui 126 países. A lista se pauta no número de efetivos militares que, na Argentina, é da ordem de 75.000. Nessa mesma listagem, o Brasil ocupa o 15º lugar, com 330.000 militares ativos.

Com orçamento militar aproximadamente sete vezes inferior ao brasileiro, os variados equipamentos de combate argentinos, no exército, na marinha e na aeronáutica, oscilam numericamente entre metade a um terço dos similares brasileiros.

Todavia, em áreas sensíveis, a tecnologia argentina apresentou grande desenvolvimento até alguns anos atrás. Seu programa nuclear atingiu elevado nível de avanço, sem depender de conhecimentos de outros países, o que lhe permitiu produzir o primeiro reator comercial da América Latina, a Central Nuclear Atucha, em 1974.

Instalações nucleares com tecnologia argentina foram construídas na Argélia, na Austrália, no Peru e no Egito. Em 1983, o país admitiu ter a capacidade de produzir urânio enriquecido em condições de compor um artefato nuclear (FLECK, 2015).

Hoje as Forças Armadas argentinas sofrem os males da obsolescência dos equipamentos militares em uso, principalmente, considerando que seus principais interesses estratégicos envolvem operações no mar. Com sua indústria aeronáutica (que já teve um porte razoável, há algumas décadas) praticamente estagnada, a Força Aérea negocia com a Suécia a compra de aviões de caça Gripen, o mesmo em fase de aquisição pela Força Aérea Brasileira, mas impróprios para operar em objetivos no mar, a partir de certa distância.

Cumpre registrar que, ao fim da ditadura militar, as forças armadas argentinas sofreram um desgaste moral substancialmente superior ao que foi sofrido pelas brasileiras. Essa situação foi resultado da violência desfechada pelos militares contra a população civil e pela derrota acachapante por eles sofrida na chamada Guerra das Malvinas, iniciada em abril de 1982.

Na ocasião, sérios equívocos políticos e estratégicos foram cometidos pelos generais que mantinham a direção do país, incluindo o mais grave, qual seja: a tentativa de reverter a impopularidade que detinham, por meio do surgimento de um inimigo externo. Agregue-se a esse fator o comportamento pusilânime do ditador chileno Augusto Pinochet, que abrigou, em seu território, manobras de unidades de combate britânicas destinadas a atacar bases militares argentinas e o auxílio dos Estados Unidos, colocando toda a sua infraestrutura de informação à disposição do Reino Unido (MALVINAS..., 2012).

Em que pese o fato de os efetivos da infantaria argentina que ocuparam as ilhas contarem com uma parcela significativa de recrutas não profissionais, até mesmo de estudantes dissidentes com o regime enviados às ilhas como castigo, a ação militar argentina assustou os britânicos, deixando-os em diversas ocasiões receosos

de virem a ser derrotados. A destreza e o heroísmo da aviação argentina, ao custo da perda de 60 aviões e, em muitas das vezes, de seus tripulantes, determinou importantes danos às forças britânicas: 6 modernos navios de guerra afundados, 9 navios de apoio danificados, 35 aeronaves destruídas e cerca de 260 soldados mortos³.

A Guerra das Malvinas significou também o fim do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), já que os Estados Unidos decidiram descumpri-lo de fato, para aliar-se com uma potência não membro do acordo.

Mais recentemente, em 2015, o Reino Unido anunciou investimentos de U\$ 235 milhões destinados a equipar militarmente as ilhas *Falkland* (Malvinas), para fazer frente às ameaças argentinas. Essa disposição veio na esteira da descoberta de jazidas petrolíferas e da pujança da pesca no entorno das ilhas (REFORÇO..., 2015).

É estranha a opção que busca recompor um pretensão prestígio perdido em estripulias de generais criminosos, através da subserviência a uma potência imperial. Coloca, assim, em risco toda uma estratégia desenvolvida em parceria com o Brasil, no sentido de preservar seus territórios da presença de forças militares estrangeiras.

Relações externas

Em artigo recente, Domingos Neto (2016) avalia que a política internacional segue o “princípio segundo o qual o confronto sangrento e a sua preparação constituem a normalidade e não a excepcionalidade, nas relações entre sociedades e Estados” (DOMINGOS NETO, 2016, p. 18). Afirma o professor que “a paz resulta da imposição da vontade do mais forte; a postura bélica resulta da insubordinação do dominado e da necessidade do dominador de manter o *status quo*” (DOMINGOS NETO, 2016, p. 18). Sob o ponto de vista internacional e mesmo em face às perspectivas nacionais,

3 Para saber mais, sugere-se conferir o disposto no site *Military Power Review*. Disponível em: <<http://www.militarypower.com.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

os Estados vistos como perdedores em conflitos, armados ou não, estão condenados à perda de prestígio.

Não é difícil identificar que essa teoria encontra sólido respaldo no quadro das relações externas dentro do cenário sul-americano. Além do episódio de franca beligerância com a Grã-Bretanha, a Argentina alimentou relações pouco amigáveis com três de seus principais vizinhos: o Brasil, o Chile e o Uruguai.

Durante décadas que atravessaram séculos, interesses imperiais das grandes potências alimentaram um clima da hostilidade entre Argentina e Brasil. Indiferentes aos inúmeros objetivos comuns para desenvolvimento de seus povos, ambos os Estados desenvolveram estruturas bélicas para atenderem hipóteses de guerra que envolviam confrontos entre os dois países.

Da parte do Brasil, a simples análise da distribuição territorial de suas unidades de combate demonstrava bem o que acima é afirmado. O Rio Grande do Sul concentrava os maiores efetivos militares do Exército brasileiro, distribuídos por dezenas de cidades do interior. A Força Aérea mantinha duas de suas mais potentes bases operando aeronaves de combate, uma em Canoas, nas proximidades de Porto Alegre, e outra em Santa Maria, no centro geográfico do estado.

Essa distorção de visão estratégica fez com que o real inimigo fosse desconsiderado por longo período. A Argentina teve consciência dessa terrível falha de planificação militar, ao ter que enfrentar a parceria entre Reino Unido e Estados Unidos que lhe impôs humilhante derrota na Guerra das Malvinas. Ao desconsiderar o TIAR, apoiando um país extracontinental que atacava um dos signatários do acordo, a grande potência norte-americana provocou a extinção do tratado, já que México, Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela também o abandonaram, com base nos acontecimentos ocorridos durante as hostilidades (CARVALHO, 2000).

Outro contencioso que, por pouco, não produziu outra guerra entre a Argentina e o Chile foi a disputa pela soberania das ilhas Picton, Lennox e Nueva, situadas no extremo sul do continente, entre a

entrada oriental do Beagle e o Cabo Horn, que separam os Oceanos Atlântico e Pacífico.

A partir de 1822 e 1833, o governo chileno estabeleceu o Cabo Horn como seu limite na região. A partir de 1840, o país começou um processo de militarização da zona do Estreito de Magalhães, um canal que liga os oceanos Atlântico e Pacífico, importante via de navegação internacional da época. Em 1856, Chile e Argentina firmaram um tratado de paz, que, entre outras disposições, estabelecia a via diplomática para resolver eventuais conflitos. A pendência ficou sem definição durante um século e meio, provocando o aumento da tensão militar na região.

Em 1960, uma tentativa de mediação, através da Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia resultou frustrada. Nova tentativa de solução do impasse ocorreu em 1977, através da Grã-Bretanha, em decisão não aceita pela Argentina. A tensão entre os dois países aumentou dramaticamente e a perspectiva de guerra tornou-se iminente, com preparativos para combate de ambos os lados.

A configuração da crise, em muito semelhante à que viria a se repetir no conflito pelas Malvinas, em 1982, compõe o quadro típico de ditaduras impopulares que procuram transformar eventuais inimigos externos em fatores de agregação nacional.

Em 22 de dezembro de 1978, com forças terrestres e navais já em posições para o início da batalha, ambos os países decidiram aceitar a mediação do Papa João Paulo II, que reafirmou a soberania chilena sobre as ilhas localizadas ao sul do Canal de Beagle, decisão somente aceita pela Argentina em 1984, sob o governo eleito de Raúl Alfonsín (TRINTA..., 2008).

A mais recente tensão diplomática argentina iniciou-se em 2005 e envolveu o Uruguai. Conhecida como “Crise das Papeleiras”, a questão teve seu estopim com a decisão uruguaia de instalar uma indústria de celulose na cidade de Fray Bentos, às margens do rio Uruguai, em parceria com a empresa finlandesa Botnia, no que se

constituiria em investimento privado da ordem de US\$ 1,8 bilhão, o maior da história do país.

Com o apoio velado do governo, manifestantes ambientalistas do lado argentino do rio, alegando previsíveis danos ambientais dados como irreversíveis e causados pela indústria ao leito fluvial, iniciaram vigorosos protestos, incluindo o bloqueio da ponte que liga os dois países. Tal bloqueio tinha potencial de acarretar sérios problemas para a economia uruguaia.

A Argentina alegava que o Uruguai não notificara a Comissão Administradora do Rio, órgão bilateral, sobre sua pretensão em instalar as fábricas. Diplomatas e técnicos dos dois países avaliaram o impacto das fábricas de celulose sem chegarem a uma conclusão que atendesse ambos os lados da disputa e o impasse resultou em uma crise sem precedentes no Mercosul.

Cada país apelou para diferentes instâncias recursais: a Argentina, à Corte Internacional de Justiça de Haia, o que era uma violação às disposições do Mercosul, no sentido de que o tratado dispunha que a solução de controvérsias deveria se dar no âmbito do bloco, e o Uruguai, ao órgão de solução de controvérsias do Mercosul. Aguardando a tomada de decisão, o Uruguai acumulou prejuízos decorrentes da interrupção do fluxo de turistas e do transporte de cargas que se acumulavam.

No espaço do Mercosul, o Brasil manteve-se em posição ambígua, enquanto a Corte de Haia e diversos órgãos ambientais divulgaram pareceres favoráveis à pretensão uruguaia. Com a resolução da Corte, o governo argentino retirou os ativistas da ponte, encerrando a parte ostensiva do conflito, por volta de 2010. Todavia, o incidente expôs com clareza a debilidade do Mercosul como órgão de estabilidade regional. O Uruguai ameaçou deixar o bloco e ensaiou uma aproximação mais intensa com os Estados Unidos⁴.

⁴ Para saber mais sobre a Crise das Papeleiras, sugere-se conferir o exposto pela Escola de Direito de São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://direitosp.fgv.br/casoteca/caso-papeleiras>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

Paralelamente, confirmava-se a tendência de a Argentina recorrer a medidas de força para fazer valer seus interesses. No caso da indústria papelreira uruguaia, transpareceu a circunstância de que os argentinos entendiam como inaceitável uma multinacional escolher um país de expressão menor para receber vultosos investimentos que, talvez por destino manifesto, lhe caberiam receber.

Considerações finais

O crescimento internacional do comércio tem determinado o ressurgimento de rotas marítimas pelo Atlântico Sul. Esse fenômeno, associado ao acesso marítimo ao continente antártico, apresentou-se aos países que compõem o chamado Cone Sul como justificativa para que as grandes potências transformem a área em zona de projeção de poder, buscando neutralizar as frágeis defesas dos atores regionais de ambos os lados do Atlântico. A Argentina enfrenta uma condição desfavorável adicional que é a presença de forças militares inglesas nas Ilhas Malvinas, a mais de 13 mil km da Grã-Bretanha, mas a apenas a 464 km de seu território. Essa presença constitui-se enclave importante em região de relevância estratégica. A tentativa de recuperar o território *manu militari* em 1982 frustrou-se redondamente, vindo a se constituir em humilhante revés para o povo argentino.

Mais recentemente, o esforço de preservar sua posição no sul do continente vinha se desenvolvendo com base em ações diplomáticas que visavam manter potências estrangeiras afastadas da região. Essas manobras ganharam força com a criação da ZOPACAS, resultado de articulações lideradas pelo Brasil e aprovada na Assembleia Geral da ONU em 1986⁵.

A estratégia ganhou substância com a formação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em maio de 2008, com a participação de 12 países sul-americanos cujas populações soma-

5 Para saber mais sobre a ZOPACAS, sugere-se conferir a Resolução nº 41/11, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

vam cerca de 400 milhões de habitantes. A iniciativa contou com o dedicado empenho do então presidente argentino Néstor Kirchner, eleito dois anos depois, por unanimidade, o primeiro secretário-geral da organização.

Esse custoso arranjo diplomático foi profundamente abalado pelas eleições argentinas de 2015 e pelo golpe de Estado ocorrido no Brasil, em maio de 2016, que deram lugar a governos pouco identificados com a integração sul-americana e adeptos do alinhamento submisso aos Estados Unidos.

A partir de ascensão de Maurício Macri, a ênfase nas relações Sul-Sul perdeu lugar para os entendimentos Norte-Sul. Somente nos primeiros meses de sua administração, Buenos Aires recebeu a visita de três chefes de Estado de grandes potências comerciais: Itália, França e Estados Unidos. No Brasil, a presidente eleita Dilma Rousseff veio a ser afastada em manobras políticas de legalidade no mínimo duvidosa e o novo chanceler brasileiro, José Serra, imediatamente anunciou o fim das prioridades do governo anterior e a busca de intercâmbio com parceiros tradicionais, como União Europeia, Estados Unidos e Japão. Essas transformações representaram o retorno à diplomacia dos “sem sapatos”⁶, vivida pelo país no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na Argentina, ao longo do governo de Carlos Menem, durante os anos 1990, sua diplomacia ensejou igualmente atitude das mais humilhantes em termos de submissão entre países soberanos. O chanceler de Menem, Guido Di Tella, declarou que o país manteria “relações carnis” com os Estados Unidos, o que foi traduzido no abandono do Mercosul, em ridículo apoio militar à Primeira Guerra do Golfo e na permissão para que o país servisse como cobaia para experiências econômicas neoliberais: privatizações a qualquer preço, redução do Estado, liberalização de importações e dolarização da

⁶ Referência ao incidente ocorrido com o ex-ministro das Relações Exteriores do governo FHC, Celso Lafer, compulsado a tirar os sapatos, quando da chegada ao aeroporto de Miami, em missão oficial, em janeiro de 2002.

economia foram algumas das receitas aplicadas. A herança deixada a seu sucessor foi um PIB em queda de 35% nos anos seguintes, desemprego em 17,8%, quase 60% da população na faixa de pobreza e cerca de 30% de indigentes. Enfim, um desastre colossal para um país que já havia atingido padrão de vida quase europeu (STEINBRUCH, 2003).

Na tarefa de destruir os caminhos abertos pelo governo anterior, a administração Macri vem firmando acordos de cooperação com os Estados Unidos, no sentido de permitir a presença de instrutores daquela potência para treinar suas forças de segurança pública e demonstrar a vontade de seu governo por tornar-se um aliado fiel na luta contra o terrorismo e a criminalidade internacional. É possível perceber-se que a política anterior de divisão clara do papel específico das forças armadas e das forças de segurança interna, uma conquista obtida após o encerramento da ditadura militar, está em franca revisão.

Macri, engenheiro e filho de um dos empresários mais ricos da Argentina, se definia como um gestor, não como um político tradicional. Passou anos trabalhando nas empresas do pai e na presidência do clube de futebol Boca Juniors, tendo construído um perfil como administrador pouco preocupado em abraçar compromissos ideológicos. Suas promessas no campo econômico convenceram a maioria dos eleitores de que seria o líder oportuno para tirar a Argentina da crise causada por turbulências econômicas de origem internacional. A ideia era derrubar as medidas protecionistas do kirchnerismo e “voltar ao mundo”, como repetia na campanha, querendo dizer retornar ao mercado internacional, do qual de fato a Argentina estava afastada desde o *default* de 2002.

Todavia, em seu primeiro ano de governo, é possível identificar sombras ameaçadoras: Macri sofreu uma queda de popularidade significativa, de 70% para 46%, sinalizando um possível retorno do kirchnerismo ao poder.

Por fim, a exemplo de seu grande vizinho mais ao norte, a Argentina sofre oscilações políticas que tornam extremamente difícil um exercício para definição de qualquer estratégia de defesa conjunta regional.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. A. Argentina tem 710 partidos, poucos com força para eleger presidente. **Agência Brasil**, [on line], 20 set. 2010. Internacional. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-09-20/argentina-tem-710-partidos-politicos-poucos-com-forca-para-eleger-presidente>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

ARANHA, B. P. de L. Rumo à fronteira de Misiones: o “Destino Manifesto” argentino (1882-1898). **Revista eletrônica da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas – ANPHLAC**, São Paulo, n. 16, p. 225 – 248, 2014.

ARGENTINA. Constitución de la nación argentina, de 1º de maio de 1853. **Constituições de países do Mercosul 1996-2000**: textos constitucionais Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, Brasília, DF, p. 77 - 102, 2001. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/10092#>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

ARGENTINA quita dívida com Fundo Monetário Internacional. **O Tempo**, [on line], 04 jan. 2006. Economia. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/economia/argentina-quita-d%C3%ADvida-com-fundo-monet%C3%A1rio-internacional-1.319946>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BANCO MUNDIAL. **Argentina duplicó su clase media en la última década, dice informe del Banco Mundial**, [on line], 13 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2012/11/13/argentina-middle-class-grows-50-percent>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CARMO, M. Disparada no número de pobres gera debate acalorado na Argentina. **BBC Brasil**, [on line], 29 set. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37492338>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

CARVALHO, L. P. M. Guerra das Malvinas. **A Defesa Nacional**, n. 788, p. 62 - 69, 2000.

COLOMBO, S. Guerra entre Cristina Kirchner e Clarín só teve perdedores, diz pesquisador. **Folha de S. Paulo**, [on line], 29 jul. 2015. Mundo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/07/1661770-guerra-entre-cristina-kirchner-e-clarin-nao-teve-vitoriosos-diz-pesquisador.shtml>. Acesso em: 09 fev. 2017.

CONCEIÇÃO, B. N. **A política econômica e o desenvolvimento argentino pós-2002**. 2013. 101f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DOMINGOS NETO, M. Políticas de defesa e segurança para o Atlântico Sul no século XXI. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v.12, n. 22, p. 17 – 32, 2016.

FLECK, I. Argentina estava dez anos à frente na questão nuclear, diz ex-presidente. **Revista Defesa aérea e naval**, [on line], 18 jul. 2015. Disponível em: <http://www.defesaareanaval.com.br/argentina-estava-dez-anos-a-frente-na-questao-nuclear-diz-ex-presidente/>. Acesso em: 13 fev. 2017.

LEÃO, T. A crise da dívida argentina: entenda a crise e seus possíveis impactos. **O Globo**, [on line], [2014?]. Disponível em: <http://infograficos.oglobo.globo.com/mundo/a-crise-da-divida-argentina.html>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MALVINAS: Inglaterra revela que o Chile lutou ao seu lado contra a Argentina. **Democracia & Política**, [on line], 23 fev. 2012. Disponível em: <http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2012/02/malvinas-inglaterra-revela-que-o-chile.html>. Acesso em: 09 fev. 2017.

O SISTEMA da educação na Argentina, [on line], [2009?]. Disponível em: <https://educargentina.wordpress.com/sintese/>. Acesso em: 09 fev. 2017.

PALACIOS, A. Ditadura argentina, a mais sanguinária da América do Sul, foi fracasso militar e econômico. **Estadão**, [on line], 24 mar. 2009. Internacional. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/ditadura-argentina-a-mais-sanguinaria-da/>. Acesso em: 09 mar. 2017.

Pozzi, S. FMI prevê maior recessão na Argentina em 2016 e queda de 10% do PIB da Venezuela. **El País**, [on line], 20 jul. 2016. Economia. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/20/economia/1469024802_169734.html. Acesso em: 23 jan. 2017.

Reforço militar nas Malvinas é provocação, diz Argentina. **Portal Terra**, [online], 25 mar. 2015. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/mundo/america-latina/reforco-militar-nas-malvinas-e-provocacao-diz-argentina,a4b7f32eb415c410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

STEINBRUCH, B. Relações Carnais. **Folha de S. Paulo**, [online], 03 jun. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0306200311.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

TRINTA anos de quase guerra na Argentina. **Democracia & Política**, [online], 13 dez. 2008. Disponível em: <<http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2008/12/h-30-anos-quase-guerra-argentina-x.html>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

USA. U.S. Department of State. Bureau of democracy, human rights and labour. **International religious freedom report**: Argentina, 2004. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2004/35522.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL

Luís Gustavo Guerreiro Moreira¹

Apresentação

Em termos territoriais, o Brasil é o maior país da América do Sul (ocupando 47% do território sul-americano) e da região da América Latina, sendo também o 5º maior do mundo em área territorial. A economia brasileira é a maior da América Latina e do hemisfério sul e a 9ª maior do mundo em produto interno bruto (PIB) nominal.

Com uma população de aproximadamente 206 milhões de habitantes, é o maior país lusófono do planeta e o único nas Américas em que o português é a língua majoritária (IBGE, 2016). Uma de suas principais características é sua multiculturalidade, forjada pela presença de imigrantes de diversas etnias, oriundos de toda parte do mundo. Têm destaque em sua composição étnica os negros e os pardos, que representam mais de 50% da população, o que torna sua ligação com o continente africano bastante relevante.

Delimitado pelo oceano Atlântico a leste, o Brasil tem um litoral de 7.491 km. Com uma área de aproximadamente 3,66 milhões de km² de território marítimo, o país reivindica, perante a Comissão de Limites das Nações Unidas, ampliação desse espaço para 4,4 milhões de km².

A posição geopolítica do Brasil em relação ao seu imenso litoral desperta interesse de potências mundiais. Mesmo detendo um vasto território de dimensões continentais e uma exuberante selva amazônica cobrindo metade de seu território, o mar ganha cada vez mais relevância na política de desenvolvimento nacional. Com toda essa proximidade ao Atlântico Sul, o Brasil tem, desde 1500, laços

¹ Gustavo Guerreiro é mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, pesquisador do Observatório das Nacionalidades e editor-executivo da revista *Tensões Mundiais*. E-mail: gustavo-guerreiro77@gmail.com.

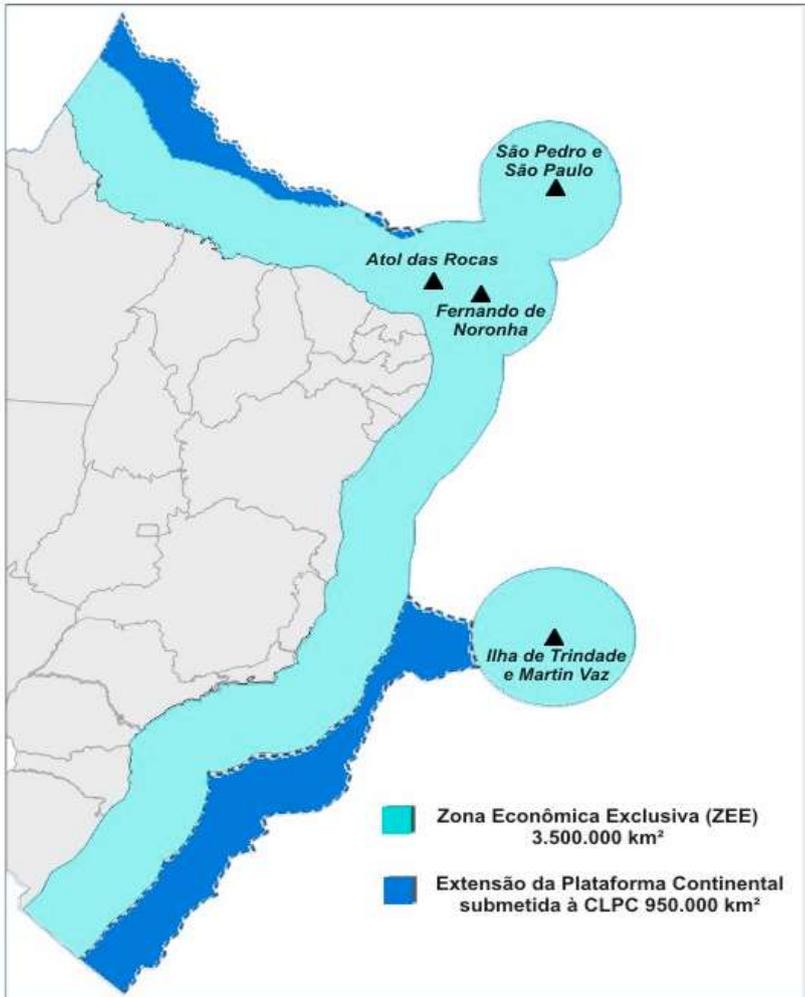
culturais e econômicos indissolúveis com os países banhados por esse oceano.

A importância do Atlântico Sul fez com que o Brasil, em 1989, através do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), elaborasse estudos técnicos e científicos com o intuito de ampliar sua plataforma continental. O pleito para extensão da plataforma continental além das 200 milhas marítimas, conhecida como Plataforma Continental Estendida (PCE), seria decisivo para as políticas econômica e externa do Brasil.

Em 2004, o Brasil submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC)² proposta de ampliação de sua plataforma continental. A área reivindicada equivaleria à dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que ampliaria a área da plataforma continental brasileira ao equivalente à metade de seu território. Apesar dos esforços brasileiros, a CLPC publicou em 2007 parecer que não atendia a todas as demandas do pleito desse país. Nesse sentido, em 2008, o Brasil iniciou nova coleta de dados para o LEPLAC, finalizado em 2010, a fim de elaborar uma nova proposta à CLPC.

² A Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) é um órgão técnico criado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), cuja função é examinar os pleitos apresentados pelos Estados costeiros sobre os limites exteriores da plataforma continental, ou seja, sobre a plataforma continental além das 200 milhas marítimas.

Figura 1 - Plataforma continental brasileira



Fonte: Editado pelo autor, a partir de COSTA (2012).

Relevância estratégica do Atlântico Sul

De 2004 a 2014, o governo brasileiro ampliou a cooperação política, econômica e de defesa com países da costa ocidental africana do Atlântico Sul, buscando uma maior aproximação com Camarões

e Namíbia, além dos parceiros tradicionais como Nigéria e África do Sul. A essas iniciativas somou-se um aumento significativo na cooperação militar, como a colaboração entre a Marinha do Brasil (MB) e os governos de Angola e Namíbia para o mapeamento e a exploração do fundo marinho, além do levantamento de suas plataformas continentais. O Brasil promoveu exercícios navais conjuntos, transferiu armamentos e realizou treinamento militar. Além disso, criou postos avançados em portos localizados na costa atlântica do continente africano.

Como liderança regional que almeja ampliar sua zona de influência para a costa africana, o país reforçou seus acordos de cooperação militar na América do Sul com Argentina e Uruguai. Diante de um cenário em que o Atlântico Sul assume nova importância geopolítica, a cooperação entre países vizinhos visa promover a construção de uma identidade regional que principia a alterar as relações de poder.

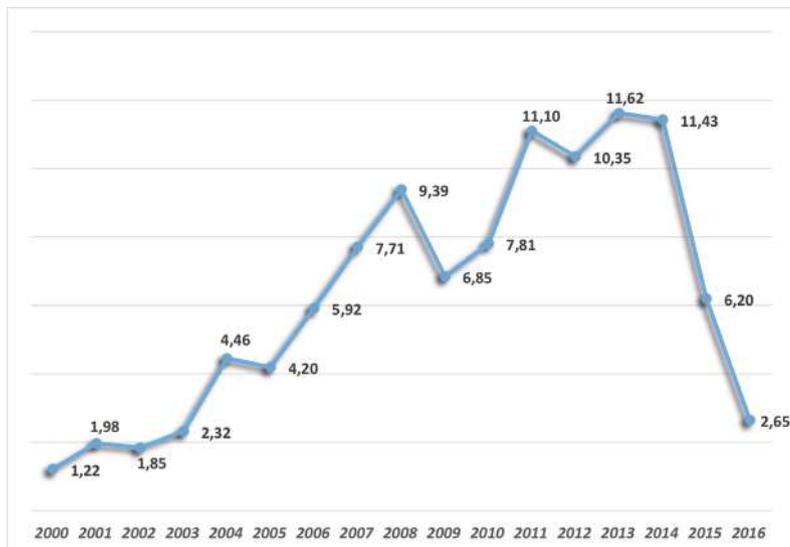
A presença brasileira na África se manifesta como um movimento geopolítico de envergadura, capaz de alterar o jogo de forças no continente, que até bem pouco era quase que exclusivo terreno de exploração europeia. Sob forte contestação dos EUA, uma reação à projeção política do Brasil na América do Sul e na África e à concorrência da indústria de defesa brasileira em alguns mercados, o protagonismo do Brasil na zona do Atlântico Sul se manifesta em diversos aspectos. Um elemento importante de estratégia brasileira se evidencia no esforço doméstico para vincular programas de cooperação bilateral e multilateral em defesa. O Brasil assinou diversos acordos de cooperação de defesa com a Namíbia (1994), Cabo Verde (1994), África do Sul (2003), Guiné-Bissau (2006), Moçambique (2009), Nigéria (2010), Senegal (2010), Angola (2010), e Guiné Equatorial (2010 e 2013). Desde 2012, são realizados exercícios conjuntos com a Marinha de Benin, Cabo Verde, Nigéria e São Tomé e Príncipe assim como exercícios adicionais com An-

gola, Mauritânia, Namíbia e Senegal. Em 2013, o Brasil implantou outra missão naval brasileira em Cabo Verde. Em diversos países, o Brasil é o principal fornecedor de equipamentos e parceiro em treinamentos militares. Para Abdenur e Souza Neto (2014), essas ações “visam a fortalecer a identidade marítima dos países do perímetro do Atlântico Sul, sublinhando não apenas as preocupações em comum, mas também a percepção de que há uma necessidade de proteger os recursos oceânicos de ambos os lados do Atlântico Sul, especialmente o pré-sal.” (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014. p. 18). Esse movimento foi acompanhado pela forte penetração chinesa naquele continente. A ofensiva militar estadunidense no continente foi uma resposta a isso.

Apesar do decréscimo dos últimos 2 anos, o Brasil destaca-se como uma presença importante no continente. Representando cerca de 70% do comércio entre a América do Sul e a África, o Brasil mantém, no ano de 2014, cerca de U\$ 11,43 bilhões em intercâmbio comercial com a Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental (ECOWAS, em inglês), somando importações e exportações³. De 2014 a novembro de 2016, esse número se reduziu de U\$ 11,43 bilhões para U\$ 2,65 bilhões:

³ Em 1975, se estabeleceu, através do Tratado de Lagos, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em inglês *Economic Community of West African States* (ECOWAS). A ECOWAS é um grupo regional composto por 15 países-membros (Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo), com o objetivo de promover a integração em todos os campos da atividade econômica dos países constituintes. Também compete ao bloco promover a cooperação na esfera política e jurídica. Com o intuito de preservar a estabilidade, mitigar e resolver conflitos regionais e promover uma zona de paz, foram instituídos o Parlamento Oeste-africano, o Conselho de Ministros e um Tribunal de Justiça para dar legitimidade jurídica às decisões do bloco.

Figura 2 – Intercâmbio comercial brasileiro com a ECOWAS (em US\$ bilhões)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, relativos ao ano de 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2?layout=edit&id=1210>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

O gráfico revela que houve acentuada redução no comércio com os países daquele bloco regional, fruto da crise política pós-eleitoral e da reorientação da política externa do presidente Michel Temer que, entre outras medidas, promove o esvaziamento da agenda de cooperação Sul-Sul.

Embora tenha se constituído como liderança regional, a fragilização da atuação brasileira pode representar a desintegração das suas alianças regionais. O Atlântico Sul é espaço de ocupação de potências globais, como Estados Unidos e União Europeia (UE). Esta última mantém pactos de cooperação com a ECOWAS, orientados pelo Acordo de Cotonou⁴. A UE destina uma parcela significativa do seu capital para financiamento da ECOWAS, especialmente para o

⁴ O Acordo de Cotonou é um acordo comercial firmado entre a União Europeia (EU) e os países da África-Caribe-Pacífico (ACP), em 2000, na cidade de Cotonou, no Benim. O acordo regulamenta a relação entre as duas regiões até 2020 e envolve mais de 100 países: os 28 Estados-membros da UE e os 79 países da ACP.

reforço da integração regional e as políticas de segurança alimentar e nutricional, como o apoio à pequena produção agrícola. Além disso, apoia ações para criação de mecanismos de prevenção e gestão de conflitos, manutenção da paz, ajuda humanitária, controle de armas e apoio institucional às organizações regionais.

Dada esta diversidade de interesses e atores no Atlântico Sul e a instabilidade política que assolou o Brasil, o que esperar em termos da defesa sul atlântica? Como se projeta a atuação do Brasil em áreas como capacitação, defesa, segurança e financiamentos?

O petróleo e os desafios securitários

Conforme dito anteriormente, há um número considerável de atores atlânticos – Europa, América do Norte e do Sul – com diversos níveis de cooperação bilateral, multilateral, regional e trans-continental em jogo. Muitas dessas relações remontam ao período colonial, como nos casos da França com Guiné, Camarões e Senegal e da Inglaterra com África do Sul e Nigéria. Outras se tornaram mais intensas no período pós-independência, sobretudo com a expansão dos Estados Unidos no pós-guerra.

A segurança regional continua sendo um desafio persistente no Atlântico Sul. Atores extrarregionais tiveram diferentes graus de presença, desde intervenções militares até capacitação e financiamento de projetos para comércio de armas e equipamentos. Grande parte dessa presença estrangeira, entretanto, vem de países, individualmente, como EUA, França, Reino Unido e China, ou de organizações regionais já estabelecidas, como a União Europeia (EU).

A UE tem uma forte influência no continente africano, concentrando numerosos países com uma agenda significativa em todas as áreas do comércio, especialmente no campo da defesa. Estes atores são uma mistura de antigas potências coloniais e países com longo domínio na região, como França, Reino Unido, Portugal,

Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Irlanda e Espanha. Do outro lado do Atlântico Norte, os grandes atores são os EUA e o Canadá.

O Atlântico Sul faz parte da estratégia do Estado brasileiro para atuar em três diferentes frentes de integração com países sul-americanos e africanos: comércio de matérias-primas, financiamento em infraestrutura e ampliação de mercados. Também serve como elemento de projeção da defesa marítima nacional, especialmente nos avanços da política nuclear, com destaque para o projeto do submarino nuclear.

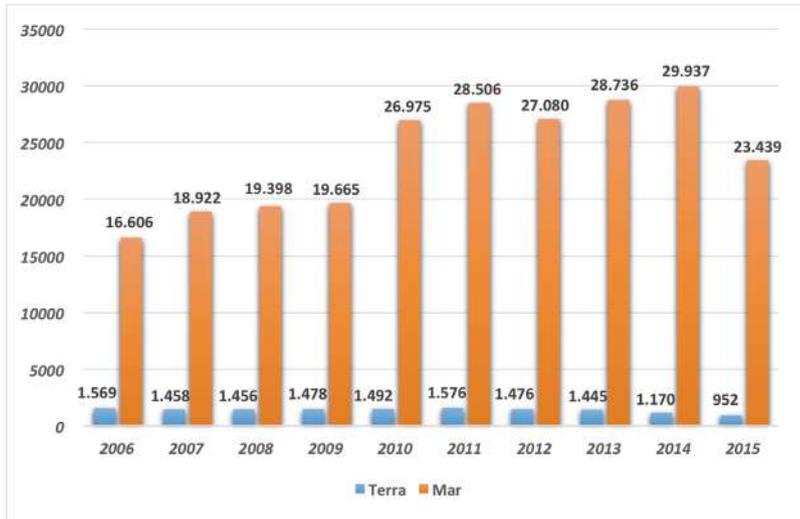
As recentes descobertas de vultosos volumes de petróleo na camada de pré-sal brasileira e em águas profundas no litoral da Nigéria e de Angola, mais novo membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), aumentam a cobiça de potências extrarregionais. O Atlântico Sul também é crucial para o Uruguai e a Argentina no tocante à preservação ambiental, exploração petrolífera ou defesa do território.

As reservas petrolíferas localizadas em alto mar são alvo de disputas que influenciam a demarcação de fronteiras marítimas, na costa atlântica da África. Grande parte da geopolítica brasileira foi dedicada a estabelecer os limites do mar territorial.

De todo modo, essa inflexão nos rumos do desenvolvimento em direção ao Atlântico Sul nos últimos quarenta anos é evento singular na história do país e expressa a conjugação de vetores de largo espectro e longa duração. Primeiro, pelo impacto das primeiras descobertas de petróleo no mar nos anos setenta e o início da sua exploração no final dessa década. A elas seguiram as novas jazidas na Bacia de Campos e principalmente os promissores campos nas águas profundas da Bacia de Santos (o Pré-Sal). (COSTA, 2012. p.11).

Nos últimos anos, a plataforma continental tem recebido atenção especial. Conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o Brasil detinha, em 2015, cerca de 24,4 bilhões de barris em reservas totais de petróleo, sendo 952 milhões em terra (4% do total) e 23,5 bilhões no mar, correspondendo a 96% (BRASIL, 2016).

Figura 3 – Gráfico sobre as reservas brasileiras totais de petróleo, por localização (terra e mar), 2006 – 2015 (em milhões de barris).



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, de 2016. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/images/publicacoes/Anuario_Estatistico_ANP_2016.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

O Brasil volta cada vez mais suas atenções para o mar. Tendo em vista sua política externa e a complexa rede de atores extrarregionais, o governo brasileiro concentrou esforços, entre 2004 e 2014, para articular no espaço sul atlântico uma comunidade de interesses compartilhados que possibilite tornar a região uma zona relativamente segura contra interferências externas. A dinâmica global, no entanto, impõe novos desafios. Uma vez que a unipolaridade perde força no concerto das nações, novas situações requerem ainda mais cautela.

A presença de países emergentes, especialmente a China, que vê no petróleo de países africanos uma fonte significativa para suprimento de sua gigantesca necessidade energética, pode alterar a configuração das relações entre América do Sul e África. O rápido crescimento chinês aumentou a demanda energética e de *commodi-*

ties daquele país. A presença chinesa na África em busca de recursos naturais se intensificou a partir de 2005, quando foram instaladas, aproximadamente, mil empresas e transferidos centenas de milhares de trabalhadores chineses para diversos países. Em 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos como o maior parceiro comercial da África. Além disso, o interesse chinês pelo continente africano se explica pelo seu crescente protagonismo político mundial. As relações com a África compõem a estratégia de Pequim para uma nova ordem mundial multipolar, que mantém importantes acordos de cooperação e assistência militar com diversos países africanos.

Em dezembro de 2015, durante a conferência para o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em Joanesburgo, o presidente chinês Xi Jinping anunciou um pacote de US\$ 60 bilhões de investimentos em diversos países africanos, em 2016. O pacote coloca as empresas energéticas chinesas em condições de competir diretamente com grandes multinacionais como Exxon Mobil e Shell, interferindo diretamente nos interesses energéticos estadunidenses para a região. Toda essa conjuntura afeta diretamente a porção ocidental do continente africano e, portanto, o Atlântico Sul.

A geopolítica do petróleo sofrerá significativa mudança na próxima década. De acordo com o ex-presidente da Petrobras, Armando Guedes Coelho, em 2025, o Brasil produzirá expressivo volume de barris de petróleo com o pré-sal, acompanhado por uma elevada produção de Angola e Nigéria. Isso ocorrerá concomitantemente à redução das importações do produto pelos Estados Unidos, passando a China a ser o maior importador de petróleo do Oriente Médio. Guedes previu ainda que a China aumentará em torno de 40% a importação de petróleo e gás (ORDOÑEZ; ROSA, 2013). Toda mudança geopolítica nessas dimensões tem implicações claras na defesa regional.

Cooperação para manutenção da paz

A crescente necessidade de aproximação do Brasil com os países da costa africana necessitava de um entorno que garantisse um clima de paz e cooperação entres os estados membros, pautados especialmente pelo compromisso de manutenção dessa região como zona livre de armas nucleares. Dessa maneira, criou-se a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que emergiu em um contexto de fenecimento do mundo bipolar e de intensificação da cooperação Sul-Sul.

Criada em 1986 pela resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a ZOPACAS surge a partir de iniciativa do Brasil, com apoio da Argentina, Nigéria e Angola. Hoje é composta por 24 países-membros e atende a uma demanda regional pela garantia de um ambiente livre de ameaças externas. O acordo prevê a necessidade de preservar a região contra a militarização, a corrida armamentista, a presença de bases militares estrangeiras e, sobretudo, as armas nucleares.

Desde sua criação, foram realizadas 7 reuniões ministeriais: Rio de Janeiro (1988), Abuja (1990), Brasília (1994), Somerset West (1996), Buenos Aires (1998), Luanda (2007) e Montevideú (2013). Em todas as reuniões, a estratégia brasileira se caracterizou pelo esforço em definir um regime de coordenação política. Foi, em suma, “a materialização da herança atlântico-africana e que resultou na sua afirmação como código operacional de todos os países-membro desta Zona” (PENHA, 2011. p. 219).

A cooperação na ZOPACAS no campo da Defesa tem como objetivo principal evitar a proliferação de armas nucleares e reduzir – ou eliminar completamente – a presença militar de forças alheias à região. Em um contexto amplo, os países que a compõem buscam formas de integração a partir da cooperação econômica, comercial e técnico-científica, destacando-se, no caso brasileiro, as políticas de cooperação técnica e de investimentos, a partir de atividades de fomento à produção agrícola pela Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa), de incentivo à ciência e à tecnologia, através da Petrobras, de financiamento à infraestrutura, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de colaboração militar com países da África Ocidental.

A ZOPACAS adquire maior grau de importância, na medida em que o Atlântico Sul ganha relevância no cenário internacional, especialmente após as descobertas de grandes reservas de petróleo e minerais nas costas africana e sul americana.

O protagonismo brasileiro não foi forjado em um vácuo de poder, mas em um contexto de conflito com atores de dentro e de fora da região. A própria criação da ZOPACAS, no âmbito da ONU, recebeu apoio de 124 Estados-membros, mas encontrou resistência de países da Europa, como Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo e Portugal que, como o Japão, decidiram pela abstenção. Os Estados Unidos foi o único Estado-membro a ter votado contra a resolução. O temor se devia ao fato de que a resolução pudesse dificultar a liberdade de navegação desses países no Atlântico Sul.

Em intervenção realizada durante a reunião plenária do último encontro de Montevideo, em 2013, o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, assinalou a necessidade de consolidar e ampliar a cooperação em defesa entre os países-membros, afirmando que “hoje vivemos uma realidade em que é muito difícil dizer exatamente onde, como e quais serão as intervenções externas dos conflitos que poderão surgir” (BRASIL, 2013).

A vigilância no Atlântico Sul é frágil. O sucateamento das frotas navais facilita atividades ilegais de contrabando, pirataria (ainda não identificada na região) e pesca ilegal. São explícitas as limitações das marinhas de guerra dos países da zona. Vulnerabilidades ampliam riscos e estimulam ameaças. Partindo da premissa da Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005), que considera que conflitos internacionais poderão ocorrer especialmente pelo domínio de recursos marítimos, a marinha brasileira, a maior entre os países-membros da ZOPACAS, executa um programa para o desenvolvimento de um

submarino nuclear⁵. O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) é parte do Programa Nuclear da Marinha (PNM), cuja existência se dá em razão da ampliação da Plataforma Continental e da exploração econômica de petróleo nas áreas de pré-sal.

De acordo com Corrêa (2008; 2010), o submarino é um dos mais importantes armamentos para o que os militares denominam “negação do uso do mar”. Um submarino nuclear possui grande poder de dissuasão e pode neutralizar forças navais muito superiores.

A estratégia naval se utiliza os submarinos para que suas ações no mar produzam efeitos materiais ou psicológicos favoráveis, cabendo à Marinha de Guerra controlar a área marítima, projetar poder sobre a terra, negar o uso de área marítima cujo controle pleno seja impossível ou desnecessário, e fazer-se presente. É na negação do uso do mar que o submarino se destaca, dissuadindo o oponente pelo elevado risco a que estará exposto ou obrigando-o a imenso esforço para manter o controle da área de seu interesse. (CORREA, 2008, p. 95).

O mar que liga as reservas brasileiras de petróleo do pré-sal à região do Golfo da Guiné desperta interesses geoestratégicos de potências do hemisfério Norte, passando a ser considerado um potencial fornecedor global de petróleo, hoje advindo em sua maioria do Golfo Pérsico. A Estratégia Nacional de Defesa (END) relaciona o Atlântico Sul, junto com a Amazônia, como as duas regiões mais importantes do ponto de vista estratégico, envolvendo, sempre que necessário, a cooperação com países vizinhos (BRASIL, 2008).

A crescente cobiça internacional se dá em um ambiente de expressivas descobertas de reservas de petróleo, na camada de pré-sal brasileira, e de ascensão da Nigéria e de Angola como os dois maiores produtores de petróleo do lado africano. Angola também possui

⁵ O projeto do submarino nuclear brasileiro remonta à década de 1970. Em um período de aproximadamente 20 anos, a Marinha do Brasil dominou o ciclo do combustível nuclear. Em 2012, deu-se início ao Projeto do reator nuclear, desenvolvido no Centro Experimental Aramar, que propulsionará o submarino. O projeto é de responsabilidade da Amazul, uma companhia de projetos da Marinha, e a empreiteira Odebrecht, em parceria com o governo da França. O submarino está sendo construído no estaleiro da Marinha, em Itaguaí, no Rio de Janeiro, através do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, lançado em 2008.

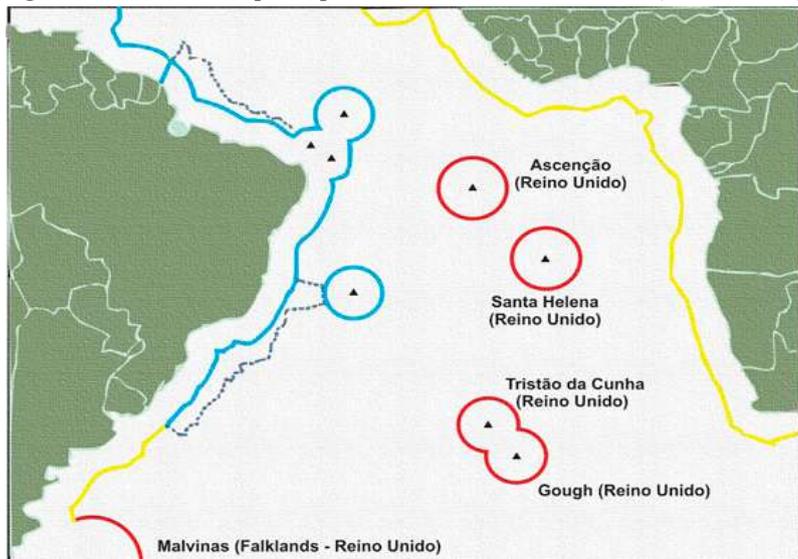
importante presença de empresas e trabalhadores brasileiros ligados aos setores de mineração, petróleo e construção civil (JORGE, 2011).

A incapacidade dos países em prover a vigilância de seus mares territoriais incentiva a presença contínua de potências, como o Reino Unido, que detêm considerável número de territórios no Atlântico Sul, um resquício de sua política colonial. Assim, as plataformas continentais dos países da região passam necessariamente por águas territoriais britânicas.

Presença do Reino Unido no Atlântico Sul

A Inglaterra detém domínio sobre ilhas e arquipélagos que perpassam por todo o Atlântico Sul. Dentre os territórios mais controversos estão as Ilhas Malvinas, palco de uma guerra, em 1982, e de tensões diplomáticas entre o governo de Cristina Kirchner e de David Cameron, em 2015, sobre a pretensão da Inglaterra de explorar petróleo na região.

Figura 3 - Territórios ocupados pelo Reino Unido no Atlântico Sul (em vermelho)



Fonte: Elaborado pelo autor.

As pretensões intervencionistas de instrumentos militares como o *US Africa Command* (AFRICOM), criado em 2007, lançam mão de estratégias de segurança para controlar “espaços vazios”, como o Sahel, sob alegação de que locais ainda não utilizados por organizações terroristas globais devem servir como espaços de mobilização e treinamento (BERNARDINO, 2015). Além disso, a reativação da IV Frota Naval pelos EUA, criada um ano depois do AFRICOM, tem como pretexto a cooperação em segurança e combate ao terrorismo.

As ações intervencionistas camufladas de processos de cooperação assimétrica suscitam desconfianças nos governos africanos e sul-americanos. Conforme manifestação do Ministro da Defesa do Brasil, “a ausência de ameaças militares imediatas não justifica a imprevidência quanto à possibilidade de que venhamos a ser afetados por crises com reflexos na defesa e na segurança, mesmo que à nossa revelia” (AMORIM, 2012). Avalia o ministro que, “devido à fluidez das relações internacionais, temos de nos preparar para uma eventual ameaça externa e construir uma indústria de defesa forte como parte de uma estratégia de dissuasão que assegure a paz no Atlântico Sul” (AMORIM, 2012).

Conclusão

O surgimento de uma região depende de uma série de elementos comuns para facilitar a integração de seus membros como a proximidade geográfica ou valores compartilhados, como democracia, desenvolvimento econômico, industrialização e transformação produtiva regional. Nesse sentido, a construção do Atlântico Sul como espaço de integração regional é mais imaginada do que real, embora ações concretas tenham sido efetivadas.

As mudanças contemporâneas na ordem global apontam que assuntos como regionalismo, segurança marítima e cooperação horizontal constituem importantes campos de pesquisa para a

compreensão das novas dinâmicas interregionais no Atlântico Sul. Concebido como uma forma alternativa de inserção na política global, o regionalismo tem sido uma importante estratégia de atuação política externa brasileira, nos últimos anos.

À medida que mais desafios transcendem as fronteiras nacionais, tornam-se necessários novos e mais sofisticados mecanismos de cooperação regional. Recursos naturais, energia, degradação ambiental, controle de doenças, migração e incursões militares são apenas alguns exemplos de fenômenos críticos que não respeitam as fronteiras nacionais. O Brasil percebeu que um modelo de governança centrado em um Estado hegemônico seria incapaz de responder a essas dinâmicas de forma eficaz.

O papel de destaque do Brasil na articulação de uma comunidade sul atlântica tem se mantido nos últimos anos. Nos governos de Lula e Dilma, ocorreram esforços para consolidar o Brasil como protagonista e principal articulador de uma comunidade sul atlântica. Além do vínculo bilateral com diversos países do continente africano, o país buscou construir um relacionamento entre o Mercosul e a África meridional.

O país enfrenta desafios persistentes para conjugar seus interesses na região. A dissuasão frente a potenciais ameaças, a condução de alianças com um leque heterogêneo de países e a crescente investida da China estão entre as principais dificuldades. Internamente, o desafio é o realinhamento do país às potências globais, executado a partir do desmonte da política externa, desenhada nos governos Lula e Dilma.

O Brasil capitalizou o importante papel histórico dos africanos no desenvolvimento do país, especialmente através da proximidade cultural e linguística que compartilha com vários membros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's) e da ECOWAS. Nigéria, Angola e África do Sul, que estão entre os principais parceiros comerciais do Brasil na África, pertencem a uma dessas organizações multilaterais.

O Brasil se distingue como um líder nas relações Sul-Sul, sua atuação com os países sul atlânticos resulta de um esforço para romper com a dinâmica verticalizada e subordinada, característica das relações Norte-Sul.

A cooperação Sul-Sul enfatiza idealmente princípios de respeito mútuo, soberania e cooperação, que contrastam com o modelo tradicional das relações Norte-Sul, em que os países em desenvolvimento recebem ajuda vinculada a condicionais econômicas e políticas dos países desenvolvidos, muitas vezes seus antigos colonizadores. Novos instrumentos multilaterais Sul-Sul — como o Fundo do IBAS para o Alívio da Pobreza e da Fome — em geral evitam mecanismos e organizações estabelecidas (inclusive o Banco Mundial), em parte porque essas instituições tradicionais são percebidas como sendo dominadas pelos interesses dos países desenvolvidos. (CARRILLO, 2011, p. 119).

As atenções brasileiras para o Atlântico Sul se basearam em uma variedade de motivações, incluindo o crescimento das relações comerciais com países africanos, a aspiração de aumentar o seu perfil internacional e a noção de solidariedade Sul-Sul (ALVES, 2013). Nos dois governos do presidente Lula, a presença diplomática do Brasil na África expandiu-se consideravelmente, com um aumento análogo da representação africana em Brasília.

A atuação do Brasil no Atlântico Sul e seu entorno estratégico, bem como nas relações Sul-Sul, se consolidou como instrumento de projeção de sua influência política de 2003 a 2015, quando ocorreu uma evolução das pautas bilaterais e multilaterais. Houve um aprofundamento das ações em torno do desenvolvimento e a busca pela criação de uma zona de paz e cooperação, articulando diplomacia e políticas de defesa, mantendo a ação cooperativa como princípio. Embora com diretrizes de políticas externas bastante semelhantes, houve uma diferença entre as ações externas dos governos Lula e Dilma para os parceiros do Atlântico Sul, sobretudo do lado africano:

o governo de Lula voltou-se à retomada intensiva da pauta africana na agenda externa brasileira, especialmente vislumbrada pelos programas, projetos e ações postos em prática entre 2003 e 2010; o governo Dilma manteve os parâmetros de Lula, porém com menor intensidade e pouco protagonismo.

Após o golpe parlamentar, que levou à queda da presidente Dilma em 2016, o presidente Michel Temer, através do ministro das Relações Exteriores, o chanceler José Serra, adotou um direcionamento diametralmente oposto ao de seus antecessores, voltando-se (inclusive em termos geográficos) ao Oceano Pacífico. A aproximação com a Aliança do Pacífico parte do ponto de vista de que o Brasil estaria alinhado ideologicamente aos países que menos crescem no continente e de que seria necessário incrementar os investimentos em comércio exterior, a partir de acordos comerciais com parceiros economicamente mais pujantes e mercados mais dinâmicos. Essa diretriz engloba também os países africanos e, conseqüentemente, toda a região do Atlântico Sul.

Serra criticou ferozmente a política de aproximação com a África, no governo Lula, alegando que aquele continente “não necessita de compaixão”. O posicionamento do governo Temer rendeu o fechamento de diversas embaixadas africanas no Brasil e de representações diplomáticas do país na África. O objetivo do atual governo é privilegiar e ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como EUA, Japão e UE.

Ainda é cedo para definir os efeitos dessa “guinada ao Norte e ao Pacífico”, promovida pelo governo Temer. O futuro do Atlântico Sul sem o protagonismo brasileiro, sem a devida integração econômica, diplomática e militar torna a região mais vulnerável a interesses extrarregionais. O papel que o país vem desempenhando na integração do Atlântico Sul leva em conta a complexidade inerente a esse tipo de iniciativa. Além da retirada do país de um cenário de liderança regional, um ponto consensual é de que não há significativos in-

vestimentos em termos políticos dos países que integram a região do Atlântico Sul, especialmente os membros da ZOPACAS, que tem poucos defensores na comunidade internacional, em comparação com as zonas de integração do Pacífico ou do Atlântico Norte.

Há o risco de que a reversão da política externa construída nos governos de Lula e Dilma para os países africanos agrave ainda mais essa tendência. A diretriz do governo de Michel Temer se pauta no enfraquecimento das iniciativas de integração regional e de cooperação Sul-Sul, dando lugar a uma maior integração com parceiros tradicionais. Conforme anunciado pelo chanceler José Serra, o país deverá seguir uma política externa “sem grandes protagonismos”. Somam-se a isso as investigações da Operação Lava Jato, que afetam decisivamente as relações comerciais entre os países, pois envolvem as maiores empresas brasileiras (especialmente a Petrobras e as grandes empreiteiras), mergulhadas em escândalos de corrupção. Esse conjunto de fatores pode colocar em xeque a liderança brasileira na região, seu protagonismo em âmbito global e a própria existência de uma zona de cooperação e de integração do Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E.; SOUZA NETO, D. M. de. O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África. In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. de. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea, 2014.

ALVES, A. C. Brazil in Africa: achievements and challenges. In: ALDEN, C. (ed). **Africa and Emerging Actors**. London: London School of Economics, 2013. p. 37-44.

AMORIM, C. Defesa: um diálogo nacional. In: SEMINÁRIO ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA: POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA, 2., 2012, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Câmara dos Deputados, 2012, p. 01 - 10. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes02/dialogo.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

BERNARDINO, L. M. B. O novo paradigma da segurança na África: a estratégia securitária regional angolana. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 168 – 184, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008.

_____. Intervenção do ministro da Defesa, Celso Amorim. In: REUNIÃO MINISTERIAL DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL – ZOPACAS, 7., 2013, Montevidéu. **Anais eletrônicos...** Montevideo, [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/7VREtx>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Balança dos países: países e blocos**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2?layout=edit&id=1210>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

_____. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**, 2016. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/images/publicacoes/Anuario_Estatistico_ANP_2016.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

CARRILLO, S. (coord.). **Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. Brasília: Banco Mundial; Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreoatlanticopor2.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CORRÊA, F. G. **O projeto do submarino nuclear brasileiro: uma história de ciência, tecnologia e soberania**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2010.

_____. O submarino de propulsão nuclear e a estratégia nacional. **E-Premissas: revista de estudos estratégicos**, Campinas, SP, n. 3, p. 93 – 106, 2008. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/3/submarino.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

COSTA, W. M. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica. **Revista USP**, São Paulo, n. 95, p. 09 – 22, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52234/56270>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação, [on line]**, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

JORGE, N. **O Brasil e a comunidade lusófona na África: relações atuais e perspectivas de aprofundamento.** In: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões do Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia.* Rio de Janeiro: Ipea; Ciclo de Debates, 2011. p. 117-126.

ORDOÑEZ, R; ROSA, B. Futura “nova Opep” no Atlântico Sul muda geopolítica do petróleo. **O Globo**, [on line], 07 out. 2013. Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/futura-nova-opep-no-atlantico-sul-muda-geopolitica-do-petroleo-10273212#ixzz42DXh7LDu>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EdUFBA, 2011.

Cabo Verde

Ricardino Jacinto Dumas Teixeira¹

Contexto e caracterização

A República de Cabo Verde, país insular e arqueológico, está localizada na costa ocidental da África. Seu território abrange uma aérea de 4.033 km². Cabo Verde é constituído por dez ilhas, aglomeradas em dois grupos: o de Barlavento, que compreende as ilhas de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Boavista e Sal; e o grupo de ilhas a Sotavento, correspondente a Santiago, Fogo, Praia e Brava. Cada uma delas apresenta composição socioeconômica específica, não obstante algumas similitudes que as caracterizam.

Administrativamente, o país é organizado em 22 municípios. Os municípios são constituídos por uma câmara municipal (executivo) e uma assembleia municipal (legislativo), sendo subdivididos em 32 freguesias, administradas pelas autarquias inframunicipais.

Quadro 1 – Divisão administrativa de Cabo Verde

Ilha	Municípios/Concelhos ²	Freguesia
Santo Antão	Ribeira Grande	Nossa Senhora do Rosário
		Nossa Senhora do Livramento
		Santo Crucifixo
		São Pedro Apóstolo
	Paul	Santo António das Pombas
Porto Novo	São João Baptista	
	Santo André	
São Vicente	São Vicente	Nossa Senhora da Luz
Santa Luzia		
São Nicolau	Ribeira Brava	Nossa Senhora da Lapa
	Tarrafal de São Nicolau	Nossa Senhora do Rosário
Sal	Sal	São Francisco
		Nossa Senhora das Dores

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor-adjunto do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: ricardino@unilab.edu.br.

² Cabo Verde manteve a divisão territorial e administrativa herdada dos portugueses, daí a designação de concelhos.

Ilha	Municípios/Concelhos²	Freguesia
Boa Vista	Boa Vista	Santa Isabel
		São João Baptista
Maio	Maio	Nossa Senhora da Luz
		Praia
Santiago	São Domingos	Nossa Senhora da Luz
		São Nicolau Tolentino
	Santa Catarina	Santa Catarina
	São Salvador do Mundo	São Salvador do Mundo
	Santa Cruz	Santiago Maior
	São Lourenço dos Órgãos	São Lourenço dos Órgãos
	Ribeira Grande de Santiago	Santíssimo Nome de Jesus
		São João Baptista
	São Miguel	São Miguel Arcanjo
Tarrafal	Santo Amaro Abade	
Fogo	São Filipe	São Lourenço
		Nossa Senhora da Conceição
	Santa Catarina do Fogo	Santa Catarina do Fogo
Mosteiros	Nossa Senhora da Ajuda	
Brava	Brava	São João Baptista
		Nossa Senhora do Monte

Fonte: Verbete do Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_administrativa_de_Cabo_Verde>. Acesso em: 15 jan. 2017.

Cabo Verde abriga populações da ordem de 491.575 mil, com predominância de mestiços, brancos e negros. A ilha de Santiago, centro político-administrativo do país, tem 273.044 habitantes, concentrando 56% da população, e está distribuída em nove concelhos. Disso advém o seu peso político e econômico e seu nível de urbanização bastante considerável em comparação às outras ilhas. Santiago apresenta a maior população negra do arquipélago, decorrente da longa história de exploração de trabalho escravo. Seu eleitorado é o maior de Cabo Verde (cf. tabela 1).

O número da população por concelho mostra que a ilha de São Vicente é a segunda mais povoada, com 76.140 mil habitantes, correspondente a 15,5% da população. A ilha de Santo Antão é a terceira mais povoada, com 43.915 habitantes, em 2010, correspondente a 8,9% da população, e está dividida em três concelhos.

A ilha de São Nicolau – a mais mestiça de Cabo Verde – reúne um total de 12.817 habitantes, totalizando 2,6% da população em 2010, distribuídos entre dois concelhos. A ilha de Sal concentra geograficamente 25.779 mil habitantes, correspondendo a apenas 2,5%, da população, distribuídos em um concelho. A ilha de Boa Vista abriga 8,86% da população. A ilha do Fogo – a mais branca do arquipélago – está subdividida em três concelhos. Sua população é de 370.710 habitantes em 2010, equivalente a 7,5%. A ilha de Brava, subdividida em apenas um concelho, é conhecida pela concentração de pequenos proprietários de terra. Por fim, a ilha de Maio, habitada por 6.952 habitantes, em 2010, 1,4% da população, sendo formada por um único concelho (INE, 2010). A tabela 1 abaixo apresenta o número da população e de eleitores por ilhas.

Tabela 1 - População e Eleitores de Cabo Verde

Ilhas	População	%	Eleitores	%
Santiago	274.044	55,71	146.756,00	45,84
São Vicente	76.140	15,48	47.571,00	14,86
Santo Antão	43.915	8,93	28.576,00	8,93
Fogo	37071	7,54	21.827,00	6,82
Sal	25.779	5,24	14.883,00	4,65
São Nicolau	12.817	2,61	8.717,00	2,72
Boa Vista	9.162	1,86	5.658,00	1,77
Maio	6.952	1,41	4.432,00	1,38
Brava	5.995	1,22	4.065,00	1,27
Total	491.875	100%	282.485,00	88,24
	Eleitores fora do país		37.645,00	11,76
	Total de eleitores		320.129,00	100
Fontes: INE (2010); CNE (2012).				

Nesse contexto, Cabo Verde pode ser visto como um arquipélago com acentuada diferença regional, acentuada historicamente ao longo da presença e povoação portuguesa. A dinâmica que se processou no interior dessa sociedade revela uma distinção em relação à estrutura sociocultural e institucional, que marcou as relações de poder entre os grupos sociais.

O Estado atualmente está regulamentado pelos mecanismos formais da divisão de poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Fora dessa estrutura formal de organização, existem outros grupos sociais organizados para além do campo institucional, como grupos socioculturais de *Tabanka* e *Batuko*.

A participação eleitoral, a decisão, assim como a gestão e o exercício do poder político em nível nacional e local (municípios, concelhos e freguesias) são exercidos a partir da participação em eleições periódicas dos representantes dos partidos políticos eleitos para o governo. Essas são estruturas administrativas e territoriais herdadas do regime colonial. Por outro lado, há que se observar o grande contingente populacional que vive fora de Cabo Verde. Se considerarmos os eleitores, aqueles que vivem fora do país constituem o terceiro maior colégio eleitoral, ficando abaixo apenas das ilhas de Santiago e São Vicente.

Na atualidade, segundo os dados do Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, de 2014, em Cabo Verde, o índice de desenvolvimento situa-se em 0,58, quarto melhor colocado no continente e 122^a posição no *ranking* mundial. O país possui uma esperança de vida de 73 anos e um produto interno bruto *per capita* na ordem de US\$ 6,094. No setor da educação, o percentual de população alfabetizada é de 94%. O desemprego foi constatado, no mesmo período, em torno de 15% (CABO VERDE, 2015).

Essa configuração geográfica, administrativa e social tem, portanto, implicação na política de segurança cabo-verdiana, no que tange às parcerias para a manutenção de paz e segurança na região

do Atlântico Sul, assim como para a cooperação econômica, diplomática, comercial, científica e técnica para o funcionamento integrado do Estado, da sociedade e da administração pública do arquipélago, em especial, em programas de parcerias estatais com o Brasil.

Processo de ocupação portuguesa

A data de 1460 marca a chegada dos portugueses às ilhas de Cabo Verde, inicialmente desabitadas, cedidas aos donatários António de Noli e Diogo Afonso. O povoamento de Cabo Verde teve início no século XV, mediante o processo de ocupação do território pela colonização portuguesa na ilha de Santiago. Essa ilha se constituiu num importante entreposto transatlântico de escravos na África (CARREIRA, 1984). Por isso, a vila de Ribeira Grande de Santiago é considerada o berço de povoamento de Cabo Verde.

Para facilitar a fixação da população no arquipélago de Cabo Verde, sem que isso implicasse um investimento oneroso para Lisboa, o rei de Portugal D. Afonso V emitiu, em 12 de junho de 1466, uma lei que concedia aos moradores de Santiago e Fogo o monopólio do comércio de escravos na costa africana, podendo os lançados com negros e tangomãos ou tangomas comercializarem livremente nos “Rios da Guiné de Cabo Verde”³, à exceção da Baía Arguim, que era monopólio do Rei de Portugal, nessa região.

Tangomãos ou tangomas, geralmente cristãos brancos ou mestiços, foram valiosos intermediários entre europeus e africanos no comércio de escravos nos Rios da Guiné (CARREIRA, 1972). Os tangomãos eram geralmente de ascendência portuguesa; por isso, há uma tendência em considerar que um dos elementos centrais dessa dinâmica societal cabo-verdiana foi a mestiçagem, seja ela consentida

3 Essa denominação surgiu no século XVI e compreendia a área do comércio entre o rio Senegal e Serra Leoa, concretamente entre a região fronteiriça de Casamance e as ilhas de Los, passando a se tornar conhecida por “Rios de Cabo Verde”. Entretanto, a autorização para fixação de comerciantes cabo-verdianos de origem europeia e árabe nos rios da atual Guiné-Bissau só foi possível com autorização dos indígenas de Bissau, população autóctone, *dunnus de tchon* (donos do chão).

ou forçada. Como disse Carreira, “a tendência para branqueamento da população cabo-verdiana é flagrante” (CARREIRA, 1984, p. 44). Um dos marcos precursores da interpretação da nação imaginada crioula é o lusotropicalismo ibérico, de Gilberto Freyre (FERNANDES, 2002).

Em Cabo Verde, a difusão do ensino formal nas ilhas pela Igreja Católica se deu simultaneamente à constituição de núcleos de povoamento com a criação, em 1533, da diocese de Cabo Verde, a primeira na África Ocidental. A participação da diocese no campo da educação se intensificou com a política de alfabetização, a partir de 1570, para ensinar a doutrina católica à população. Em 1846, com a criação da Escola Superior da Brava, e em 1866, com a do Liceu de São Nicolau, foram criados, em Cabo Verde, avanços significativos no sistema educacional em comparação às demais colônias de Portugal na África (CARREIRA, 1984).

O ano de 1879 marca a constituição oficial de Cabo Verde como colônia de Portugal. Em 1952, Cabo Verde deixou de ser colônia e se converteu em “província de ultramar”, instituída pela revisão constitucional colonial de 1951 que visava reforçar a “unidade nacional” nos territórios de domínio de Portugal na África, no contexto pós-guerra, com o objetivo de assegurar a colonização e o Pacto do Atlântico Norte, assinado em Washington, pelo regime colonial, e que deu origem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no século XX. Portugal alegava a sua especificidade histórica e herança cultural das “províncias de ultramar” no processo de mercantilização econômica para o mercado internacional, conforme a racionalidade imposta pela lógica de acumulação de capital na África (HERNANDEZ, 2008).

“Civilizados” e “primitivos” na constituição do sistema colonial

No campo da administração das colônias, em 1899, foi criado, pelo regime colonial português, o Código de Trabalho Indígena.

Esse código foi revogado em 1914 e substituído pelo Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas, que visava “alargar a estreita margem de manobra política, com maior adequação à ideologia republicana” (HERNANDEZ, 2008, p. 515). Esse “estatuto indígena” sustentou a categorização da população de Guiné-Bissau, como também de Moçambique e Angola, em “civilizados” e “não-civilizados”; enquanto Cabo Verde não conheceu formalmente o estatuto de indigenato⁴ e esses povos eram vistos como “civilizados”, representando e mantendo intactos os interesses econômicos e administrativos do regime colonial nos países africanos como Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Essa representação era mantida através de imposição e coerção ou de consentimento e persuasão do regime colonial.

Na análise de José Luiz Cabaço (2009), o “estatuto do indigenato” impôs uma diferenciação social entre colonos e colonizados. Os primeiros estavam sujeitos à cidadania balizada pela lei e pelos direitos vigentes na metrópole, enquanto os colonizados, a uma legislação e governo caracterizado por um poder coercitivo e jurídico. Entre essas duas categorias, teria se formado um terceiro grupo composto por nativos de base urbana, mestiços, uma classe média urbana de funcionários e pequenos comerciantes, entre outros, que não estava sujeito nem às leis dos colonos nem ao poder consuetudinário de grupos locais, cujas lideranças assumiram um papel de supervisão e garantia das obrigações para com o Estado (CABAÇO, 2009). Esse terceiro grupo, na perspectiva de Mamdani (1996), não estava submetido “nem ao costume nem exaltados como cidadãos com direitos, permaneciam num limbo jurídico (MAMDANI, 1996, p. 19).

As análises sobre a estrutura social colonial de Cabo Verde tendem a considerar como critério a propriedade, profundamente marcada pelas necessidades do colonialismo, seja na constituição

⁴ Cabo Verde, o Estado da Índia Portuguesa, e Macau nunca foram submetidos ao regime do indigenato, ao contrário de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. O indigenato foi introduzido em São Tomé e Príncipe e no Timor, após a Segunda Guerra Mundial (THOMAZ, 2001).

de famílias locais, seja no tipo do modelo de estrutura administrativa e educacional instituído pelo regime colonial português. Nesse sentido, Carreira (1984) afirma que, desde os finais do século XVIII e princípios do século XIX, encontram-se presentes três grandes grupos sociais demarcados muito mais pela propriedade privada e por privilégios sociais do que pela cor da pele. O primeiro grupo social é constituído pelo “branco da terra”, do qual também faziam parte, direta ou indiretamente, os padres católicos, sargentos, capitães e mestiços que conseguiram certa ascendência no quadro da mobilidade vertical vigente na época colonial. No contexto geral da população, esse grupo possuía as melhores terras para a agricultura e monopolizava o sistema econômico, político, cultural, privilégios sociais e bens patrimoniais. O segundo grupo é denominado pelo autor de intermediário. Esse grupo é constituído por rendeiros de terra, profissionais liberais, pequenos comerciantes e habitantes das ilhas em geral. Já o terceiro e último grupo social era formado pelos escravos, cujo número foi diminuindo até a sua completa extinção. A relação de escravidão nas ex-colônias portuguesas, na África, vigorou formalmente até 1878, embora tenha persistido de outra forma, anos sucessivos após a independência desses países.

Na perspectiva de Amílcar Lopes Cabral (1978), tendo como inspiração o marxismo, a estrutura de classes em Cabo Verde se caracteriza por três categorias: os grandes proprietários, os pequenos proprietários e os rendeiros (CABRAL, 1978). A perpetuação da estrutura fundiária no seio da população cabo-verdiana faz com que as posições das classes e dos escravos fossem concebidas como um problema socioeconômico, sem referência étnico-racial. Cabo Verde, nesse caso, se caracterizaria como uma forma particular adotada pelo sistema colonial, que assumiu, ao longo do tempo e no âmbito do “indigenato”, diferentes dualidades: branco-preto, civilizado-indígena, oralidade-escrita, tradicional-moderno, cultura-costume, tendo como eixo hierarquizador a “raça” e não a classe, a religião ou o

gênero (CABAÇO, 2009). Em que medida essa hierarquização racial foi ou não superada, no período pós-colonial e no processo atual da democratização em Cabo Verde? Para Mendy (1999), o estatuto de indigenato se distinguiu de outros mecanismos de controle e coerção, na sociedade colonial, por ser o instrumento que a administração colonial portuguesa frequentemente recorria como sistema de “justiça administrativa” que atribuía pleno poder ao administrador para prender e encarcerar o indígena “rebelde”. As ações administrativas regulamentam toda a vida da colônia em proteção do colono e em representação do seu privilégio “inato” (CABAÇO, 2009).

Em termos do pacto do Atlântico Norte, que deu origem à OTAN, caracterizado pela política de diferenciação e de assimilação cultural, Cabo Verde se estruturou como um polo “intermediário” do Estado colonial, em que a defesa do colonialismo se fez sob o pretexto do lusotropicalismo, garantindo ao regime português uma zona de comércio no Atlântico Sul, da qual também fazia parte, direta ou indiretamente, os comerciantes ingleses, franceses, árabes, em meio a outros atores no comércio nos “Rios da Guiné”.

Unidade Cabo Verde e Guiné-Bissau para a luta

Os impactos sociais, políticos, econômicos e culturais da política colonial em Cabo Verde fizeram ampliar focos de resistências locais contra a exploração e a opressão política de Portugal, que iam desde reclamação por melhores condições de vida nas ilhas, marcadas por sucessivas secas e migração forçada para propriedades rurais em São Tomé e Príncipe, em condições de escravidão, até a constituição de um projeto coletivo de unidade com Guiné-Bissau para a luta pela libertação contra o jugo colonial.

Em 1960, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado na clandestinidade, em 1959, pelo guineense de origem cabo-verdiana Amílcar Cabral, se preparou

para o confronto armado com os portugueses. Em janeiro de 1963, o partido iniciou a luta, após uma ampla mobilização e conscientização das massas na zona rural da Guiné-Bissau, onde o PAIGC detinha um maior controle e influência política. As forças coloniais portuguesas, no período, totalizavam 25 mil homens. Mesmo com as deficiências das baterias antiaéreas dos guerrilheiros, estes conseguiram derrubar os colonizadores no início da década de 1970 (CABRAL, 1978).

A experiência do partido único de inspiração marxista-leninista, a incontestável liderança e influência política da elite crioula⁵ e a necessidade de autodeterminação dos povos colonizados eram sentimentos comuns reconhecidamente incontroversos, na sociedade cabo-verdiana e guineense, refletidos no interior do partido único PAIGC e dos movimentos nacionalistas de luta pela libertação em vários países africanos de expressão portuguesa. A característica principal dessa aglutinação foi a busca pela autodeterminação.

O PAIGC, que conseguiu mobilizar e conservar amplo apoio popular, também era considerado pelos analistas um dos mais estruturados partidos políticos na África, com uma liderança partidária atuante, politicamente engajada e, às vezes, polêmica na sua maneira de conceber a prática política. O PAIGC contava com apoio, a partir de 1960, dos países “socialistas”, entre eles, Rússia, Guiné-Conacri, Cuba e Checoslováquia, tanto na formação de quadros quanto no fornecimento de material bélico para a guerrilha, no contexto de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre duas nações e zonas de influência: Estados Unidos e União Soviética, no final da Segunda Guerra Mundial.

Em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral, líder fundador do PAIGC, foi assassinado, em Conacri, nas vésperas da independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau. O assassinato de Cabral, símbolo revolucionário, envolveu disputas entre Estados Unidos e a antiga

⁵ A elite crioula foi formada, fundamentalmente, por “civilizados”, pertencentes à categoria de mestiços que estudaram em universidades e escolas técnicas européias. No caso do PAIGC, grande parte da “vanguarda” estudou em Portugal.

União Soviética, no Atlântico Sul. Alguns autores interpretaram a aproximação de Amílcar Cabral ao bloco soviético como algo de extremo perigo, que poderia, no futuro, fazer do arquipélago de Cabo Verde um entrave para a segurança dos países da OTAN, criando condições para o domínio soviético no Atlântico Sul (SOUSA, 2011), em oposição aos interesses dos Estados Unidos.

Nessa época, o Brasil experimentou uma aproximação tímida com a África e o Atlântico Sul se tornou num ativo estratégico no contexto da disputa internacional evidenciada nos crescentes movimentos progressistas, no sentido de viabilizarem mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas em África: a realização do V Congresso Pan-Americano, que teve lugar em Manchester, em 1954; a fundação do Conselho Nacional da Nigéria e Camarões, tendo reunido diversas organizações e deflagrado uma greve geral; o terceiro Congresso da Federação dos Estudantes da África Negra, em França, realizado em dezembro de 1957.

O Brasil procurou se adaptar à nova configuração geopolítica, marcada pela sublevação contra os ingleses na Índia, na Birmânia, na Malásia, no Iraque; contra os franceses no Vietnã e na Argélia; e contra os americanos na China. Enquanto isso, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe lutavam contra a perpetuação do colonialismo português em África.

Independência nacional

Em 1973, o PAIGC proclamou de forma unilateral a independência e se proclamou uma república, buscando o reconhecimento internacional. Em 10 de setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, acontecimento conhecido como revolução dos cravos, Portugal reconheceu oficialmente a independência de Guiné-Bissau (a primeira das ex-colônias portuguesas na África a alcançar a independência) separada da de Cabo Verde, no contexto do que

Huntington (1994) denominou de “terceira onda de democratização”, impulsionada pela derrota militar portuguesa nas ex-colônias africanas. O Brasil⁶ foi uma das primeiras nações a reconhecer oficialmente a independência dos dois países, num contexto político de regime militar brasileiro em que havia lutas sociais contra os ranços de autoritarismo, nos anos de 1970 e 1980.

Apesar do reconhecimento formal das independências, a relação do Brasil com os países africanos, ex-colônias de Portugal, ficaram subdimensionadas, em nome do que se convencionou chamar de “unilateralismo” e/ou “desenvolvimentismo” da política externa brasileira (VIZENTINI, 1999; FERNANDES, 2007).

Pós-independência e ruptura política

Após a independência separada de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, o guineense Francisco Mendes, que exercera o cargo de Comissário do partido, em 1973, em Guiné-Bissau, assumiu o cargo de primeiro-ministro. Luís Cabral, guineense e meio irmão de Amílcar Cabral, por sua vez, foi eleito presidente pelo PAIGC. O primeiro governo herdou um país devastado pela exploração em massa dos recursos naturais e humanos, por parte do Estado colonial nos dois países e pela guerra de libertação nacional no território da Guiné-Bissau.

Luís Cabral foi deposto em 1980, por golpe de Estado chefiado pelo general guineense João Bernardo Vieira, veterano da luta de libertação nacional. A justificativa foi a de que o golpe de Estado, chamado de “Movimento Reajustador”, seria uma forma de preservar a memória do passado “tradicional” como contraponto

6 Após o processo de independência nacional, a colaboração de intelectuais brasileiros, entre eles, Paulo Freire, Ladislau Dowbor e Milton Santos teve um papel importante. Observe-se que, em nível de ensino superior, o governo brasileiro, através do Ministério de Educação (MEC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), abre anualmente vagas nas universidades públicas brasileiras para estudantes de Guiné-Bissau e dos demais países da África, no quadro do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e da Pós-Graduação (PEC-PG). Nos últimos anos, o Brasil tem procurado exercer a sua influência política e comercial no continente, especialmente nos países africanos de língua portuguesa.

à “modernização” defendida pelo governo de Luís Cabral (AUGEL, 2007). As contradições e disputas pelo poder entre cabo-verdianos e guineenses são examinadas por Lopes (1987) sob uma perspectiva de luta de classes entre a “pequena burguesia” dentro do PAIGC. Apesar disso, o desafio para superar a fissura entre assimilados e indígenas se fazia presente no debate.

Outra justificativa do golpe de Estado foi a de que era preciso tirar o poder político da mão dos cabo-verdianos, que detinham cargos-chave no governo, para devolvê-los aos “verdadeiros” combatentes guineenses que dirigiram as principais frentes de combate armado para a independência da Guiné e de Cabo Verde. Esse discurso de cunho nacionalista contou com apoio das autoridades tradicionais e se tornou uma das formas de identificação nacional. Essas disputas, por sua vez, são vistas também como um confronto ideológico e constitucional dentro do PAIGC entre trotskistas e maoístas (FERNANDES, 2007), formados na sua maioria pela elite cabo-verdiana e vistos, pela elite dirigente guineense, como hegemônica dentro e fora do partido no processo da tentativa de construção da nação.

O golpe de 1980 gerou uma crise profunda no interior do PAIGC e selou a separação política entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, acabando com o processo de unificação dos dois países. Em 1981, é aprovada a Constituição que oficializou a República de Cabo Verde. As relações de Cabo Verde e Guiné-Bissau foram retomadas posteriormente como países independentes, em 1985.

João Bernardo Vieira, autor do golpe de 1980 e proclamado primeiro-ministro pelo PAIGC, é indicado presidente em 1984, para um período de cinco anos⁷. Os dissidentes cabo-verdianos do PAIGC, descontentes com a destituição do governo de Luís Cabral, fundam o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), sob a liderança de Pedro Pires. A elite política cabo-verdiana se considerava progressista e burocraticamente mais apta para assumir os cargos-chave no governo, quando comparada à elite guineense, a

⁷ Até esse período, Guiné Bissau e Cabo Verde viviam num sistema de ditaduras personalista.

quem historicamente fora negado o acesso aos bens socioculturais pelo regime colonial, o que acabou precipitando o conflito político e golpe de Estado contra o governo de Luís Cabral. Até que ponto as disputas internas podem se constituir em entraves às parcerias África-Brasil expressivas de interesse comum sobre Atlântico Sul?

Ajustes macroeconômicos e a democracia liberal

Cabo Verde e Guiné-Bissau, na luta contra o colonialismo português e nas tentativas de construção de Estado-Nação, já nos princípios de 1970, tinham no marxismo-leninismo argumento para se sobrepor às questões de raça, de etnia e do legado colonial para a construção de novas estruturas sociais, no processo de pós-independência.

No processo de criação de novas estruturas sociais, três questões se sobressaem: (I) as pretensões econômicas e políticas das elites governamentais em criar novas estruturas sociais e estatais na África; (II) os problemas internos e (III) a crise econômica dos anos 1970, no contexto da decadência da polaridade que caracterizou a Guerra Fria, com a instalação do neoliberalismo e da expansão das “receitas” de democracia liberal e liberalização do mercado ao capital externo, impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), e de gerenciamento econômico internacional, segundo o Sistema Bretton Woods. Para os organismos internacionais, a abertura do mercado e o multipartidarismo na África revelam-se como a condição *sine qua non* para a concessão de novos créditos e para a renegociação da dívida externa (CARDOSO, 1996; JAUARÁ, 2004).

Na África, o primeiro pacote de reformas neoliberais se deu no início dos anos de 1970 e atingiu uma média de 70 projetos para o “desenvolvimento”. Esses projetos ganham proeminência com o reforço da intervenção de organismos internacionais na implementação do segundo pacote de reformas, na década de 1980. Desse

total, apenas 20% foram considerados satisfatórios pelos organismos internacionais, em 1997 (MUSTAPHA, 2006).

Essas reformas neoliberais estavam imbricadas com a intensificação de uma tripla campanha ideológica, alicerçada (I) no aprofundamento da retórica da desresponsabilização do papel de Estado na economia; (II) na mudança no comportamento dos capitalistas, tanto estrangeiros quanto nacionais, que operavam nos mercados internos nacionais; e (III) na definição de um modelo de Estado e sociedade civil. Esse fato se relacionava à crise do socialismo real, ao fim da URSS e, simultaneamente, à mudança geopolítica em que os países aliados ao bloco soviético acabaram por se inserir ao processo de globalização do mercado capitalista, em um contexto de ascensão do modelo neoliberal, de consequências do fim da Guerra Fria (a partir já da primeira metade da década de 1980) e de democratização na África, nos princípios da década de 1990. Portanto, a década de 1990 foi conhecida como a década de mudança na África, em geral, e em Cabo Verde, em particular, com o processo de liberalização do mercado nacional ao capital externo, em que a África se tornou um dos principais conectores na agenda da política externa global, no quadro liberal da execução da “reforma de Estado”.

O projeto de reforma do Estado e da (re)construção de uma nova “ordem mundial”, inserida na lógica das regras do jogo da democracia eleitoral na África, ganhou proeminência a partir do “Consenso de Washington” de 1989, cujos princípios, de modo geral, são: 1) garantir o equilíbrio orçamentário, a partir da redução de gastos públicos; 2) promover abertura comercial através da redução de tarifas de importação e eliminação de barreiras não-tarifárias; 3) incentivar a liberalização financeira, por meio da formulação das normas que restringem a entrada de capital estrangeiro; 4) desregular os mercados nacionais pela eliminação de instrumentos legais de intervenção do Estado na economia; e 5) privatizar as empresas nacionais e os serviços públicos (DINIZ, 1996). Isso, em

última instância, requer a redefinição do conceito de Estado na sua relação com a sociedade civil e a redefinição de políticas públicas. Foi nesse contexto que Cabo Verde foi empurrado no caminho da democratização e realizou suas primeiras eleições, em 1991.

A pós-independência e a democratização de Cabo Verde continuaram colocando desafios ao país. Não obstante, resta saber se esses desafios podem ser minimizados a partir do reforço da integração de Cabo Verde na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Na ZOPACAS, o país coloca seus múltiplos interesses em novas bases, novos conceitos, expandindo as fronteiras de cooperação dentro de uma nova geopolítica global adotada pelo Estado com o objetivo de minimizar as ameaças externas, de buscar novas formas de composição e integração para a manutenção da paz e segurança na região do Atlântico Sul, tendo em consideração a separação entre as ilhas por uma ampla superfície oceânica. A dispersão das ilhas coloca, atualmente, desafios à segurança das ilhas de Cabo Verde. Como garantir e reforçar a integração de Cabo Verde na ZOPACAS frente às múltiplas pertencas de cooperação regional e internacional que expressem e articulem os interesses duma coletividade subjetiva tripartida entre África, América Latina e Europa?

Parcerias África-Brasil e as múltiplas pertencas de Cabo Verde

Com o processo de democratização, que se estendeu até os dias atuais, a África se tornou um dos principais conectores na agenda da política externa brasileira. No entanto, a despeito da crise internacional que afeta o fluxo comercial entre o Brasil e a África, continua havendo um incremento de cooperação econômica entre os dois países. Essa cooperação econômica é marcada pelo fluxo global do comércio e de capital de ambos lados, com forte presença das empresas brasileiras nos setores de petróleo e gás, infraestrutura, construção de condomínios residenciais, planejamento urbano, ope-

ração de minas de diamantes e distribuição de serviços na África. Não há dúvidas de que estamos diante de um novo cenário de parceria.

No campo econômico, o Grupo dos 20, criado em dezembro de 1999, por países de economias mais avançadas, com o objetivo de fortalecer negócios internacionais, revelou um novo papel às economias em desenvolvimento na nova conjuntura global. Em arranjos de cooperação Sul-Sul, as parcerias entre o Brasil e os países africanos, sobretudo os subsaarianos, concentram-se em quatro principais áreas de atuação, quais sejam: agricultura (19%), saúde (14%), cooperação técnica (3%), energia (3%), educação (11%), meio ambiente (6%), segurança pública (6%), administração pública (4%), indústria (16%), outros (18%) (CARRILLO, 2011). No entanto, uma das áreas desse processo de cooperação é pouco trabalhada: o Atlântico Sul, que parece estar ausente ou assumindo uma prioridade residual – daí a pertinência da ZOPACAS.

No quadro do Projeto Cotton-4, o Brasil desenvolve atividades no Burkina Faso, no Benin, no Chade, no Mali e no Senegal, enquanto, em Angola, em Cabo Verde, no Congo, em São Tomé e Príncipe e em Guiné-Bissau, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) construiu centros de ensino profissionalizante. No campo da energia, o setor privado brasileiro está envolvido na produção de etanol na África, uma parceria entre a empresa brasileira Odebrecht, hoje em crise, e a empresa estatal angolana, Sonangol. O investimento inicial estimado de US\$ 400 milhões visa à utilização de cana de açúcar, etanol e eletricidade para a produção de biocombustível. No âmbito social, vários países africanos (como Angola, Senegal, Quênia) vêm encontrando, na política social brasileira de redistribuição de renda, experiências bem-sucedidas para o combate à fome, à exclusão e à marginalização social nesses países da África (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

No campo educacional, se destacam três iniciativas de ensino superior que atualmente conectam o Brasil e os países africanos, a saber: a Universidade Aberta do Brasil em Moçambique (UAB); a parceria para a criação da Universidade Pública de Cabo Verde,

inaugurada no final de 2016; e o Programa CNPq África, que estimula projetos de pesquisa na África para promover a conexão de conhecimento científico e tecnológico.

A UAB é um projeto de parceria entre Brasil e Moçambique, criado em 2010, durante o governo Lula da Silva. A UAB faz parte das ações de cooperação do Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior à Distância, em Maputo, sendo coordenado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior do Brasil (CAPES). O objetivo da UAB é reforçar os laços de solidariedade e de cooperação entre as nações que adotam o português como língua oficial, por meio de iniciativas que busquem a promoção do desenvolvimento econômico e social; a integração educacional e cultural de seus povos e, por conseguinte, a garantia de expansão e interiorização da educação superior nos países de língua oficial portuguesa, utilizando ferramentas de educação à distância.

As iniciativas bilaterais e multilaterais são incrementos importantes em termos de vantagens comparativas na agenda Brasil-África das universidades públicas. A demanda crescente dos países da África por conhecimento especializado do Brasil (e vice-versa) contribui para o fortalecimento de suas relações. O discurso de “dívida histórica” e de afinidades étnicas do Brasil para com a África, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, deixa de ser meramente econômico e articula a dimensão cultural. A diplomacia cultural passa a ser um instrumento da política externa brasileira. A ênfase na presença africana no Brasil, empreendida pelo governo, também leva em consideração a promoção da cultura brasileira na África: música, novela, desporto, turismo, carnaval, samba, culinária, técnicas, saberes e tecnologias como instrumentos políticos estratégicos do governo. Ao propor intercâmbios para a cultura, a história, a língua e a etnia, o governo Lula “fixa um novo sentido” ao Atlântico Sul, na relação com a África, como uma questão de “reconhecimento” na formação atual do Brasil.

Contudo, para a defesa do Atlântico Sul é necessário que se tenha presente a política de incentivos à pesquisa e à produção dum conhecimento do Sul Global, no Brasil e na África. Que significado adquire a ideia da ZOPACAS, em termos de segurança e política de defesa comum articulada, num contexto marcado pelas múltiplas pertenças dos países africanos – por meio da integração na Comunidade dos Países da Língua de Língua Portuguesa (CPLP); na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (COMESA); na Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); e em outras comunidades, inseridas numa encruzilhada tripartida atlântica entre a África, a América Latina e a Europa?

No que se refere à Europa, há que considerar a herança colonial, a dependência externa às agências internacionais da ONU, no quadro neoliberal, em que os Estados africanos assumiram o papel de intermediários no mercado capitalista – política que caracterizou ajustes macroeconômicos na África. No caso de Cabo Verde, em nível bilateral, há que considerar a ligação do país com a Europa, a qual estabeleceu, em novembro de 2007, uma parceria especial com a Comunidade Europeia, colocando Cabo Verde “num novo patamar de cooperação” com os países da Europa. Acrescenta-se ainda o fato de que Cabo Verde atualmente é um dos principais parceiros estratégicos do governo dos Estados Unidos para segurança marítima, aliado do Comando Africano para África (AFRICOM) e do Centro de Operações de Segurança Marítima (COSMAR).

Diagnosticamos, por um lado, que as múltiplas pertenças da África revelam os desafios atuais à ZOPACAS, em especial, nas suas diversas relações de cooperação com Cabo Verde, para a manutenção da paz e segurança na região do Atlântico Sul. Por outro lado, a cooperação Sul-Sul abre uma nova oportunidade histórica e política em função da posição geoestratégica do arquipélago de Cabo Verde para a segurança da soberania dos países integrantes do Atlântico Sul, em torno de interesses convergentes que os aproximam a uma nova ordem internacional, mais equilibrada e democrática.

Referências

- AUGEL, M. P. **O Desafio do escombros**: nação, identidades e pos-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Gramond, 2007.
- CABAÇO, J. L. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: UNES, 2009.
- CABO VERDE. Ministério das Finanças e do Planeamento. **Relatório ODM Cabo Verde 2015**: dados referentes ao ano de 2014. Praia, 2015. Disponível em: <<https://www.un.cv/files/Relatorio%20ODM%20Julho%202015.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.
- CABRAL, A. **A arma da teoria**: unidade e luta. Lisboa: Nova Aurora, 1978. (Obras escolhidas de Amílcar Cabral, com coordenação de Mário de Andrade).
- CARDOSO, C. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: CARDOSO, C.; AUGEL, J. (orgs). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996. p. 13-103. (Coleção Kacu Martel, v. 10).
- CARREIRA, A. **Cabo Verde**: aspectos sociais e fomes do século XX. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- _____. **Formação e extinção de uma sociedade escravocrata**. Lisboa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.
- CARRILLO, S. (coord.). **Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana**: parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília: Banco Mundial; Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreoatlanticopor2.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.
- CNE – Comissão Nacional de Eleições. **Censo 2012**, [online], 2012. Disponível em: <<http://www.cne.pt/organismo/cabo-verde>>. Acesso em: 23 jan. 2017.
- DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado. In: _____. (org.). **O desafio da democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996. p. 162-189.
- FERNANDES, A. da C. M. **Guiné-Bissau e Cabo Verde**: da unidade à separação. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2007. Disponível em: <<http://didinho.org/Arquivo/tesemestguinebissau000069335.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2010.
- FERNANDES, G. **A diluição da África**: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial. Florianópolis: EdUFSC, 2002.

HERNANDEZ, L. L. **África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda**: democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

INEC – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. **Censo 2010**, [online], 2010. Disponível em: <<http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=1>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

JAUARÁ, M. Dilema de transição política na África Lusófona: de uni para pluripartidarismo. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais eletrônicos...** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. p. 01 – 23. Disponível em: <<http://ces.uc.pt/lab2004/pdf/ManuelJauara.pdf>, 2004>. Acesso em: 21 jan. 2017.

LOPES, C. **A transição histórica na Guiné-Bissau**: do movimento de libertação nacional ao Estado. Bissau: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas, 1987.

MAMDANI, M. **Citizen and subject**: contemporary Africa and the legacy of late colonialismo. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MENDY, P. A perturbação da Pax lusitana: resistências passivas na Guiné “portuguesa” durante os primeiros anos do Estado Novo. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 18 - 22, p. 169-192, 1999.

MUSTAPHA, A. R. Repensar a ciência política africanista. **Codesria Boletim**, Dakar, n. 3 - 4, p. 04 - 12, 2006.

SOUSA, J. S. **Amílcar Cabral (1924-1973)**: vida e morte de um revolucionário africano. Lisboa: Nova Vega, 2011.

THOMAZ, O. R. “O bom povo português”: usos e costumes d’aquém e d’além-mar. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 55-87, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000100004>. Acesso em: 28 jan. 2017.

VIZENTINI, P. G. F. O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1941/2316>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

Cameroon

Henry Kam Kah¹

Geographical Features

a) Location: Cameroon is located in West/Central Africa between latitude 3-13°N but politically, the country is located in Central Africa. The country is also geo-strategically located at the heart of the natural resource-rich Gulf of Guinea and within the equatorial rainforest and tropical region of Africa. The country has a surface area of 475,442 square kilometres (COMINSUD, 2011). It can easily be reached by sea from southern to West Africa and vice versa.

b) Borders: Cameroon shares boundary with several countries. To the south the neighbours of Cameroon are Equatorial Guinea and Gabon and to the south east is the Republic of Congo. The neighbour of Cameroon in the North and North East is the Republic of Chad and to the east is the Central African Republic (CAR). Cameroon's neighbour to the West from the Atlantic Ocean in the south to Lake Chad in the North is the Federal Republic of Nigeria, the most populous country in Africa (CAMEROON..., 2012/2013). The two countries share a boundary of about 1700km.

c) Territorial Extension: The country Cameroon covers a total surface area of about 475,440km square. It extends about 1° 45' N to 13° N and between about 8° 25' E and 16° 20' E. The country extends in width in the southern part and this reduces as one moves towards the northern part of the country.

d) Coastline: Cameroon's coastline extends from the Rio-del-Rey estuary in the West to the boundary with the Republic of Congo in the East.

¹ Professor of University of Buea, in Republic of Cameroon, Central Africa. E-mail: ndangso@yahoo.com.

e) Relief Characteristics: The country is low-lying along the coast but for Mount Cameroon to the West which is 4100m above sea level. It is the highest peak in West Central Africa. The savanna region of Cameroon has rolling hills and imposing mountains which are very attractive for sight-seeing and tourism. The most outstanding landscape are the Bamenda and Adamawa plateau as well as the Mandara Mountains. Numerous rivers flow through Cameroon and include the Benue, Kadey, Sanaga, Mungo, Dimbamba, Wouri, Manyu, Menchum, Momo and the Cross River among others. Since there is a volcanic belt stretching from Mount Cameroon to the Bamenda plateau, there are several attractive lakes in the country which include Barombi Koto, Barombi Mbu, Monoun, Nyos, Benakuma and Oku among others.

f) Climate: The climate in Cameroon varies from the South to the North. The southern region is generally humid due to the dense equatorial rainforest. Further inland towards the savanna region the climate is cold and dry. In the northern part of Cameroon, there is a semi-arid climatic condition due to the effect of the advancing Sahara Desert. The climate is very hot especially in the rainy season. The temperatures here vary between 25-27°C in the wet season to between 27-30°C in the dry season. The average temperatures in the south generally are between 20-25°C during the wet and dry season with very little variations.

Political Features

a) Brief History: Cameroon as a country is a colonial creation. Prior to the German annexation of the country in July 1884 different ethnic groups were independent of each other (RUDIN, 1938). These were veritable nations in themselves and had diplomatic relations with one another for their own security and friendship. After the Germano-Duala Treaty of 1884, the Germans began penetration, boundary making and administration of the territory. It was therefore the Ger-

man colonial administration that carved out what eventually became known as Cameroon. The name Cameroon derived however from the Portuguese who were the first Europeans to visit the territory in 1472. When they got to the River Wouri and found a lot of prawns they named the area *Rio dos Camaroes*, meaning River of Prawns. The Germans called it Kamerun, the Spanish Camerones, French Cameroun and the British Cameroon.

Following the defeat of Germany in Cameroon by a combined Anglo-French and Belgian forces during the First World War of 1914-1916, Britain and France established a condominium or joint administration but not for long (ELANGO, 1985). Differences emerged among these European countries over authority and territorial control. For this reason, they agreed to partition the country. Britain took 1/5 of former German Kamerun and France 4/5. Following the creation of the League of Nations, Britain and France officially signed the Covenant of the League of Nations binding them to the administration of the territory. These two European countries pledged to administer their respective spheres of influence in Cameroon and to develop them economically, socially and politically but they were not bound to prepare the citizens towards self-government and or independence. This clause was only included when the United Nations succeeded the League of Nations as the new international organisation responsible for the maintenance of world peace and security.

The British and French administered Cameroon until their independence and reunification. French administered Cameroon otherwise known as French Cameroon got its independence on 1 January 1960. The northern portion of British Cameroon, that is, British Northern Cameroons obtained its independence following the United Nations organised plebiscite of 11 February 1961 and integrated with the Federation of Nigeria that had gained independence on 1 October 1960. British Southern Cameroons voted to reunite with the Cameroun Republic which became independent on 1 January 1960. Cameroon

is therefore a bilingual country where English and French are official languages of business and administration and the country is one of the few countries to have experienced the administration of the Germans, British and French prior to independence and reunification.

b) Political System: The political system of Cameroon shows that the country is a multiparty presidential regime which is structured on the French model. In this structure, power is claimed to be distributed between the President who is Head of State, the President of Senate who is the constitutional successor of the President of the Republic, the Speaker of the House of Assembly, the Prime Minister who is Head of Government (window dressing title) and the cabinet Ministers. Although it is claimed that the legislative and judicial arms of government are independent, the reality is that the President has an overwhelming control of these arms of government. He is supreme commander of the armed forces and chairs the higher judicial council to consider the promotion and sanctioning of judges.

c) Political Parties: Soon after independence and reunification in 1960/61, the first president of Cameroon Ahmadou Ahidjo established a single party the Cameroon National Union (CNU) in September 1966. When he resigned as president in November 1982 and his constitutional successor Paul Biya sworn in as president, he changed the name of the party in a congress in Bamenda in 1985 to the Cameroon Peoples Democratic Party (CPDM). Following the wind of change blowing from the West in 1990 due to the collapse of the former Soviet Union, multiparty politics was forced down on the government. Since 1990, Cameroon is a multiparty state with over three hundred political parties some of which are more or less suitcase parties. In spite of the plethora of political parties in the country only a few of them are represented in the National Assembly and the Senate. A few others are active in the field. The influence of the ruling party, the

CPDM, which uses state resources and civil servants in its activities is overbearing and revolting to many ordinary citizens. The parties represented in the Senate which was created in 2013 are the CPDM, Social Democratic Front (SDF), Movement for the Defense of the Republic (MDR) and the National Union for Democracy and Progress (NUDP). Only the CPDM and SDF contested and won seats but the one seat each for the MDR and NUDP were due to appointment of the president of the Republic of Cameroon Paul Biya. In the National Assembly the lower Chamber of the legislature where all 180 seats are competed for, the parties represented include the CPDM with an overwhelming majority, the SDF, NUDP, Cameroon Democratic Union (CDU), *Union des Populations du Cameroun* (UPC), MDR and the Cameroon Renaissance Movement (CRM). The CPDM has 148, SDF 18, NUDP 5, CDU 4, UPC 3, MDR 1 and CRM 1 seats respectively making a total of 180 seats.

d) Elections: Soon after independence and reunification of Cameroon, President Ahmadou Ahidjo created a single party and elections of president became a mere formality and members of parliament and councillors were elected following the list system (MBAKU, 2004). When Paul Biya succeeded him as president of Cameroon, this trend continued but for local elections where in 1987 multiple lists were introduced at the council elections and parliamentary elections of 1988, giving the people the opportunity to choose those who would engineer development at the local level. With precipitated multiparty politics with the launching of the SDF on May 26 1990 much against the government wish, the first competitive multiparty elections for parliament and president took place in 1992. The incumbent president Paul Biya is widely considered to have lost to John Fru Ndi of the SDF who was the candidate of the Union for Change coalition of opposition parties. This was even given credence when the president of the Supreme Court at the time Alexis Depanda Mouelle acknowledged

openly while reading the election results that this election was marred by irregularities and he could do nothing because his hands were tied.

Following repeated cries of election rigging, the opposition championed by the SDF called for transparent ballot boxes during elections and for an independent election body to manage elections from the registration of voters to the declaration of elections. This was vehemently resisted by the ruling party the CPDM. Elections usually took place in palaces of traditional rulers many of whom were allies of the ruling party by virtue of the fact that they are auxiliaries of the administration. People registered for elections and never got their voters cards or had their cards sent to other polling stations just to frustrate them. Ballot boxes were often stuffed with ballot papers of the ruling party with the collusion of the District Officers and other election returning officers many of whom were bribed with money to facilitate fraud.

e) Presence of Foreign Powers: The rich human resources, strategic location and history of Cameroon explain the presence of many foreign powers through diplomatic relations and also for business with the country. There are over thirty two countries with diplomatic missions based in Yaounde, Douala, Garoua, Ebolowa and Buea. These countries include Algeria, Belgium, Brazil, Canada, Central African Republic (CAR), Chad, China, Congo, Democratic Republic of Congo (DRC), Cote d'Ivoire, Egypt, Equatorial Guinea, France, Gabon, Germany, Israel, Italy, Japan, Republic of Korea, Libya, Morocco, Nigeria, Russia, Saudi Arabia, Senegal, South Africa, Spain, Switzerland, Tunisia, Turkey, United Kingdom and the United States of America. The European Union also has a delegation in Yaounde. Among these countries, some of them have consular representation in some towns of Cameroon. The CAR runs a consulate in Douala and Nigeria has a Consulate General in Douala and a Consulate in Buea. Equatorial Guinea has a Consulate General in Ebolowa and

a Consulate in Douala. France has a Consulate General in Douala same as China. The Republic of Chad has a Consulate in Garoua and the United States has an embassy branch office in Douala. There are over thirty seven other countries with non-resident embassies and high commissions in Cameroon but which are doing business with the country. The major powers with great influence in and around Cameroon are France, China, the United States of America and the United Kingdom. Other emerging countries with strong relations with Cameroon include Brazil and South Korea among others.

f) Relationship with Brazil: Since the year 2000 bilateral relations between Cameroon and Brazil have grown. These two countries are cooperating in the domains of culture, education, agriculture and defense.

Economic Features

a) GDP: The Gross Domestic Product (GDP) of Cameroon expanded to 5.70 per cent in the second half of 2015 over the same quarter of 2014. The annual growth rate averaged 4.47 per cent from the period 2003 to 2015. It reached an all-time high of 8.50 per cent in the fourth quarter of 2013 and a record low of 1.90 per cent in the fourth quarter of 2009. This was as reported by the National Institute of Statistics of Cameroon (CAMEROON GDP ANNUAL..., [2016?]). Meanwhile in 2013 the GDP growth rate was generally 4.9 per cent (DOFFONSOU; SINGH, 2014). With heavy investments it is hoped that the percentage will increase further in the next few years.

b) Purchasing Power Parity (PPP) per capita: The GDP per capita in Cameroon when adjusted by purchasing power parity (PPP) is equivalent to 16 per cent of the world's average as recorded by the World Bank. This averaged 2484.25 USD from 1990 until 2014 when the

last GDP per capita was recorded. The statistics reached an all-time high of 2828.81 USD in 2014 and a record low of 2160 USD in 1994 (CAMEROON GDP PER CAPITA..., [2016?]). This PPP is really very low when compared to the world average and places Cameroon among the poor countries of the world.

c) Main Productive Sectors/ Basic Industries: The economy of Cameroon unlike those of many African countries is diversified. The country remains primarily an agricultural producing country and the people produce a variety of export and food crops. Among these are rubber, cocoa, bananas, tea, coffee, cotton, groundnuts, palm oil, pepper, rice, plantains, cocoyams and cassava. While coffee, cocoa, rubber, bananas, tea, cotton are exported principally to Europe and North America, the other food crops including rice, yams, cocoyams and bananas have a market in Cameroon and neighbouring countries like Nigeria, Equatorial Guinea, Gabon, Central African Republic and Chad. Other productive sectors of the economy are petroleum, gold, iron ore, bauxite and lumbering. The local craft industry is still at its infancy in Cameroon and there are hopes that it will develop into a booming industry in the near future considering the importance attached to it by the Ministry of Small and Medium Size Enterprises, Handicrafts and the economy. As tourism increases so too will the craft industry since most of the craft works are bought by tourists visiting the country as well as Cameroonians who travel around the country.

d) Percentage of Population of Working Age/Those Depending on Social Security: Following the World Bank indicator for Cameroon, the percentage of the population of working age which is from 15-64 years as of 2014 was 54 per cent. The dependents between the ages of 0-14 represented 42.8 per cent and dependents from the ages of 65 and above were 3.2 per cent (AGE DEPENDENCY..., [2015?]). This

therefore means that 46 per cent of the population is dependent on the working population of 54 per cent. Given the history of Cameroon, the social security system is a blend of French and British systems of centralisation and decentralisation. Since the state does not cover everyone as far as social security schemes are concerned, informal social security is very common (FONCHINGONG, 2013). Many of the people subscribed to the social security system cannot guarantee protection and payment of their pension when they eventually retire from active service. Some go on retirement and die still chasing files for their pension to be paid. The state bureaucracy, which is compounded by corruption, has frustrated many people to the extent that people see retirement as a form of punishment.

e) Indices of Industrialisation: In spite of the industrial policy of Cameroon, the level of industrialisation is very low and its industrial competitiveness lacklustre. The Ministry of Mines, Industry and Technological Development is still working on a draft of the National Industrialisation Master Plan. The Ministry is also focused on the diversification and improvement of industrial sector competitiveness through the organisation and implementation of the Industrial Master Plan (BANKONG, 2016). This is a clear indication of the fact that industrialisation is still a far-fetched dream in Cameroon, although the authorities designed a poverty strategic paper which envisages economic emergence in 2035.

f) Main Commercial Partners and Creditors: Cameroon has many commercial partners. Export statistics of the country in 2013 show that the main commercial partners were Portugal (\$974M), Spain (\$562M), the Netherlands (\$378M), the United States (\$343M) and China (\$340M). The top import origins are China (\$1.51B), Nigeria (\$1.49B), France (\$923M), Belgium-Luxembourg (\$423M) and India (\$303M) (CAMEROON, 2016). While Cameroon exported over \$974M

to Portugal representing the highest exports to any country, she imported the highest from China (\$1.51B) followed by her neighbour Nigeria (\$1.49B). There's therefore a trade deficit between Cameroon on one hand and China and France on the other.

Cameroon's major creditors are Paris Club member countries which include Australia, Austria, Belgium, Canada, Denmark, Finland, France, Germany, Ireland, Israel, Italy, Japan, the Netherlands, Norway, the Russian Federation, Spain, Sweden, Switzerland, the United Kingdom and the United States of America (MOST OF CAMEROON'S..., [2009?]). Of these countries Cameroon borrows heavily from one of its former colonial masters France. For a long time the country relied heavily on France but today China is increasingly playing a major role in giving credit to Cameroon like other African countries. Its reliable creditors are also the IMF and the World Bank. The country therefore relies heavily on external funding and also internal borrowing through the sale of treasury bonds. The country's debt was so heavy that members of the Paris Club reduced it by almost US\$ 3.5 billion (euro 2.8 billion). This followed efforts made by the country on economic growth and privatisation (MOST OF CAMEROON'S..., [2009?]).

Demographic Features

a) Population: The population of Cameroon has grown from 5,987,670 in 1965 to an estimate of 23,924,407 at the start of 2016 (CAMEROON..., 2017). This shows a population growth rate of at least 2 per cent and above.

b) Density: The population density in 1965 five years after independence and reunification was 12 people per square kilometre. This number has increased to 50 people in 2016 (CAMEROON..., 2017). This increase has more than quadrupled yet for a concentration of population in some areas, the country is still sparsely populated.

c) Birth Rate/Ageing Rate: The birth rate in Cameroon fell from 42 per thousand in 1990 to 36.2 in 2010. Following the last measure of 2013 of the World Bank, the birth rate was 37.27 per thousand (BIRTH RATE..., [2013?]).

d) Geographical Distribution of Population: The population distribution of Cameroon follows the major cultural regions of the country. In the grasslands region of the country comprising the Tikars, Chamba, Widekum, Bamileke and Bamum speaking people among other smaller groups the population concentration is over 38 per cent of the total population of Cameroon which is over 23 million people. Population density here is very high compared to other areas. Within the coastal tropical forest region of the country comprising the Duala, Bassa and the numerous ethnic groups of the South West such as Bakossi, Bakweri, Balong, Bafaw, Bakundus, Bassosi, Ejagham and Banyang, the population concentration is over 12 per cent of the population of Cameroon. The people of the southern tropical forest including the Beti-Pahuin, Maka, Njem and the Pygmies represent 18 per cent of the total population of the country. The predominantly Islamic northern part of the country has a geographical distribution of over 14 per cent of the population and the Kirdi population of this same region is about 18 per cent of the total population (DEMOGRAPHICS..., [2016?]). It therefore goes without saying that the highly populated areas are the grasslands and the northern part of the country when the totals of the Kirdi and predominantly Islamic groups are put together.

e) Ethnic Groups: The population of Cameroon is extremely heterogeneous. The country generally has over 279 ethnic and linguistoc groups including also several local dialects (Rosendal, 2008). The ethnic groups are generally classified according to the coastal Bantu, semi Bantu of the grasslands and the Chadic groups of the northern part of the country. Some of the outstanding ethnic groups by virtue

of their contact with Europe and also population statistics are the Duala, Bassa, Ewondo, Bakweri, Bulu, Fang, Bamileke, Bamum, Oroko, Banyang, Ejagham, Kirdi, Bakossi, Kom, Nso, Bali, Mankon, Meta, Wimbun among others.

f) Main Cities: Cameroon has several towns and cities. The main cities are Douala, the economic capital and Yaounde the administrative headquarters. Other important towns and cities include Bamenda, Garoua, Bafoussam, Maroua, Ngaoundere, Kumba, Limbe, Buea, Kumbo, Bertoua, Bafang, Dschang, Foumban, Ebolowa, Kousseri.

Cultural Features

a) Official and National Languages (%): The official languages of administration and business in Cameroon are English and French, a result of the partition and eventual reunification of the country in 1961. Apart from these languages there are over 280 national languages spoken by the heterogeneous population of Cameroon.

b) Educational Level of Population: The literacy rate of school going children in Cameroon is relatively very high compared to other African countries. The percentage of school going male from the ages of 15 to 24 for the period 2009 to 2013 was 85.4 per cent and for female it was 76.4 percent (UNICEF, 2013). Although the percentage of the female was lower than male, it was however far above average. This might be explained by the fact that basic education in Cameroon is free, an increase in educational campaigns and the changing attitudes of sending only boys to school why girls remain to get marry and go to the farm.

c) Religions and Ratio: The major foreign religions in Cameroon are Christianity and Islam. Added to this are the African traditional religious practices which are very common among even the Chris-

tians and Muslims although the impression is given that indigenous religious practices are insignificant. This is incorrect. Rather what actually obtains is a blend of these external religions with the indigenous religious values. Although the ratio of the religious groups is not uniform, the percentage of Christians who predominantly occupy the southern seven regions of Cameroon is about 70 and the three northern regions of the country are predominantly practice Islam which is approximately about 30 per cent (RELIGION..., [2016?]). There is however religious tolerance in Cameroon although the Boko Haram insurgency in the northern part of the country seems to give the impression that the Muslims are against Christians. This is generally not true but for a few overzealous adherents. Within the Christian community, there is friction between the Pentecostals and the more traditional churches.

d) Universities: There are eight public universities in Cameroon namely Universities of Bamenda, Buea, Douala, Dschang, Maroua, Ngaoundere, Yaounde I and II. The University of Bamenda is the youngest and considered the University of the Future in the tertiary educational landscape in Cameroon. On its part, the University of Buea stands out as a university training translators and interpreters for Africa and has the support of the African Union. The two Universities of Yaounde have varied professional programmes for students while the University of Dschang has distinguished itself in training experts in tropical agriculture. The University of Ngaoundere has also proven reliable in food processing while the University of Maroua has a unique Institute of the Sahel to train man-power that will provide solutions to the problems of the Sahelian region of Africa. Finally, the University of Douala is a business centred university with many other opportunities for other professional training.

Apart from these, there are also faith based and private universities in Cameroon. These are many and spread all over the country (LIST..., [2016?]).

e) Artistic Expressions: People are very free to express themselves in music, painting, cartoons and other art works today more than some twenty six years ago. Musicians are also expressing their views on the state of the country and the challenges the country is facing. Yet, the government interference in the association of musicians as a supervisory body has not helped the musicians many of whom are complaining about non-payment or inadequate royalties for their artistic productions. Their problems are compounded by piracy of music and the disunity among these musicians and other groups. Authors of written works are also not being adequately encouraged to continue to produce scientific works for the development of the country. There is need for a robust policy for author's rights and for heavy investment in the artistic sector of Cameroon because it has the potential to employ many people and reduce the rate of unemployment.

Social Features

a) Indicators of Poverty: The World Bank indicators for poverty levels in Cameroon indicate that as at 2007 the poverty head count ratio at the national level per the population of Cameroon was 39.9 per cent (THE WORLD BANK, [2016?]). There is a very high degree of poverty in the rural areas compared to the urban centres. This is because many of the people rely on agriculture and face problems of farm to market roads for their produce to be transported to the market in the towns and cities.

b) Corruption Perception Index (CPI): In 1998, Cameroon according to Transparency International came first as the most corrupt country in the world followed by Paraguay and Honduras. According to a German NGO, Transparency International, Cameroon was classified as the most corrupt country in a row in 1998 and 1999. In spite of

efforts made by the government to improve the situation (REPORT..., 1999; FOMBAD, 2000) and punish those who embezzle state funds, corruption is still rife at every sector of the country's national life. The CPI for Cameroon from 2012 to 2015 did not witness any marked improvement in corruption in the country. In 2012 Cameroon's score as rated by Transparency International was 26, it improved by one when the CPI was 25 and in 2014 and 2015, Cameroon fell by two points with a score of 27 on a scale of 100. According to the rating of Transparency International, the rating is from 0 to 100. Countries with zero CPI are the very highly corrupt and those with a 100 score are the least corrupt (CORRUPTION..., 2015).

c) Rural-Urban Movements: Considering the uneven development in Cameroon, there is a very high rate of rural-urban migration leading to crowding in the towns and cities (ABOMO *et alli*, 2013). Rural-urban migration has negatively affected agricultural production, contributed to urban criminality, development of slum settlements, transport difficulties and health challenges in the urban areas. The seriousness of rural-urban migration is seen in the rate of urbanisation in Cameroon. More than 50 per cent of the country is urbanised. Out of the total population of over 23 million people, 54.4% live in urban areas and the annual growth rate in 2015 was 3.6%.

d) Main Demands of the People: The main demands of Cameroonians are education, improved health, good roads, potable drinking water and regular supply of electricity as well as employment for the thousands of jobless graduates from the tertiary institutions of learning. Social insurance security and especially old age and retirement pension remains some of the pressing concerns of Cameroonians. Since the re-introduction of multiparty democratic elections in 1990, many are disappointed with the one-party mentality and activities of politicians of the country.

Defense

a) Military Organisation: The different branches of the Cameroon military include the Army, Navy, Air Force and the Fire Fighter Corps and the Gendarmerie. The Police has the responsibility of maintaining law and order within the towns and cities of the country. Apart from the police, there are para-military forces responsible for the security of Cameroon. These forces include the Gendarmerie, *Bataillon Intervention Rapide* (BIR), army, navy, air force, and the Presidential Guard. There are also private securities companies as regulated by the state of Cameroon (BAGAYOKO-PONENE, 2008).

b) Portion of GDP as Military Budget per year: Military spending in Cameroon between 2001 and 2012 amounted to \$3,877, 000,000. The table below shows military spending and the percentage of GDP for these twelve years.

Table 1 - Military Spending in Cameroon between 2001 and 2012

Year	Dollars Spent	% GDP
2001	\$245,000,000	1.3%
2002	\$266,000,000	1.3%
2003	\$285,000,000	1.4%
2004	\$303,000,000	1.4%
2005	\$299,000,000	1.3%
2006	\$325,000,000	1.4%
2007	\$341,000,000	1.5%
2008	\$353,000,000	1.4%
2009	\$358,000,000	1.4%
2010	\$383,000,000	1.5%
2011	\$347,000,000	1.3%
2012	\$372,000,000	1.3%

Source: Cameroonian Military Budget ([2012?]).

The military expenditure rose steadily from 2001 to 2004 when it dropped in 2005. It rose again between 2006 and 2010 and then dropped in 2011 only to increase in 2012. From the table above, one finds that the highest amount of money spent in the purchase of military hardware was in 2010 when Cameroon spent over \$383,000,000. This represented 1.5 % of GDP. The average percentage of the GDP for military purchases was 1.4%.

The last measurement of Cameroon military expenditure was done in 2014. According to expenditures from SIPRI, military expenditure as a percentage of GDP was 1.23% that year (MILITARY..., [2016?]). This was lower than the percentages from 2001 to 2012 which on the average was 1.4% of GDP.

a) Available Weapons: Cameroon possesses fighter jets, armoured trucks, artillery, missiles, anti-aircraft missile system, patrol vehicles, tank destroyers, transport aircraft, Multiple-Launch rocket systems, cannon, attack helicopters, transport helicopters, submarines, coastal defense craft, frigates, corvettes among others.

b) Origin of Weapons: The Cameroon government receives weapons from Russia, France, China, Germany, Canada, South Africa, Ukraine and Czech Republic among other countries.

c) Bilateral Agreements: Cameroon has bilateral military agreements with France, Russia, China and Chad. Cameroon's bilateral military agreements with France were signed at the independence of the French speaking part of the country in 1960. Among the bilateral military agreements, that with France has been the longest.

d) Presence of Organised Terrorism: For a long time Cameroon was an island of peace in the troubled Central African region but for occasional armed robbery and the phenomenon of high way robbers in the northern part of the country seizing goods from traders and

rustling cattle for sale in neighbouring countries. Cameroon therefore did not have any form of organised crime until the Boko Haram insurgency which began in Nigeria and spilled over into Northern Cameroon in 2013 beginning with hostage taking for ransom. Since then, Cameroon has witnessed incursions into its territory by the insurgents and also occasional bomb blasts killing people in markets and mosques. The country is presently involved in fighting off the insurgents as part of a multinational regional force comprising of troops from Cameroon, Nigeria, Niger, Chad and Benin.

e) Geostrategic Issues: Cameroon is geo-strategically located in the heart of the African continent which facilitates sea-going vessels traversing Central, West and Southern Africa. The country is also part of the strategically located Gulf of Guinea with enormous natural and human resources that are attracting the great countries of the world including the United States, China, Russia, Britain, France and other emerging countries of the world including India, Brazil, South Korea, Malaysia and South Africa. Through Cameroon, the United States has been able to locate a base in Garoua to monitor the activities of terrorist groups from north Africa making in-roads into the West/Central African sub-region.

Other Relevant Aspects

a) Internal and External Conflicts: Since independence and reunification of Cameroon, the country has not known any serious internal conflicts as to destabilise it but for the coup d'état of 6 April 1984 when forces loyal to former President Ahmadou Ahidjo attempted to overthrow his successor Paul Biya (KONDE, 2012). There have however been inter-ethnic conflicts over land and in some cases caused by gluttonous political elite striving to cling on to leadership positions (PELICAN, 2006; AMUNGWA, 2011; NFORMI *et alli*, 2014).

Other conflicts are related to farmer-herder struggle over land and crops. Cameroon was for a very long time an island of peace in terms of conflicts until 2013 when Boko Haram fighting to establish an Islamic Caliphate made incursions into Cameroon. Since then there has been conflict in the extreme northern part of the country with untold consequences on property and lives. Prior to the Boko Haram insurgency Cameroon had witnessed a longstanding conflict between Cameroon and Nigeria over the oil rich and strategically located Gulf of Guinea from 1981 and was peacefully resolved by the International Court of Justice in favour of Cameroon (KAH, 2014).

b) Judicial System: The judicial system of Cameroon is organised from the base to the top. The different categories of courts include customary courts which handle civil matters, customary marriages, divorce and inheritance. The Courts of First Instance are charged with handling simple offences and the High Court handles felonies. There are also Military Courts, Courts of Appeal at each of the ten regional capitals of Cameroon and the Supreme Court of Cameroon (JUSTICE; ARCHDIOCESE, [2016?]). Once the Supreme Court has ruled on a matter, there is no further appeal.

c) Legislation on Human Rights: The constitution of Cameroon addresses the issue of human rights. In spite of this, security forces continue to arrest and torture people especially after elections and during protest. There are occasional arbitrary arrests with some people denied their liberty for long awaiting trial. Many prisoners have seen their rights abused. The right to free movement is made difficult by some unscrupulous forces of law and order. The rich have all the rights and the poor at always at their own mercy.

d) Regional Articulations: The different regions of Cameroon have over the years articulated their important needs. There are demands for the government to pursue balanced regional development rather

than concentrate development in Yaounde and Douala (CHIABI, 2011; MENTAN, 2011; NKWI; SOCPA, 2011; CHEM-LANGHEE, 2011). The two English speaking regions of the country also have issues with the treatment of Anglophones in Cameroon. There are several calls from the Anglophone lawyers, chiefs and other pressure groups like the Southern Cameroons National Council (SCNC) for better treatment, a return to the federal state or secession of Anglophones from the union contracted in October 1961 (KAH, 2012; FONCHINGONG, 2013). Some elite of the three northern regions of the country also want a greater say in the politics of the country considering that the first president of Cameroon Ahmadou Ahidjo hailed from there and freely handed power to his constitutional successor President Paul Biya. Other regions and divisions also feel that they have either been left out since independence and reunification or not be adequately represented in the power structures of the country. There also a general demand for greater decentralisation of the state bureaucracy. Within the regions too are ethnic tensions and farmer-herder conflicts over scarce land for agriculture and grazing.

Within the central African sub-region and the greater Gulf of Guinea, Cameroon plays an important role in peace-keeping operations, in regional integration, in fighting piracy and in bilateral relations with countries of this region.

REFERENCES

ABOMO, D. M. *et alli*. **Internal Migration in Cameroon: Constraint for or Driver of Urban and Health Development?**. [S.l.]: ACP Observatory on Migration, 2013. Available at: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/cameroon_en.pdf>. Access on: Feb. 16, 2017.

AGE DEPENDENCY Ratio-Young (% of Working-Age Population) in Cameroon. **Trading Economics**, [on line], [2015?]. Available at: <www.tradingeconomics.com/cameroon/age-dependency-ratio-young-percent-of-working-age-population-wb-data.html>. Access on: mar. 8, 2016

AMUNGWA, A. F. The Evolution of Conflicts Related to Natural Resource Management in Cameroon. **Journal of Human Ecology**, [on line], v. 1, n. 35, p. 53-60, 2011. Available at: <https://www.researchgate.net/publication/266569183_The_Evolution_of_Conflicts_Related_to_Natural_Resource_Management_in_Cameroon>. Access on: jan. 16, 2017.

BAGAYOKO-PONENE, N. **Cameroon's Security Apparatus: Actors and Structures**, [on line], 2008. Available at: <http://www.africansecuritynetwork.org/site/components/com_medialibrary/emedialibrary/Cameroons%20Security%20Apparatus%20Actors%20and%20Structures.pdf>. Access on: mar. 15, 2016.

BAINKONG, G. Cameroon: Industrialisation As Development Springboard!. **All Africa**, [on line], Jan. 05, 2016. Available at: <http://allafrica.com/stories/201601050935.html>. Access on: mar. 8, 2016.

BIRTH RATE - crude (per 1.000 people) in Cameroon. **Trading Economics**, [on line], [2013?]. Available at: <<http://www.tradingeconomics.com/cameroon/birth-rate-crude-per-1-000-people-wb-data.html>>. Access on: Mar. 12, 2016

CAMEROON. **The Observatory of Economic Complexity**, [on line], 2016. Available at: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/cmr/>>. Access on: mar. 8, 2016.

CAMEROON Country Profile. **KPMG Africa Region**, 2012/2013. Available at: <<https://home.kpmg.com/ke/en/home.html>>. Access on: Mar. 14, 2016.

CAMEROON GDP ANNUAL Growth Rate 2003-2016. **Trading Economics**, [on line], [2016?]. Available at: <www.tradingeconomics.com/cameroon/gdp-annual>. Access on: mar. 7, 2016.

CAMEROON GDP PER CAPITA PPP 1990-2016. **Trading Economics**, [on line], [2016?]. Available at: <www.tradingeconomics.com/cameroon/gdp-per-capita-ppp>. Access on: mar. 7, 2016.

CAMEROONIAN Military Budget. **Military Budget**, [on line], [2012?]. Available at: <<http://militarybudget.org/cameroon/>>. Access on: Mar. 14, 2016.

CAMEROON Population 2017. **World Population Review**, [on line], 2017. Available at: <http://worldpopulationreview.com/countries/cameroon-population/>. Access on: mar. 8, 2017.

CHEM-LANGHEE, B. Anglophone-Francophone Divide and Political Disintegration in Cameroon: Psychohistorical Perspectives. In: NKWI, P. N.; NYAMNJOH,

F. B. (eds.). **Regional Balance and National Integration in Cameroon: Lessons Learned and the Uncertain Future**. Mankon; Bamenda: Langaa RPCIG, 2011. p. 155-176.

CHIABI, E. M. Redressing Regional Imbalance in Cameroon: The Lessons from the Past. In: NKWI, P. N.; NYAMNJOH, F. B. (eds.). **Regional Balance and National Integration in Cameroon: Lessons Learned and the Uncertain Future**. Mankon; Bamenda: Langaa RPCIG, 2011. p. 41-58.

COMINSUD – Community Initiative for Sustainable Development. **The Right to Adequate Food in Cameroon**. Mankon; Bamenda: COMINSUD, 2011.

CORRUPTION Perceptions Index 2015. **Transparency International Table of Results**, [on line], 2015. Available at: <<http://www.transparency.org/cpi/2015>>. Access on: mar 11, 2016.

DEMOGRAPHICS of Cameroon. In: **Wikipedia**: the free encyclopedia, [2016?]. Available at: <https://en.wikipedia.org/wiki/Demographics_of_Cameroon>. Access on: mar. 8, 2016.

DOFFONSOU, R. A.; SINGH, L. S. Cameroon. In: AFRICAN Development Bank Group; DEVELOPMENT Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD; UNITED Nations Development Programme – UNDP. **African Economic Outlook**, [on line], p. 206, 2014. Available at: <www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content-pdf/AEO2014_EN.pdf>. Access on: feb. 13, 2017.

ELANGO, L. Z. The Anglo-French “Condominium” in Cameroon 1914-1916: The Myth and the Reality. **International Journal of African Historical Studies**, Boston, v. 04, n. 18, p. 657-673, 1985.

FOMBAD, C. M. Endemic Corruption in Cameroon: Insights on Consequences and Control. In: HOPE, Sr K. R.; CHIKULO, B. C. (eds.). **Corruption and Development in Africa: Lessons from Country Case-Studies**. London: Macmillan, 2000. p. 234-260.

FONCHINGONG, C. C. **Growing Old in Cameroon: Gender, Vulnerability and Social Capital**. Lanham; Maryland: University Press of America, 2013.

FONCHINGONG, T. The Quest for Autonomy: The Case of Anglophone Cameroon. **African Journal of Political Science and International Relations**, [on line], v. 7, n. 5, p. 224-236, 2013. Available at: <<http://www.academic-journals.org/journal/AJPSIR/article-full-text-pdf/7E2D7C740766>>. Access on: mar. 16, 2017.

- JUSTICE and Peace Commission; ARCHDIOCESE of Bamenda. **The Judicial System in Cameroon**. Bamenda: Commission for Justice and Peace, [2016?]. Available at: <www.justiceandpeacebamenda.org>. Access on: Mar. 12, 2016.
- KAH, H. K. The Anglophone Problem in Cameroon: The North West/South West Dichotomy from 1961-1966. **Cameroon Journal on Democracy and Human Rights**, Columbia, v. 1, n. 6, p. 71-103, 2012.
- KAH, H. K. The Bakassi Crisis: The Role of the Nigerian and Cameroonian Military, 1981-2013. **Conflict Studies Quarterly**, Cluj-Napoca, Romania, n. 6, p. 3-22, 2014.
- KONDE, E. Cameroon Succession Schism of 1983 Revisited. **International Journal of Arts and Commerce**, South Shields, UK, v. 1, n. 6, p. 25-37, 2012.
- LIST of universities in Cameroon. In: **Wikipedia**: the free encyclopedia, [2016?]. Available at: <https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_universities_in_Cameroon>. Access on: mar. 9, 2016
- MBAKU, J. M. Decolonisation, Reunification and Federation in Cameroon. In: MBAH, J. M.; TAKOUGANG, J. (eds.). **The Leadership Challenge in Africa: Cameroon under Paul Biya**. Trenton, NJ: [s.n], 2004. p. 31-66.
- MENTAN, T. The Political Economy of Regional Imbalances and National "Unintegration" in Cameroon. In: NKWI, P. N.; NYAMNJOH, F. B. (eds.). **Regional Balance and National Integration in Cameroon: Lessons Learned and the Uncertain Future**. Mankon; Bamenda: Langaa RPCIG. 2011. p. 19-40.
- MILITARY expenditure (% of GDP) in Cameroon. **Trading Economics**, [online], [2016?]. Available at: <<http://www.tradingeconomics.com/cameroon/military-expenditure-percent-of-gdp-wb-data.html>>. Access on: Mar. 14, 2016.
- MOST OF CAMEROON'S Debt Cancelled. **Afrol News**, [online], [2009?]. Available at: <<http://www.afrol.com/articles/20009>>. Access on: Mar. 8, 2016.
- NFORMI, M. I. *et alli*. Effects of Farmer-Grazier Conflicts on Rural Development: A Socio-Economic Analysis. **Scholarly Journal of Agricultural Science**, Abuja, v. 4, n. 3, p. 113-120, 2014.
- NKWI, P. N.; SOCPA, A. Ethnicity and Party Politics in Cameroon: The Politics of Divide and Rule. In: NKWI, P. N.; NYAMNJOH, F. B. (eds.). **Regional Balance and National Integration in Cameroon: Lessons Learned and the Uncertain Future**. Mankon; Bamenda: Langaa RPCIG. 2011. p. 229-268.
- PELICAN, M. Getting along in the Grassfields: Inter-ethnic Relations and Identity Politics in Northwest Cameroon. 2006. 565f. Thesis (PhD in Philoso-

phy and Social Sciences) – College of Philosophy – Martin Luther Universität, Halle-Wittenberg, 2006.

RELIGION in Cameroon. In: **Wikipedia**: the free encyclopedia, [2016?]. Available at: <https://en.wikipedia.org/wiki/Religion_in_Cameroon>. Access on: Mar. 9, 2016.

REPORT of the Republic of Cameroon on Governance and the Fight against Corruption. South Africa: Commonwealth Heads of State and Government Durban-South Africa, 1999.

ROSENDAL, T. **Multilingual Cameroon Policy, Practice, Problems and Solutions**. Gothenburg: University of Gothenburg, 2008. (Africana Informal Series, n. 7).

RUDIN, H. **Germans in the Cameroons, 1884-1914**: A Case Study in Modern Imperialism. New Haven: Yale University Press, 1938.

THE WORLD BANK. **Country Cameroon**, [on line], [2016?]. Available at: <http://data.worldbank.org/country/cameroon>. Access on: Mar. 9 2016.

UNICEF. **Cameroon Statistics**, 2013. Available at: <http://www.unicef.org/infobycountry/cameroon_statistics.html>. Access on: Mar. 9, 2016.

Guiné-Bissau

D'Mari Sanca¹
Miate Bonte Có²

Apresentação

Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África e faz fronteira com o Senegal, a Guiné-Conakry e o Oceano Atlântico. Possui uma população de 1.544.777 milhões de habitantes (GUINÉ-BISSAU, 2016) e uma superfície de 36.125 km². O território divide-se em duas partes distintas: uma continental, com um cordão de ilhas contíguo, e uma insular, o Arquipélago dos Bijagós, constituído por cerca de 40 ilhas separadas do continente pelos canais de Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque. É um Estado unitário, composto por oito regiões: Bafata, Biombo, Bolama Bijagós, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Setor Autônomo de Bissau e Tombali. As regiões estão organizadas em setores, que compreendem seções e aldeias. Na República da Guiné-Bissau, o presidente é o chefe de Estado e o primeiro-ministro é o chefe de governo, ambos eleitos pelo voto direto dos cidadãos. A Assembleia Nacional Popular, unicameral, é a instância máxima dos quatro poderes: Presidência da República, Executivo, Legislativo e Judiciário.

Enquadramento histórico

Os grupos étnicos que hoje integram o espaço territorial da Guiné-Bissau tiveram sua gênese entre os povos do Sudão e nos movimentos migratórios que se originaram das guerras travadas entre esses povos, que ocupavam a vasta região do Norte da África, desde a Mauritânia até a atual República do Sudão (HISTORIA DA GUINÉ E AS ILHAS DE CABO VERDE, 1974).

1 D'Mari Sanca é biólogo e especialista em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: dmarisanca@hotmail.com

2 Miate Bonte Có é mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: miatebonteco@gmail.com.

No Século XI, um movimento de oposição à hegemonia de Gana foi iniciado entre os berberes Sambadjas, habitantes de uma ilha no Senegal. Estes, batizados de almorávidas por Ibn Yassine, eram islamizados e constituíram uma confraria militar que, a partir do ano de 1042, se lançou numa *jihad*, ou “guerra santa”, contra o Império de Gana.

Os portugueses chegaram à Guiné em 1446, por meio do navegador Nuno Tristão, e instalaram feitorias, ao longo dos rios São Domingos, Grande, Cacheu e Grande de Buba. Em 1588, nos “Rios de Guiné de Cabo Verde”, em Cacheu, mediante a autorização do régulo Chapaia foi edificada a primeira fortaleza portuguesa. Estava criada a primeira capital portuguesa da Guiné-Bissau (PAIGC, 1974).

A emigração dos Fulas para a Guiné-Bissau foi crescendo a tal ponto que, no início do século XIX, seu número preocupava os antigos donos das terras da Guiné. Mandingas e Beafadas começaram a ficar receosos por essa “invasão” pacífica e, com o objetivo de desencorajá-los, lançaram sobre os Fulas pesados impostos, sujeitando-os a toda espécie de violências e humilhações. Muitos Fulas passaram, então, para o Porreá sob a direção de Guiro Sambali e ali se instalaram com o consentimento dos donos da terra, os Beafadas. O anseio de emancipação dos donos do chão, há muito acalentado pelos Fulas, viria a ter uma oportunidade de se concretizar, quando se desencadeou a *jihad* dos Almamis do Futa Djalón contra os povos animistas (PAIGC, 1974).

Vislumbrada essa oportunidade de independência pacientemente aguardada, os Fulas da atual Guiné-Bissau pediram a Almani Humaru que invadisse a região de Sancorlá, onde ele derrubou os Soniqués (Mandingas animistas), entregando o território aos Fulas Pretos. Em seguida, marchou sobre Bere-Colon, onde, em 1850, derrotou os Mandingas e os Soniqués. Inicia-se, então, o rápido declínio do domínio Mandinga na Guiné-Bissau, o qual só terminaria em 1866, em Cam-Salá. O expansionismo Fula e o processo de fulanização dos

povos do litoral da Guiné-Bissau teriam o seu fim, a partir da ocupação do Futa Djalon pelos franceses e do Gabu e Porreá pelos portugueses, que, dessa maneira, puseram fim às guerras santas (PAIGC, 1974).

Na Conferência de Berlim (1884-1885), firmou-se um pacto colonial que obrigava as potências europeias a ocupar efetivamente os territórios sob sua jurisdição. No entanto, os estabelecimentos portugueses se encontravam em estado de quase total abandono e os recursos econômicos guineenses eram explorados por companhias comerciais francesas, inglesas e alemãs que se haviam apoderado do comércio e da produção da mancarra (amendoim), do óleo de palma, do coco e da borracha (CÁ, 2010). Portugal se viu obrigado a tentar impor seu domínio político sobre povos com os quais mantivera, até então, apenas relações comerciais.

a) Luta pela independência

A política colonial portuguesa na Guiné-Bissau era mantida por um governo fascista, cujas ações políticas eram chamadas de “plutocracia demagógica”. Em cada classe social existiam certos privilégios e as pessoas pertencentes a determinadas etnias, devido à sua obediência ao poder colonial, faziam parte da força repressora. Por “força e consenso”, entende-se que a força não era um fim, mas um meio para chegar a um consenso. Nesse percurso, sempre houve descontentes com qualquer decisão, independentemente da sua dimensão social, política ou econômica. Nesta ótica, o governo precisava usar a força para impor ordem, ou seja, a violência era o único meio de garantir a paz social. Este tipo de ato expressa, claramente, a política de aniquilar os movimentos sociais em defesa da liberdade de manifestação e opinião (CABRAL, 1974).

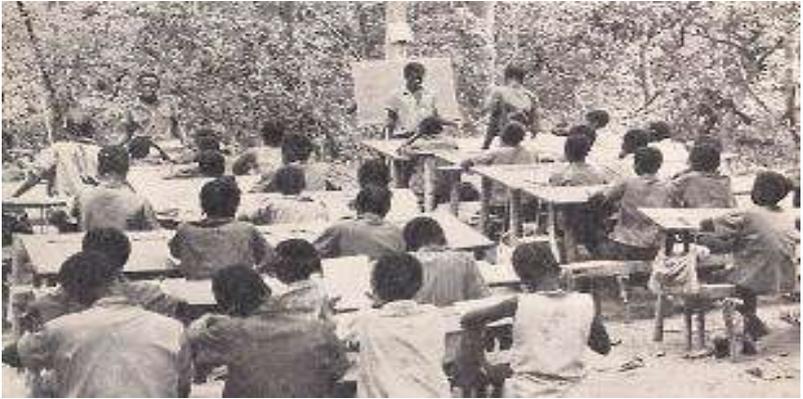
O movimento emancipacionista guineense começou a ganhar forte expressão na década de 1950, inserido no quadro histórico de evolução da África no pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, foi fundado em Bissau, em 1956, pelo engenheiro agrônomo Amílcar Cabral

e outros companheiros, o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), para lutar em prol da independência nacional, dando voz aos sentimentos e anseios populares.

Os primeiros anos do partido foram de intensa campanha de propaganda e esclarecimento dos objetivos nacionalistas que perseguiram, pondo em prática todas as formas de luta legal, acompanhadas de persistentes tentativas de negociação pacífica de libertação do território com as autoridades portuguesas. À medida que ganhava apoio popular, o partido conseguiu organizar uma primeira greve de trabalhadores em 3 de agosto de 1959, no cais de Pidjiguiti, violentamente reprimida pelo governo colonial, resultando no massacre de dezenas de grevistas (CABRAL, 1974).

O episódio pôs fim às esperanças do PAIGC de conseguir uma solução negociada com as autoridades coloniais. Dessa feita, decidiu recorrer à luta armada como única alternativa possível para a obtenção da independência nacional. A longa guerra de libertação teve início em 23 de janeiro de 1963 no sul da Guiné-Bissau, com ataque ao quartelamento de Tite. Em julho desse mesmo ano, abriu-se a frente norte. O impacto das políticas sociais do PAIGC, de seu plano de desenvolvimento da produção agrícola e da experiência de participação envolvendo os chefes de aldeias nas zonas libertadas fortificou a base do movimento nacionalista e conseguiu atrair outras organizações que possuíam o mesmo propósito.

Figura 1 - Escola na zona libertada de Guiné-Bissau, período da luta de libertação nacional



Fonte: Graça (1967).

Figura 2 - Reunião de dirigentes do PAIGC, nas zonas libertadas ao leste de Guiné-Bissau



Fonte: Polimerni (1970).

Figura 3 - Formatura das mulheres no secretariado do PAIGC na Guiné-Conacri, em 1970



Fonte: Montezinho (2015).

Durante 11 anos, de 1963 a 1974, o PAIGC sustentou uma guerra no mato com os colonizadores. A 20 de janeiro de 1973, o líder nacionalista Amílcar Cabral foi assassinado em Conakry por agentes infiltrados da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), numa tentativa de travar o já irreversível processo de libertação nacional. Ao mesmo tempo em que obtinha vitórias militares, o PAIGC costurava apoios diplomáticos na esfera internacional. Um ano antes, em abril de 1972, conseguiu seu reconhecimento pela Comissão de Descolonização da ONU, como único e legítimo representante do povo da Guiné e Cabo-Verde (PEREIRA, 2004).

Em julho de 1973, em Madina do Boé, nas regiões libertadas da Guiné-Bissau, foi realizado o II Congresso do PAIGC. O congresso decidiu convocar a I Assembleia Nacional Popular, que havia sido eleita no ano anterior, para proclamar o Estado da Guiné-Bissau, formar um executivo e elaborar a primeira Constituição do país.

Dois meses mais tarde, a reunião teve lugar no mesmo local, a 24 de setembro de 1973. Foi, então, unilateralmente proclamada a independência e eleito Luís Cabral como presidente do Conselho de Estado. O Brasil foi o primeiro país não socialista a reconhecer a soberania do estado guineense (PAIGC, 1974). A 25 de abril de 1974, como fruto essencialmente do desejo de liquidar as guerras coloniais em que Portugal se consumia, ocorreu o golpe militar, acompanhado pela “Revolução Popular dos Cravos”.

Derrubado o regime fascista, foram criadas condições à abertura de diálogo entre o novo governo e o PAIGC. Quatro meses mais tarde, em 26 de agosto, o governo português reconheceu oficialmente a independência de Guiné-Bissau, através da assinatura do Acordo de Argel. O reconhecimento jurídico, em Lisboa, seria verificado em 10 de dezembro de 1974 (PEREIRA, 2004). Na sequência, veio a crise de unidade de Guiné e Cabo-Verde, logo após um golpe em 1980. Com a derrocada do muro de Berlim, a maioria dos países que recebiam apoio do regime soviético passou por sérias crises econômicas. A partir de então, eles recorreram ao financiamento do programa de aceleração de economia do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O impacto de aderência ao modelo de desenvolvimento neoliberal resultou na reforma do regime político e permitiu o pluripartidarismo, trazendo a expectativa de construir uma sociedade mais atuante e participativa nos assuntos políticos. A partir do início da década 1990, com a reforma constitucional, surge novo ciclo político, após 20 anos de independência dirigida pelo PAIGC. De 1994 a 2014, foram realizadas quatro eleições presidenciais e legislativas. Nenhum dos governos eleito democraticamente concluiu sua legislatura.

b) Reformas econômicas e financeiras

Após um longo período de recessão no início de 2000, seguido de uma ligeira recuperação em 2007, a economia da Guiné-Bissau entrou em uma nova dinâmica de crescimento a partir de

2008. Apesar de um ambiente desfavorável – instabilidade política e institucional, graves carências de infraestruturas econômicas básicas, incluindo energia e transporte, impacto das crises econômicas internacionais de petróleo –, a taxa média de crescimento real entre 2008 e 2009 foi de 3,1%, uma melhoria acentuada em relação a 2006 e aos resultados de 2007 (1,2%), mas ainda abaixo da meta de 5% estabelecida pelo segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza (DENARP). Em 2010, esta taxa atingiu 3,5%. Este crescimento foi impulsionado principalmente pela agricultura (6,3% em 2009), com uma influência notória da produção de caju. Embora o preço de exportação de castanha de caju tivesse uma contração de quase 30% em 2009, o impacto nas suas receitas foi compensado por um aumento importante no volume de exportações. Com o apoio de parceiros, o governo relançou o investimento público e o pagamento dos atrasados ao setor privado.

Várias iniciativas foram realizadas no âmbito do segundo DENARP, tais como a construção e a reabilitação de algumas artérias principais da cidade de Bissau, estudos para a construção de 500 km de estradas, ligando Guiné-Bissau a seus países vizinhos (Guiné-Conakri e Senegal), e a manutenção de 400 km de estradas de terra. Devido aos constrangimentos e às dificuldades ligados à disponibilidade de financiamento, à instabilidade política e à capacidade institucional e humana do país na implementação dos projetos de desenvolvimento nos prazos previstos, os resultados permaneceram abaixo dos objetivos visados.

Em 2013, o país registrou uma pequena taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB), resultado das sequelas econômicas e da instabilidade sócio-política advindas do golpe de Estado de abril de 2012. O retomar da cooperação com os doadores vem contribuindo para a melhoria das finanças públicas (DENARP, 2009). O crescimento registrado em 2014 foi de 2,5%. Após uma taxa de crescimento de 4,7% em 2015, o BM projeta que o PIB de Guiné-Bissau cresça mais de 5% em 2016 (THE WORLD BANK, [2016?]).

c) Aspectos humanos e sociais

A população guineense é formada por uma variedade de etnias, a sua característica mais marcante. Esta diversidade vem sendo atenuada há séculos, em decorrência de uma história comum, em que avultam aspectos de mestiçagem, de coexistência regional e de assimilação paralela de variados elementos, muitas vezes, em função do meio geográfico e, mais modernamente, da própria luta de libertação.

Apesar das diferenciações exteriores que se notam, existem traços em comum entre grupos étnicos. Com a independência da Guiné-Bissau, o processo de aglutinação étnica sofreu uma aceleração notória, observando-se, sobretudo, entre as camadas mais jovens, a formação de uma identidade nacional guineense que tende a sobrepor-se à da própria etnia.

A distribuição da população, tendo em conta as suas características étnicas e culturais, resulta na seguinte diferenciação: Balantas correspondem a 27%; Fulas a 23%; Mandingas a 12%; Manjacos a 11%; Papéis a 10%; Felupes a 2% e outras (Bramés ou Macanhas, Beafadase Bijagós) a 15%.

A população de Guiné-Bissau é poliglota: falam a língua da etnia, o crioulo ou o português. Apesar de ser o idioma oficial, utilizado nos documentos, nas cerimônias públicas, nos meios de comunicação e no ensino, o português é falado por apenas 10% dos guineenses. Na vida cotidiana, o crioulo, que mistura elementos linguísticos africanos e portugueses, é usado como língua franca por 44% da população, sendo através dele que se processam a maioria das relações sociais, econômicas e políticas. Há também os falantes do grupo das línguas sudanesas que integram o ramo das línguas negro-africanas.

O universo cultural guineense é fruto das tradições acumuladas ao longo das gerações e um reflexo das influências e do relacionamento com povos, nações, tribos, línguas e culturas diferentes, no que diz respeito à organização sociopolítica, econômica e religiosa.

As festividades como o carnaval, de características africanas muito próprias, rico em cores e animação, rituais e musicalidade, são manifestações espontâneas e populares. Os guineenses receberam influências gastronômicas que assimilaram e adaptaram, de tal forma que hoje são parte integrante e habitual de suas mesasa cachupa (Cabo Verde), a feijoada (Portugal, Brasil), a tchepudjen (Senegal) e o cuscuz (Marrocos).

O artesanato, seja ele religioso, utilitário ou semi-industrializado para a venda turística, apresenta formas variadas, incidindo particularmente na escultura sacra, nos trabalhos em vime, na olaria, nos instrumentos musicais, nas joias e nos panos de extraordinária beleza. A tecelagem é executada tradicionalmente por homens, a partir de algodão fiado por mulheres. Na verdade, muito mais do que apenas peças de vestuário ou um produto para comercializar, os panos assumem uma dimensão social e religiosa. Os tecidos decorados em fio de algodão e em tecidos tingidos, tanto podem ganhar o molde de uma peça de vestuário ou serem usados à maneira africana. As cores exuberantes são um sinal da apreciação das cores da natureza e do espírito alegre africano. Hoje em dia, a tecelagem guineense já deixa transparecer uma influência externa, derivada da importação de padrões ocidentais e de materiais.

Nos campos literário, musical e artístico, a situação atual na Guiné-Bissau apresenta-se assim: a literatura registra uma fraca produção, havendo, esporadicamente, edições de antologias poéticas; a música de sons quentes e ritmados, com influência do jazz, detém alguns nomes de carreira internacional; a cinematografia é recente e se destaca o cineasta Flora Gomes, um embaixador da cultura guineense.

d) Forças armadas

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARPs) são fruto de um longo processo histórico, tendo em vista seu papel na luta pela libertação nacional. Porém, no período pós-independência, não

conseguiram alcançar as ideias republicanas e não se adaptaram aos novos desafios econômicos e sociais. Dentre as ameaças externas à segurança nacional, estão os tráficos de drogas, armas e pessoas, além da atuação de redes terroristas nas fronteiras do país, como detalha o Relatório Especial do Centro de Estudos Estratégicos de África (CEEA), sediado em Washington D.C. (O'REAGAN; THOMPSON, 2013).

Em 2006, o governo da Guiné Bissau elaborou um Documento de Estratégia para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa Nacional (DERMSDN) e, no ano de 2011, recebeu do Fundo de Construção da Paz US\$ 16,8 milhões para a reforma do setor de defesa e segurança, com a finalidade de modernizar as forças armadas guineenses, melhorar as capacidades materiais e humanas, bem como criar instituições voltadas ao respeito às leis, ao serviço público e à cidadania. As FARPs possuem 4.500 efetivos e as forças de segurança 2.000 efetivos, custando cerca de 20 milhões de dólares, o que representa 2,08% do PIB do país (BONIFACE, 2013). Com o golpe de 2012, Guiné Bissau perdeu vários parceiros internacionais no processo de reforma do setor de segurança e defesa. Outro elemento a destacar é a assimetria salarial existente entre as chefias militares e os de patentes mais baixas que, aliada aos atrasos no pagamento de ordenados e à escassez contínua de abastecimento alimentar nos quartéis, contribui para o descontentamento nos quartéis. O Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) lançou, em novembro de 2016, o Guia Prático de Direitos Humanos para as Forças Armadas em Guiné Bissau.

Iniciativas de defesa marítima

À mercê de condições ambientais muito favoráveis na região oeste africana, resultantes quer do fenômeno de correntes de *upwelling* durante a estação fresca, quer da afluência de massas de água doce durante a estação quente, a zona costeira de Guiné-Bissau possui águas com uma das mais elevadas produtividades primárias

do mundo. Estas condições proporcionam aos países desta região um assinalável potencial de recursos pesqueiros que partilham entre si, com destaque para os recursos pelágicos. Uma parte significativa destes recursos encontra-se intensamente explorada por frotas industriais e artesanais que, nas suas atividades de pesca e logísticas, cruzam as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) de vários países. Apesar disso, os sistemas de gestão das pescarias dos países da região são, em geral, pouco eficazes, nomeadamente no respeitante ao controle dos movimentos das frotas pesqueiras.

a) Percepção de ameaças

No contexto da sub-região, a Guiné-Bissau contrasta com países vizinhos, onde a exploração e degradação dos recursos são mais acentuadas. Cada vez mais, porém, os pescadores artesanais senegaleses e de outros países da região invadem o litoral da Guiné. Pescam em grandes pirogas, com longas redes, e defumam peixe, cortando madeira do tarrafe (mangal) em larga escala. Todos reconhecem um decréscimo significativo nos *stocks* de peixe, havendo espécies já muito raras. Animais ameaçados, como tartarugas e manatins, são frequentemente capturados. Localmente, o corte do tarrafe causa problemas de erosão costeira. A cobiça das nações industrializadas se faz sentir, em grandes arrastões pescando enormes quantidades de peixe e camarão ilegalmente, sem respeitar cotas ou sistemas de zoneamento, atuando de forma não sustentável. Também em terra, principalmente junto às fronteiras, se exerce a pressão dos países vizinhos. Em Guiné-Bissau, as ameaças são sobretudo internas. A destruição das florestas pela agricultura itinerante é um problema preocupante, além da exploração das madeiras e da expansão das plantações de caju.

b) Preservar o ecossistema de tarrafe (mangal)

Correspondendo a uma linha costeira de cerca de 280 km, a plataforma continental da Guiné-Bissau cobre aproximadamente

45.000 dos 150.000 km² da sua ZEE, com baixas profundidades, fazendo dela uma das maiores dentre os países da África Ocidental. Estudos efetuados nas águas marítimas de Guiné-Bissau (INSTITUTO..., 2012) apontam uma biomassa da ordem de 900.000 a 1.100.000 toneladas, da qual 250.000 a 300.000 toneladas de animais marinhos podem ser capturados anualmente sem degeneração de *stocks* com as seguintes estimativas: (i) cerca de 250.000 toneladas de espécies pelágicas; (ii) 50.000 toneladas de espécies de fundo, demersais; (iii) 15.000 toneladas de tunídeos; e (iv) cerca de 4.000 toneladas de diferentes espécies de camarão. Quanto às águas interiores, admite-se que se poderá pescar cerca de 20.000 toneladas/ano de peixe e 1.000 toneladas/ano de camarão. Devido à predominância de uma tradição agrícola na Guiné-Bissau, são pescadores estrangeiros artesanais e industriais que têm realizado a parte substancial das capturas de pescado, nas águas costeiras do país. No entanto, parte desta pesca tem sido realizada fora do controle da administração pesqueira guineense.

A pesca artesanal encontra-se concentrada nos rios e estuários, ao longo da costa, com destaque para o arquipélago dos Bijagós e Cacheu, a partir de onde são explorados os recursos de tainhas e sardinhas *ethmaloses* que constituem cerca de 80% das suas capturas. A pesca artesanal possui direitos de pesca exclusivos dentro das 12 milhas náuticas, incluindo as águas entre ilhas e estuarinas. O número exato de pescadores artesanais nacionais e estrangeiros tem sido objeto de estimativas muito díspares: entre 3.362 e 10.000 pescadores utilizando entre 656 e 1.200 pirogas, das quais cerca de 14% a 20% são motorizadas. A maior parte das capturas artesanais é realizada nos períodos de abril a maio e de outubro a dezembro. No período 1991 a 1993, foram estimadas em 26.000 a 30.000 toneladas (com um valor total de 17 a 19 milhões USD) e, em 1995, em 50.000 toneladas. A maior parte deste pescado é comercializada nos vizinhos Senegal e Guiné-Conakry. Em 1997, a FAO estimou as capturas domésticas artesanais em 5.400 toneladas, fato que evidencia a na-

tureza subsidiária da pesca nas atividades das populações costeiras, as quais se dedicam predominantemente à agricultura, mesmo em zonas de grande proximidade aos recursos como é o caso do arquipélago dos Bijagós.

A pesca industrial é exercida, fora das 12 milhas náuticas, em toda a extensão da ZEE. No período de 2004 a 2006, foram concedidas entre 215 e 237 licenças de pesca a embarcações industriais para períodos que variaram entre 3 a 12 meses. Contudo, o tempo efetivo de presença (no seu equivalente em meses) decresceu de 103 para 83 embarcações. Esta diminuição foi particularmente sentida nas frotas de arrasto de camarão e de cefalópodes, refletindo a tendência do que vem ocorrendo nas discussões dos acordos de pesca que a Guiné-Bissau mantém com o Senegal, a União Europeia, a *China International Fishing Company* e a *China National Fishing Company*. Essas entidades alegam a existência de uma diminuição das capturas por unidade de esforço e esse fato foi agravado recentemente por evoluções desfavoráveis dos preços internacionais de venda do pescado e dos custos de exploração. A par destas atividades ao abrigo dos acordos de pesca, é sabido que um número importante de embarcações opera ilegalmente nas águas jurisdicionais da Guiné-Bissau. Em 2006, depois de melhorias introduzidas na ação da fiscalização, de 99 embarcações de pesca interceptadas, 13 foram multadas por pescarem sem licença.

As atividades pós-captura são muito restritas na Guiné-Bissau, pois praticamente todas as embarcações de pesca desembarcam o pescado em Dakar, Abidjan e Las Palmas, o qual é depois reencaminhado para os mercados da região e da Europa. Esta situação resulta não apenas da pouca dimensão do mercado local, mas igualmente e em grande medida, da não existência na Guiné-Bissau de infraestruturas e serviços adequados para estas frotas de pesca industrial (nomeadamente, burocracia excessiva e ausência dum sistema de certificação de qualidade reconhecido internacionalmente). No que

diz respeito ao processamento artesanal, ascende atualmente ao equivalente a 30.000 a 40.000 toneladas/ano de pescado fresco, das quais cerca de 5.400 toneladas provêm de operadores nacionais, uma parte importante do que é processado artesanalmente.

Entre 1956 e 1998, a área de tarrafe, na região do Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu(PNTC),sofreu redução de 29%. Este fenômeno tem tendência a agravar-se rapidamente. Os ecossistemas de tarrafe têm um interesse estratégico nacional e é necessário garantir que não haja redução significativa da sua superfície dentro das Áreas de Proteção (AP). Para tal, as iniciativas no PNTC deverão ser recentradas ao nível do rio e dos tarrafes, dando menos prioridade aos setores terrestres deste parque, cuja valência ecológica é de menor importância.

c) Minas e petróleo: promessas e problemas

Historicamente, nunca existiu alguma atividade nos setores das minas e petróleo no país. Embora se saiba, desde a década de 1970, que existem alguns jazigos potencialmente significativos de bauxita e fosfatos, eles nunca foram completamente explorados devido ao fator de instabilidade política. Em 2012, o governo de Angola pretendia investir na extração de bauxita cerca de 385 milhões de euros (MADE FOR MINDS,5.9.2014);contudo, o golpe de estado naquele ano não deixou concretizar o projeto. Em relação ao fosfato, Guiné-Bissau celebrou contratos de licença de arrendamento para uma exploração de longo prazo; no entanto, a exploração de minas ainda é promessa do futuro.

Houve também várias descobertas de reservas de óleo pesado *offshore*. Embora não se tenha encontrado ainda um jazigo de petróleo comercialmente rentável, várias companhias estão presentemente ativas no terreno. Se qualquer dessas oportunidades se concretizar, isso teria um impacto profundo sobre o rendimento nacional, as receitas fiscais e as entradas de divisas para a Guiné-Bissau. No en-

tanto, a exploraç6o de recursos s6o conduzir6 a um desenvolvimento socioecon6mico sustent6vel se forem implementadas pol6ticas e programas para assegurar que o capital natural seja transformado em capital humano e em infraestruturas.

Um jazigo foi inicialmente identificado em 1978 e a *Soci6t6 Fran7aise d'Etudes Mini6res* (SOFREMINES) elaborou um estudo de pr6-viabilidade positivo em 1986. Contudo, devido 6s condi76es do mercado e a preocupa76es com as infraestruturas, n6o houve nenhum movimento no jazigo at6 a *Champion Resources* do Canad6 assumir o contrato de licen7a de arrendamento, em 1997. Por um lado, a avalia76o da *Champion* sobre a propriedade foi muito positiva, indicando reservas de cerca de 100 milh6es de toneladas de min6rio argiloso de alta qualidade, o que torna f6cil a sua beneficia76o, com 30,1% de rocha de fosfato bruto. Por outro lado, eles estimaram a exist6ncia de uma quantidade adicional de 400 milh6es de toneladas de rocha, contendo c6lcio de baixa qualidade. A explora76o das reservas de qualidade superior duraria cerca de 40 anos, com um per6odo adicional de 200 anos se o jazigo de qualidade inferior for comercialmente vi6vel. O pre7o corrente do fosfato atingiu US\$ 300 por tonelada recentemente, embora os pre7os a longo prazo estejam estimados entre US\$ 120 e US\$ 150 por tonelada. Assim, 600.000 toneladas por ano de fosfato (30% de 2,5 milh6es de min6rio) renderiam US\$ 90 milh6es por ano, sendo 6 \$150 a tonelada de min6rio.

As 6reas do petr6leo est6o divididas entre as zonas norte e sul, a primeira das quais 6 partilhada com o Senegal. V6rios operadores incluindo a *Eni* (It6lia), a *Sterling Energy* (Reino Unido), e a Marmore (Mal6sia) realizaram prospe76es explorat6rias na zona 6 norte. Foram encontradas reservas substanciais de 6leo pesado, que necessita de testes para determinar se a explora76o pode ser desenvolvida em base comercial.

Na 6rea a sul, a *Premier Oil* (Reino Unido), a *Svenska* (Su6cia), a *Maurel & Prom* (Fran7a), a Sociedade de Hidrocarbonetos de Angola (Angola) e a Supernova (Pa6ses Baixos) t6m efetuado prospe76es em

regime de *joint venture* com a PetroGuin, uma companhia pública de petróleo da Guiné Bissau. Alguns peritos da indústria do petróleo acreditam que o país poderá produzir 30.000 a 60.000 barris por dia e, assumindo um preço médio de US\$ 100 por barril, poderia arrecadar até US\$ 2 bilhões em exportações anuais, mais de cinco vezes o PIB do país. Contudo, até a data presente, nenhuma das descobertas foi viável do ponto de vista comercial (THE ECONOMIST..., 2008).

d) Possibilidades de alianças

O relacionamento entre o Estado e os seus parceiros de desenvolvimento tem registrado sinais positivos com o novo contexto de governança, na perspectiva de uma plena restauração do clima de confiança e dos quadros de parcerias mais sólidas. Os resultados positivos da gestão macroeconômica, que se traduziram no alcance do ponto de conclusão da iniciativa de perdão da dívida de países pobresmuito endividados, reforçaram a credibilidade do governo junto aos parceiros de desenvolvimento.

O governo atual está implementando um programa de reforma do setor dedefesa e segurança, considerado prioritário e que, este ano, entrou em uma nova etapa com a execução de um programa de assistência financiado por Angola, num quadro bilateral, e em parceria com outros países e organizações internacionais, designadamente Holanda, Brasil, Suécia, Portugal, Espanha, União Europeia, Fundo Internacional para o Banco de Arguin (FIBA), BM; Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), etc. São igualmente parceiros importantes do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) aquelas instituições da sub-região com interesses na biodiversidade e nas AP, particularmente aquelas agrupadas no seio do Programa Regional de Conservação da Zona Costeira e Marinha na África Ocidental (PRCM) e da Rede Regional de Áreas Protegidas Marinhas (RAMP AO). Destacam-se ainda as parcerias com ONGs internacionais, como a União Mundial para a Natureza (UICN), a *WetlandsInternationale* o Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

Os esforços empreendidos incluem também uma capacitação da sociedade civil em matérias de defesa dos direitos sociais e civis. Contudo, as suas ações são fortemente limitadas devido à fraca representação de Guiné-Bissau, no âmbito do Comitê Nacional de Arbitragem para a consolidação da paz.

e) Acordos bilaterais na preservação da biodiversidade marítima

Os recursos em biodiversidade de Guiné-Bissau têm uma relevância que ultrapassa largamente as fronteiras do país, tanto mais que numerosas espécies de peixes, aves e tartarugas-marinhas só podem ser conservadas mediante os esforços conjugados de diversas nações. Além disso, a Guiné-Bissau é um país fortemente dependente de ajuda externa e de parcerias internacionais. Como tal, é importante que o país honre protocolos, acordos e outros compromissos internacionais já assumidos, projetando uma imagem positiva de nação e facilitando a angariação de apoios financeiros e técnicos para o desenvolvimento sustentável.

Dentre os acordos internacionais subscritos pela Guiné-Bissau com particular relevância para a missão do IBAP, salientam-se a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), a Convenção sobre as Espécies Migradoras da Fauna Selvagem (CMS) e o tratado associado denominado *African-Eurasian Waterbird Agreement* (AEWA), a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES), a Convenção Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e a Convenção da Luta Contra a Desertificação (CCD). É importante salientar ainda a Convenção de Ramsar sobre as zonas úmidas, ao abrigo da qual a Lagoa da Cufada foi classificada como sítio Ramsar e outras zonas úmidas, como o estuário do rio Cacheu, estão em processo de classificação, reconhecendo-se, assim, a sua relevância internacional.

O governo da Guiné-Bissau assinou, em março de 2003, uma declaração de política geral que apoia a Estratégia Regional das Áreas Protegidas Marinhas, preparada no âmbito da iniciativa do Programa Regional de Conservação da Zona Costeira e Marinha

na África Ocidental (PRCM), que agrupa todos os estados litorais da África Ocidental, da Mauritânia à Serra Leoa, e ainda o estado insular de Cabo Verde. Esta estratégia tem por objetivo de fundo garantir a existência de uma rede das áreas protegidas marinhas na África Ocidental, gerida por instituições fortes, de forma participativa, valorizando a diversidade natural e cultural e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região. Esta estratégia foi assinada pelos ministros responsáveis pelas pescas e pelo ambiente de 6 países, que, dessa forma, reconheceram a importância das AP marinhas na gestão dos recursos haliêuticos, entre outros, e a importância de assegurar a coerência de uma estratégia em nível sub-regional. O IBAP participa ativamente no desenvolvimento da Rede Regional de Áreas Protegidas Marinhas (RAMPAO) e no desenvolvimento do PRCM no seu todo.

Os desafios da integração

A República da Guiné-Bissau participa de várias agremiações regionais e internacionais, tendo destaque a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), a Comunidade dos Países do Oeste Africano (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), sendo estes dois últimos blocos econômicos sub-regionais dos quais participam, predominantemente, antigas colônias da França. A potência europeia continua exercendo seu domínio de forma indireta, pois controla a política monetária dos Estados-membros por meio do franco CFA.

a) Comunidade dos Países Oeste Africano (CEDEAO)

A CEDEAO é composta por 15 países membros: Benin, Burkina Faso, Cabo-Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Compreendendo mais de 200 milhões da população africana e fundada em 28 de maio

de 1975 pelo tratado de Lagos, a CEDEAO passou por duas mudanas pol3ticas importantes: a ades6o da Rep6blica de Cabo-Verde, em 1976, e a sa3da da Rep6blica de Maurit6nia, em 2002. O bloco tem o objetivo de eliminar empecilhos econ6micos existentes entre os Estados africanos pactuantes, sendo considerado protecionista de mercado regional e capaz de estabilizar rela6es de com3rcio entre os Estados membros. Surgiu como uma necessidade de promover o processo de globaliza6o, no que diz respeito 6s trocas comerciais (SANTY, 2010).

Guin3-Bissau, com a economia fragilizada por sucessivos conflitos pol3tico-militares, pelo alto n3vel de corrup6o, pela inefici3ncia de atua6o do Estado na implementa6o das pol3ticas p6blicas, por poucos investimentos em setores produtivos, tais como agricultura, pesca e pecu6ria (GOMES, 2002), est6 em desvantagem frente aos outros pa3ses da sub-regi6o. O mercado econ6mico guineense apresenta fragilidade estrutural e prolifera6o do mercado informal, o que deixou a economia vulner6vel a qualquer crise.

J6em 1997, a mudana da moeda nacional do peso da Guin3 para o franco CFA, controlado pelo Banco Central da Frana, 3 vista como um fator de neocoloniza6o, reforando a ideia de que os blocos econ6micos regionais foram criados como estrat3gia pol3tica do governo franc3s para manter o dom3nio sobre a 6frica (MAN3, 2015).

A principal caracter3stica da pol3tica econ6mica da CEDEAO 3 o fomento 6 privatiza6o, com presena destacada do FMI e do BM, com o objetivo de internacionalizar o mercado conforme o modelo econ6mico neoliberal. Esta pol3tica de integra6o regional provoca um choque nas rela6es sociais, pela informalidade da economia e pela perda de direitos do trabalhador guineense, em favor das empresas transnacionais.

b) Uni6o Econ6mica e Monet6ria Oeste Africana (UEMOA)

Criada em 2007, participam da UEMOA oito Estados-membros: Guin3-Bissau, Benin, Senegal, Mali, N3ger, Burkina Fasso, Togo e Costa do Marfim. Sua pol3tica de integra6o foi idealizada

com o objetivo de liberalização do mercado de capitais e de livre circulação de pessoas, bens e serviços, de unificação das políticas fiscais e monetárias para emissão e a abertura de ações comuns e de compatibilização das legislações fiscais para melhorar a política de controle monetário. De fato, marca o retorno do colonialismo ao continente de forma indireta.

A gestão da moeda é uma forma de dificultar operadores econômicos e acesso aos créditos de financiamento para os governos africanos, restringindo o valor de financiamento em até 20% do PIB do país. Essa medida torna os Estados mais dependentes das instituições internacionais para execução das suas políticas internas orçamentárias, como tem ocorrido na maioria das situações. O alto preço de aluguel do franco CFA torna bastante complexo o cenário de implementação de políticas públicas. Os países membros não sabem o valor exato retido pela França, na transação. Essa política monetária, a qual o povo está submetido pelo governo francês, junto com os líderes corruptos africanos, bloqueia qualquer processo de industrialização, tornando os países dependentes de esmola. O diretor do Fórum Africano de Alternativas, Demba Moussa Dembelé, destacou em entrevista que o povo africano é mantido no empobrecimento pelo governo francês (DEMBELÉ, 2012).

c) Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e laços com o Brasil

O Atlântico Sul vive um momento de crescente importância no cenário político internacional, provocado essencialmente por dois episódios simultâneos. O primeiro é dado pelas imperativas alternativas às tradicionais linhas de comunicação marítima, que concentraram o comércio entre Ocidente e Oriente e que já não admitem grandes cargueiros e petroleiros. Assim, o Atlântico Sul expõe-se como rota alternativa estratégica, uma vez que sua localização permite a conexão interoceânica, tanto com o Oceano

Índico quanto com o Pacífico. Já o segundo episódio diz respeito aos recursos minerais presentes nessa área, entre a costa do continente africano com o Brasil, o que suscitou debates sobre a necessidade de construção da zona de paz exclusiva.

A ZOPACAS demonstra a dinâmica política pautada na cooperação no âmbito socioeconômico e na resolução de conflitos de forma pacífica, integrando países de dois continentes. A Guiné-Bissau participa dessa estrutura político-diplomática, mas sua relação com o Brasil não se limita à cooperação na ZOPACAS. Os dois países sempre se interessaram em desenvolver cooperação bilateral em diferentes domínios.

Em 18 de maio de 1978, os dois países celebraram o primeiro acordo básico de cooperação técnica, com objetivo de favorecer a abertura de novos ensejos com os temas de atuação definidos. Fazem parte deste acordo os Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), desenvolvidos nas instituições superiores de ensino público e privado, o que beneficia a formação acadêmica da nova geração e a capacitação dos quadros em diferentes áreas, com propósito de retornarem ao seu país de origem.

O serviço de apoio na formulação e monitoramento do programa nacional para universalização do registro civil de nascimento em Guiné-Bissau, com a finalidade de fortalecer a capacidade institucional do Ministério da Justiça de Guiné Bissau para a execução da política nacional de universalização do registro civil de nascimento, foi concretizado mediante protocolo assinado em 25 de março de 2006. Em 2007, o Brasil liderou nas Nações Unidas a comissão de consolidação da paz para Guiné-Bissau, visando trabalhar junto com as autoridades locais para estabelecer a ordem democrática, com proposta de criação de auxílio capaz de minimizar situações catastróficas.

Portanto, o Brasil atua na Guiné-Bissau não apenas como parceiro econômico, mas, sim, como país que se identifica pela formação cultural dos seus povos. No final de 2011, os dois países assinaram convênio para a execução de programa composto por oito projetos, nas áreas de formação profissional, agricultura, inclusão social e direitos humanos, segurança pública e educação, implantação de unidade de processamento do pedúnculo do caju e outras frutas tropicais (GUINÉ-BISSAU, 2012).

O governo brasileiro atua também no âmbito da organização da CPLP, na busca de soluções para os presentes problemas de instabilidade política e econômica, com vistas a reformulações da estrutura administrativa. A complexidade da formação do Estado guineense, composto por inúmeros grupos étnicos, pode ser considerada como riqueza cultural de uma nação que nasceu com o lema da unidade nacional, para agregar todas as forças vivas do país com o objetivo comum de consolidar um Estado de direito.

REFERÊNCIAS

BONIFACE, P. **L'année stratégique 2013**: Analyse des enjeux internationaux. Paris: IRIS, 2013.

CÁ, L. O. **Estado**: políticas públicas e gestão educacional. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

CABRAL, A. L. 2º texto aos camaradas responsáveis do partido em novembro de 1965. In: _____. **PAIGC**: unidade e luta. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

DEMBÉLÉ D. M. O Franco CFA, um insulto para a soberania dos países africanos. **Foro internacional democracia e cooperação**: observatório de organizações e movimentos sociais, [on line], 15 out. 2012. Disponível em: <<http://www.democraciaycooperacion.net/espacio-colaborativo/afrique/envoyez-vos-documents-a-l/traductions/portugues-395/article/o-franco-cfa-um-insulto-para-a>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

GOMES, A. R. O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS,

7., 2010, Lisboa. **Anais eletrônicos...** Lisboa: ISCTE/IUL, 2010. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2347/1/CIEA7_34_GO-MES_O%20poder%20militar%20e%20a%20desedifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20estado%20de%20direito.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

GUINÉ-BISSAU. **Agencia Brasileira de Cooperação**, [online], [2012]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/GuineBissau>>. Acesso em: 24 out. 2016.

_____. **Instituto Nacional de Estatística**, [on line], 2016. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

GRAÇA, L. **Camaradas da Guiné**, [on line], 7 jul. 1967. Disponível em: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2014/11/guine-6374>>. Acesso em: 15 mai. 2016

INSTITUTO da Biodiversidade e das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, [online], 2012. Disponível em: <www.ibap-gb.org>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MANÉ, L. FCFA, 18 anos da escorreria monetária francesa na Guiné-Bissau. Notícias, atualidade e informações Guiné-Bissau, [on line], 29 mai. 2015. Disponível em <<http://www.gbissau.com/2015/05/29/opinio-fcfa-18-anos-da-escorreria-monetaria-francesa-na-guine-bissau/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MONTEZINHO, J. Mulheres de Luta. **Expresso das ilhas**, [on line], 13 abr. 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=mulheres+combatentes+na+guine+bissau&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiKxLqGuP_SAhXGTZAKHZvKCWgQ_AUICCGD&biw=1137&bih=708#imgrc=S-N0pLXgYBv0eFM>. Acesso em: 18 jun. 2016.

O'REAGAN, D.; THOMPSON, P. **Promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau**: lições do primeiro narco-estado de África. Washington-DC: Centro de Estudos Estratégicos da África, 2013.

PAIGC – Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde. **História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde**. Porto: Afrontamento, 1974.

PEREIRA, C. L. Socialismo ou Neocolonialismo: as lutas de emancipação dos povos africanos e a atualidade do legado de Amílcar Cabral. In: ENCONTRO INTERNACIONAL CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE, 2004, Serpa; Moura, Portugal. **Anais...** Serpa; Moura: [s.n.], 2004.

POLIMERNI, B. **Reuniões dos dirigentes do PAIGC nas Zonas Libertadas no leste da Guiné-Bissau**, [on line], 1970. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SANTY, A. R. A. **A mulher na Política na Guiné-Bissau**, [on line], 10 out. 2010. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/AMULHERNAPO-LITICANAGW.htm>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

THE ECONOMIST Intelligence Unit's Index of Democracy 2008. **The Economist**, [on line], 2008. Disponível em: <2008<https://graphics.eiu.com/PDF/Democracy%20Index%202008.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

THE WORLD BANK. **Guiné-Bissau**: aspectos gerais, [on line], [2016?]. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Nigeria

Herbert Ekwe-Ekwe¹

Geography

Nigeria is in southwest central Africa. It has a landmass of 923,768 sq km with its southern borders on the Gulf of Guinea and the southcentral Atlantic. Cameroon is to its east border, Chad to its northeast, Niger to its north and northwest and Benin Republic to its west.

It has a rich multiform landscape which ranges from its south coastal belt of mangrove swamps of the Niger Delta and the rain forests and the deciduous stretch of the central belt cropland of the distinctly “Y”-shaped confluence basins of the country’s two dominant Rivers Niger and Benue. To the north are the regions of savannah and Sahelian vegetation that then project to the far north desertification zones. The country has prominent highland topography, the Chappal Waddi peak, Nigeria’s highest point, and Lake Chad, one of Africa’s largest lakes. The climatic map is also varied. The south is characterized by a tropical monsoon climate with heavy rainfall, while in the coastal Niger Delta, twice as much rainfall occurs. Annual temperatures in this region are in the overall between 26°C and 28°C. In the central belt cropland regions, annual rainfall ranges between 1100mm and 2000mm while temperatures vary: 18.45°C in the cooler season to 36.9°C in the hotter months. The further north Sahelian region records very low rainfall annually and temperatures soar between 30°C-40°C, making it the hottest and most arid part of the country.

¹ Herbert Ekwe-Ekwe is an independent researcher of International Relations, specialized on genocides, conflicts and post-colonial Africa wars. He is also a researcher of Observatório das Nacionalidades (Ceará – Brazil). E-mail: africanrenaissance1@gmail.com

History

Nigeria, which the British formally created in 1900, is the outcome of the latter's conquest and occupation of the principal states and peoples of this southwest central African region, begun in the 1860s and "certified" by the pan-European conquerors' conference on Africa held in Berlin in November 1884-February 1885. These amalgamated states include the Igbo republican conurbations to the east that had been independent for over 1000 years, the monarchical metropolies of the Yoruba and the Bini kingdom to the west and the burgeoning Hausa-Fulani emirates of the north region.

For Britain, its Nigeria conquered states were indeed prized lands of its evolving African seized fortunes. For 300 years, Britain had maintained its ascendancy as the world's principal enslaver-power in Africa and the Americas. With its conquest of Nigeria, Ghana, Sierra Leone, Gambia and later on southern Cameroon (after Germany's defeat in World War I), all in west Africa, its additional seizure of south/southeastern African states Zimbabwe, Botswana, Swaziland, Lesotho, Zimbabwe, Zambia, Kenya, Uganda, and Tanzania (after the defeat of Germany in World War I), as well as the Sudan (north-central Africa), Britain was now the leading conqueror-state during this phase of the direct occupation of Africa by the European World. These states constituted Africa's major population centres and vast multiple natural mineralogical and agricultural emplacements.

Just as elsewhere in its occupied Africa, Britain quickly turned its Nigeria into a reservoir of cheap labour for intensive and extensive agricultural and mineralogical exploitation. The farmer in Nigeria was converted overnight into a "cash crop farmer", a term that at face value has a dubious meaning as it is aimed to describe a farmer who cultivated assorted crops such as cotton, cocoa, palm produce, groundnut, cloves and rubber solely for export to British markets. The farmer who cultivated other crops, but for the home market, which he or she still sold for cash, was not a "cash crop farmer"! Instead,

goes the conquest-economics jargon, the latter farmer was involved in “subsistent farming”. Considering that the overwhelming majority of Africans in Nigeria and elsewhere were, and are still farmers, 15-20 millions of peoples in occupied Nigeria were, as a result of the British conquest and occupation, being culturally alienated at the crucial site of their economic activity – with obvious far-reaching implications, which are still at the core of Africa’s current tragedy. If the Nigerian labour was not bound for agricultural activity, “cash crop”, or not, he or she was instead deployed by the occupation-state to the British/European mining corporations sprouting up all over the country to extract various types of minerals including gold, tin, bauxite, coal, copper, iron ore and, later on, petroleum products – again for export to the Britain/European World.

Nigeria’s was one of the most “diversified” British conquest economy in Africa. Forty years after the conquest and the outbreak of the Second World War in 1939, the following agricultural commodities accounted for nearly 90 per cent of Nigeria’s export products: rubber, cocoa, cotton, groundnuts, palm oil and palm kernels. This seemingly admirable range of Nigeria’s “diversification” had however been achieved, thanks to the sheer size of the country, stretching from the south on the Atlantic shoreline of southwest central Africa to the deciduous/savannah vegetation belt of the north hinterland bordering on the Sahel. This ensured that the occupation regime could maximally exploit the varying climatic zones across the territory in its choices but these were still dictated fundamentally by the imperatives of the British economy. In the 1970s/1980s, this “diversification” of the Nigeria economy virtually came to an end. Even though Nigeria had since become “independent” (October 1960), it is actually significant that the main export product, petroleum, which displaced the basket of commodities of economic “diversification” enumerated above, shares an equivalent quota of the country’s export trade currently as the latter did a half of a century earlier: 90 per cent. As should

be expected, this role of petroleum has been dictated principally by the needs of the British/Western economies. Whether as “monocultural” or indeed “dualcultural”, the whole logic and character of the evolving Nigeria conquest economy was to serve the interests of the British occupier. Expectedly, all forms of new taxes were imposed to expedite this British take-over of Nigeria, and the strategic spheres of the country’s independent pre-conquest cultural, industrial and other forms of technological creativity therein were curtailed or suppressed.

In effect, pre-conquest African land and property relations were abolished by the occupation to make way for the seizure of land for both plantation agriculture and mining enterprises, or for the construction of new communication infrastructure, or for the direct population settlement by European immigrants as found in towns and cities such as Lagos, Ibadan, Enugu and Port Harcourt in the south and Jos, Kaduna, Zaria and Minna in the north.

Economy, World War II and the aftermath

The course and outcome of the Second World War gave considerable impetus to the anti-British occupation struggle in Nigeria. In 1939, Britain and France declared war on Germany. Nigerians soon found themselves fighting in another global war that was not of their own making. Apart from Liberia and Ethiopia, the rest of Africa was under the occupation of *the same* European powers at war with each other, except, ironically, Germany. Germany had lost its hitherto occupied African countries of Tanzania, Namibia, Cameroon and Togo due to its defeat in the First World War by Britain and its allies. But instead of restoring immediate independence to these African states at the Versailles conference terminating the war, Britain and France scandalously incorporated them into their *own* existing conquest empires overseas (Tanzania and southern Cameroon were seized by Britain; northern Cameroon and Togo were taken over by France), whilst Namibia was assigned to the European minority population-ruled South

Africa to “administer” – a euphemism that hardly disguised Namibia’s *de facto* status as Pretoria’s newly conquered land. In contrast, the defeat of Austro-Hungary and Turkey, Germany’s central European allies in this war, resulted in the liberation of several subject nations and peoples, which included the Pole, Czech, Slovak and Greek.

So, for Africa, whose peoples (in Africa itself, the Caribbean and the United States) lost 400,000 soldiers, mostly conscript combatants who fought for the conflicting territorial claims of rival European powers in the 1914-1918 war, the outcome was grim indeed: continuing occupation. (EKWE-EKWE, 1995) The victorious alliance, including crucially two leading European conqueror-states that then occupied most of Africa, continued to maintain the most contemptuous disregard of the human and national rights of African peoples, even though Britain and France had claimed that they went to war to confront Germany’s *territorial ambitions*. As one and half million African descent conscripts worldwide went to fight for these same European World occupying states in 1939, it was even less likely that Africa’s *own* independence would be reclaimed in the event of victory against Germany.

About 100,000 Nigerians were part of the total number of Africans who fought for the anti-German coalition forces during World War II. All accounts record the valiant performances of the African contingents in the principal fronts of the war: western Europe; the gruesome Far East campaigns against Japan, where African casualties were in tens of thousands; the battles in north-east Africa in 1940-1941, which led to the liberation of Ethiopia from Italian occupation, and, finally, the preparations leading to the coalition’s landings in western Europe in 1944, which was decisive in the subsequent defeat of Germany. Indeed, the role of the African-Guyanese governor of Chad, Félix Éboué, was crucial in the anti-German alliance’s successes at this theatre. He provided logistics in west/central Africa and his support for the Free French Forces was unequivocal even at

a time when influential French, including François Mitterand (who would later become president), were collaborating with the German occupation regime in France.² The total number of African descent casualty in the war is estimated at 900,000 killed, and hundreds of thousands wounded (EKWE-EKWE, 1995).

Besides providing troops, Nigerian territory was used extensively as rear bases and supply lines, particularly for the north African and west European campaigns against Germany and its allies. This was part of the massive expansion of air and seaport facilities in the west African region in 1940-43. The absence of combat activity in Nigeria itself provided another advantage for the anti-German coalition. Britain, which was now the only effective European occupying power in Africa, with the sudden fall of France to the Germans, was able to offset the sharp drop that occurred in the early 1940s in the global production of palm oil, groundnut, tin and rubber due especially to the Japanese overrun and occupation of southeast Asia. It readily stepped up the production of these commodities in occupied Nigeria, Ghana, Sierra Leone and Gambia. In similar vein, increases in the production of sugar and banana were embarked upon in British-occupied Caribbean, home to mainly peoples of African descent, as part of the war effort at the time. Crucially, direct financial support for the British war effort from British-occupied Africa was spectacular – this totalled £446 million by the end of the war in 1945 (RODNEY, 1982).

Yet the feverish increase in all these productive activities for the British war effort from across the African World co-existed with a sharp deterioration of the living conditions of the majority of the peoples in British-occupied Nigeria. Prices of locally produced goods, as well as imports, especially foodstuffs, soared. In Lagos, prices of assorted meat had increased by at least 90 per cent between 1939 and 1945; prices of pepper and salt had increased by 150 per cent and 400 per cent respectively, during the same period, while price rise for

² See, for instance, *In Memoriam: François Mitterand*, a BBC review, at <http://www.pbs.org/newshour/bb/remember/mitterrand_1-8b.html>. Access on: Mar. 11, 2006.

rice was 92 per cent and milk rose by 86 per cent (ANANABA, 1969). By 1943, there was a distinct possibility of a countrywide famine in Nigeria (NJOKU, 1987). The general foodstuff situation had been made worse by the occupation regime's enhanced diversion of local human power resources from the farms, producing food for domestic consumption, into the military or associated enterprises to support the war effort. The regime had also decreed a wage freeze, the paltry sums that accounted for payment of African workers notwithstanding, until the end of the war, and its resultant effects added to the despair of the times. Workers' mandatory cash payments to the war effort, supervised by regime officials up and down the country, were also another source of the tense situation.

In July 1941, workers embarked on a mass protest, demanding an increase in their living allowances or what they called, quite appositely, a "war bonus" (ANANABA, 1969, p. 26). The regime's inability to meet this demand to the workers' satisfaction, coupled with the generalised deterioration of the living standards of the people across the country, ultimately became the background of the 1945 countrywide strike – itself, the turning point in the politics of Nigeria's liberation movement as we shall soon show. It is also important to recall that by January 1941, Nnamdi Azikiwe, whose party, the National Council of Nigeria and the Cameroons / NCNC, would support the 1945 strike, had begun to show disillusionment in the ability of the principal states of the anti-German war coalition to confront the issue of the British occupation of Nigeria. After all, the only basis that leading officials of the NCNC freedom party could justify Nigerian peoples' support for the anti-German alliance of the era, in which occupier Britain played a central role, was that the outcome of the war should lead to Nigeria's liberation. Azikiwe had observed in an editorial in his *West African Pilot* in January 1941: "Day by day as I taste the bitter pills of being a member of a [subjugated] race, I become sceptical and laugh at the effusions of those who proclaim

to the world how paradisaical is the lot of the [occupied] peoples in the present scheme of thing" (NJOKU, 1987, p. 3181).

In May 1945, with victory assured, the European powers were now faced with the choice of implementing the Anglo-America Atlantic charter, formulated in 1941. A clause in the charter unequivocally affirms the "right of all peoples to choose the form of government under which they will live [and] to see [the] sovereign rights and self-government restored to those who have been forcibly deprived of them [...]" (PORTER, STOCKWELL, 1987, p. 103). But *in practice*, Britain felt that this clause did not apply to Africans (and other conquered and occupied peoples in Asia, the Pacific, South America and the Caribbean). Its wartime prime minister, Winston Churchill, had stressed that he "had not become the King's First Minister in order to preside over the liquidation of the British Empire" (PORTER, STOCKWELL, 1987, p. 25).³ Bernard Bourdillon, the British occupation governor in Nigeria, was equally blunt, even derisive of the demands for the restoration of African independence: "The British government ... did not anticipate any change in her policy towards Nigeria ... The war ... did not provide opportunities for the acceleration of greater participation in the administration of the country by Nigerians ... [No one] should expect a reward for failure to cut [their] own throat" (NJOKU, 1987, p. 180).

Once again, it was evident that Britain, and other European conqueror states occupying Africa, was not prepared to pull out of the continent. Just as in 1918, London and Paris were about to ignore the extraordinary role that African peoples, their countries, and resources had played in defeating Germany during this second time round. It was clear, though, that unlike 1918, the world after 1945 opened up

3 The French were similarly contemptuous of the liberation of its occupied African states (as well as those in Asia, the Pacific and the Americas), notwithstanding their early capitulation to the German invasion at the outbreak of war. During the 1944 Brazzaville conference of exiled French occupation governors from across the world, which was chaired by General Charles de Gaulle, the French position on the subject was restated emphatically: "Self-government must be rejected - even in the more distant future" (DESCHAMBS, 1979, p. 249). Sixty years on, France's supercilious disposition to African independence and sovereignty continues unabated. For an analysis of the current epoch, see Ekwe-Ekwe (2003).

more advantageous possibilities for African peoples to effect their liberation, on their own terms, across Africa and the Americas, in a manner that would have a tremendous impact on global development. In the meantime, the irony of the pan-European superciliousness towards African liberation, given the tragic history of the world of the previous six years, was not lost on the consciousness of the rest of humanity: Britain, France and Belgium, especially, had fought against German cultural supremacism and territorial expansionism, but emerged from this war apparently oblivious that *their own form* of cultural supremacism was part of the conquest ideology that had been used to “legitimise” the occupation of Africa and several regions of the Southern World for centuries. The fact that these conqueror states were not willing to withdraw voluntarily from occupied Africa, despite the cataclysm of the war of 1939–45, was highly indicative of the serious limitations that characterised their publicly-declared war-time political aspirations, propaganda, and objectives.

Furthermore, to underscore its staggering indifference, if not contempt for the restoration of African independence in Nigeria, in the immediate post-World War II years, the British occupation regime sought the expansion of productivity in the Nigeria economy to meet Britain’s own homeland demands for urgent reconstruction. So, the occupation regime in Nigeria directed the intensification of both agricultural and mineral export products in the country (especially palm products, cotton, rubber, hides and skins, beniseeds, groundnuts, tin ore and columbite) in response to this British need (ONIMODE, 1982). In 1946, the value of Nigerian exports was £23.7 million; by 1955, it was £129.8, and in 1960, £165.5 (EKUNDARE, 1973). There was a distinct growth in Nigeria’s Gross Domestic Product during the period, an annual rate of 4.1 per cent in 1950/51–1957/58; indeed, not since 1916 had Nigeria enjoyed a favourable net-barter terms of trade with Britain as was recorded between 1951–1955, and 1958–1960 (ONIMODE, 1982). But Nigeria was still a British occupied land,

with a socioeconomy that existed principally to serve British interests. This was underlined by the fact that the gargantuan sum of £276.8 million, the preponderant chunk of the surpluses that accumulated from this unprecedented boom, was transferred to Britain between 1947 and 1960 (ONIMODE, 1982). This is not to mention British surpluses enjoyed by the corresponding increases in the value of Nigerian imports from (mainly) Britain at the time: £19.8 million in 1946, £136.1 million in 1955, and £215.9 in 1960 (EKUNDARE, 1973).

Britain's more advantageous trade relations with Nigeria were further consolidated in 1955 when Europe slumped into an economic recession. The prices that Europeans were prepared to pay for imports of agricultural and mineral products abroad fell considerably. This was an instant blow to the Nigerian economy. Even though its export trade that year increased by 7,000 tons in volume, the value fell by £17 million (NNOLI, 1981). The result was an increase in Nigeria's import bills, which continued to rise. While a "buoyant" Nigerian economy with its reliance on the British economy for imports was an advantage for Britain, especially at a time of recession at home, the enormous strain on Nigeria's own accounting was becoming severe. Not only did the country incur deficits in its balance of payments position, it also drew heavily from its external reserves; such was the situation that Nigeria allocated at least one-fifth of the total investment bill earmarked for the 1955/56-1961/62 development plan to be financed from abroad (NNOLI, 1981). The leading Western companies in Nigeria clearly took advantage of a series of "liberal" measures which the occupation regime had instituted to stimulate production in response to Britain's post-war reconstruction programme.

Road to restoration of independence, pogroms, genocide

Yet Britain could no longer carry out such control with the totalising impunity of the past; it had to be mediated somewhat locally, and this historical responsibility lay squarely on the NCNC, formed

on 26 August 1944 to spearhead Nigeria's liberation struggle. The background was of utmost symbolism because this was connected with the ongoing Second World War. Earlier in the month, students at the Lagos King's College had gone on strike as a result of the deterioration of social conditions in the institution, caused initially by poor management but exacerbated by the wartime emergencies. In a rash response to the crisis, the newly appointed occupation governor ordered the immediate conscription of the students' strike leaders into military service.⁴ A number of other students were arrested and prosecuted including Chukwuemeka Odumegwu-Ojukwu, the 10-year-old student, who would in 1966, aged 33, play a leadership role in the resistance of the genocide unleashed against the Igbo people by the Nigerian state and British. A few days later, the death of one of the student conscripts while still in military custody sent a shock wave across Nigeria. Leaders of the Nigerian Union of Students conferred with Azikiwe, proprietor of the leading newspapers that made up the liberation press, who called for a conference of all Lagos' pro-liberation organisations to discuss the crisis. The students' union convened such a conference on 26 August 1944, with the historic outcome being the formation of the NCNC. Part of the conference communiqué stated categorically: "Believing our country is rightfully entitled to liberty and prosperous life ... and determined to work in unity for the realisation of ultimate goal of self-government." (COLEMAN, 1958, p. 264).

Nine months before the end of the war, the NCNC had forced to the fore the question of the restoration of the independence in Nigeria. This was undoubtedly a momentous development in the peoples' consciousness and aspirations, but it was unacceptable for the occupation regime, especially coming fast on the heels of the King's College crisis, not to mention the ongoing war against Ger-

⁴ Arthur Richards had acquired notoriety in his implacable opposition to African liberation from the European conquest as evident in his previous position as governor of British-occupied Jamaica (COLEMAN, 1958).

many. The NCNC was essentially a “federal” party with membership derived from organisational affiliations such as trades’ and students’ unions, women’s organisations, and cultural associations of constituent nations in Nigeria and the southern Cameroons.

On 22 June 1945, Nigerian workers declared a countrywide strike to back their demands for an increase in wages and improvement in the ever deteriorating conditions of the people made worse by the war. The strike paralysed Nigeria’s economic life. It went on for 44 days in the Lagos capital district, but up to 52 days in some regions. The NCNC and the restoration-of-independence press (particularly *West African Pilot* and *Daily Comet*, both edited by Nnamdi Azikiwe, then secretary-general of the NCNC) supported the strike, underlying the increasingly cooperation between the trade unions and the emerging political leadership in working towards the country’s liberation. The strike was the most far-reaching mobilisation of labour in occupied Nigeria and its implications were not lost on the occupation regime.

It is evident that “Nigerians, when organised”, as James Coleman (1958) has noted, “had great power, that they could defy the white bureaucracy, that they could virtually control strategic centers throughout the country, and that through force or the threat of force they could compel the government to grant concessions” (COLEMAN, 1958, p. 259). While the regime agreed to enter into negotiations with the workers after the strike was called off, it nonetheless sought to destroy the huge “political dividend” of liberation consciousness that the shutdown had generated across the country. Earlier on, it had proscribed the circulation of the vanguard newspapers, and accused its editor and Igbo people for engineering the strike (NNOLI, 1980). The regime’s propaganda on alleged Igbo responsibility for the strike became an instigator prop to Hausa-Fulani leaders’ organised massacres of Igbo immigrants in Jos and the surrounding tin mining towns and villages in October 1945 as well as in the north, this time in Kano, in May 1953. Hundreds of thousands of pounds worth of Igbo business

enterprises, homes, schools and recreational centres were looted or destroyed. These latest attacks coincided with the debates on the possible date for the formal termination of the British occupation and the restoration of independence. In contrast to the Igbo, Yoruba, Bini and other nations in the south who favoured the year 1956, the north, with total British connivance, as expected, was vehemently opposed to any such dates. Essentially, the north unleashed the Igbo pogrom in Kano to scuttle these debates – which it succeeded in doing, with evident British relief and satisfaction. These attacks were a portent of the widespread genocide of the Igbo by Nigeria, beginning in May 1966, in which a total of 3.1 million Igbo, or 25 per cent of its population were murdered during subsequent 44 months.

Britain was a central operative, along with the Nigeria state, in the planning and execution of the Igbo genocide right from its outset to its concluding phases in 1969/1970. It was Britain's "punishment" of the Igbo for its audacious lead of the struggle for the freeing of Nigeria that began in the 1940s. The pogroms against the Igbo in north Nigeria were carried out by pro-British political forces in the region who were opposed to the restoration of African independence but who Britain would hand over supreme political power of the country on the eve of its so-called departure from Nigeria in 1960. Without British complicity and massive arms support it was highly improbable that Nigeria would have been in the military position to pursue this foundational genocide of post-(European)conquest Africa.

Rule of the juntas and the economy: 1970-1999

For 25 years, following its 44 months of perpetrating the Igbo genocide, Nigeria was run by a coterie of military officers as the country went through a stretch of coup d'états. The era coincided with the phenomenal boom in the petroleum oil-driven economy. By the mid-1970s, Nigeria emerged as the sixth largest petroleum oil producer in the world. Its gross national product was US\$ 22.4

billion and had become Africa's third richest state after South Africa and Egypt. The period was of unrelenting corruption in government as top officials lurched ravenously into the public purse in a frenzy. A junta leader even boasted that "Nigeria will become one of the ten leading nations in the world by the end of the century".

Of course, in 1999, Nigeria was anything but a world power – not because the country lacked a resourceful population nor because it was deprived of an "enabling" natural resource infrastructure to accomplish such a task. On the contrary, many countries in history with a fraction of Nigeria's human and natural resource capacity have achieved major societal development in very limited timeframes as, for example, Malaysia, South Korea and Taiwan. On material resources, Nigeria had by 1999 earned the sum of US\$ 300 billion from petroleum-oil after 40 years of exploitation and exports. Unfortunately, this revenue had by and large been squandered by the country's regimes of the epoch through its institutionalised corruption and profligacy. Between 1972 and 1999, one fifth of this sum was looted personally by these furacious leaderships and transferred to Western banks and other financial institutions. At the time, budgetary allocations to the Nigerian military and other paraphernalia of the juntas' repressive apparatus averaged US\$2 billion per annum (REPORT..., 2001) with Britain enjoying 60-70 per cent of all imports. The dictatorships were therefore fully equipped to pursue their state of siege on the populations with devastating consequences: a run-down economy, the murder of scores of political opponents, the detention of several others, the catastrophic military interventions in Liberia and Sierra Leone which cost the country US\$13 billion (THIS GENERAL..., 2006; REPORT..., 2001) and thousands of casualties, and the flight of tens of thousands of intellectuals and professionals into exile.

This was the epoch of dubious contractual deals and dealing that yielded enormously-inflated financial returns for thieving public functionaries: the importation of everything from cement, sand, nails

and rice to champagne and lace, and the staging of innumerable feasts and festivals! At some point in 1983, at the apogee of this scramble of an economy, Nigeria's external currency reserves were reduced to about US\$ 2 billion. Inevitably, this scramble has churned out the directory of millionaires and billionaires whose names and gory legacy make up the haunting epitaph of a failed state. In this context, Edwin Madunagu's description of this shenanigan as the "political economy of state robbery" (MADUNAGU, 1983) could not have been more evocative.

It does not require emphasising that with the judicious use of the gargantuan sum of US\$ 300 billion, not only Nigeria but also the entire African World would have been radically transformed. No one would dare equate "disaster, degradation and desperation" with contemporary African existence as it is often the norm in many a standard discourse. On this very "squandering of [the peoples'] riches" (NIGERIA..., 1984), ignoring for once the other striking features of successive Nigerian regimes of the era, all those who have been heads of regime, as well as all those intellectuals who surrounded them as aides and advisors must be ashamed of themselves. They constitute the most vivid tragedy of Africa's recent history. They have frittered away the treasured trove of several generations of peoples. Furthermore, they were and remain a monumental disappointment and disgrace to the millions of Africans elsewhere in the world. In effect, Nigeria's regimes appear to have ignored the salient feature of the development ethos, any development ethos, that the engine of such an enterprise is anchored internally – right there at the very locale of the projected activity. Or have they?

Obasanjo "civilianisation" and the non-militarist regimes: 1999-2015

Contrary to expectations across the country in 1999, the end of military rule did not reverse the underlying anti-democratic policy

and manifestation of militarisation. The situation had not least been helped by the leadership of the new regime, headed by none other than Olusegun Obasanjo, an ex-military dictator himself who led a junta for three years in the 1970s and a commander during the Igbo genocide of 1966-1970. In an era when the rest of the world appeared completely exasperated in watching Africa forced to its knees by a cyclical retinue of colonels and generals wielding the cudgel of their brute usurpation of state power, Obasanjo had essentially followed in the footsteps of former military dictators in west and central Africa (Togolese General Eyadema, Ghanaian Flt-Lt Rawlings, Burkinabe Captain Compaoré and Central African Republic General Bokassa, for instance) to “civilianise” himself into head of regime. His eight years in office were a disaster in the country. Rather than slash the budget on militarisation, “civilian” regime head Obasanjo increased it! In 1999, the junta’s stated budgetary allocation to militarisation was US\$ 2.2 billion; in 2000, Obasanjo’s own first budget, he earmarked US\$ 2.4 billion for militarisation, an increase of almost 10 per cent from the previous year (REPORT..., 2001). In contrast, US\$ 500 million was assigned to education while health care received US\$ 150 million (OGUNSAKIN *et al.*, 2005). The widespread human rights abuse and personal insecurity did not abate. Instead, the situation worsened with the increased levels of state and quasi-state violence on principally Igbo people and the further strangulation of the economy of occupied Igboland.

In the eight years that Obasanjo was in power, 10,000 people in Nigeria were murdered by the state, quasi-state agencies and others. Ninety per cent of those murdered were Igbo. In all, Obasanjo had overseen one of the most corrupt and incompetent governments in Nigeria. Transparency International branded Nigeria the “second most corrupt country” in the world (OGUNSAKIN *et al.*, 2005). But the Obasanjo regime’s more detailed and graphic indictment came from a January 2003 damning report on its financial life published by

its own auditor general, noting gross irregularities: “over-invoicing, non-retirement of cash advances, lack of audit inspection, payments for jobs not done, double debiting, contract inflation, lack of receipts of back pay, flagrant violation of financial regulations, release of money without approving authority...” (UGBOLUE, 2003)⁵. Thousands of employees, especially in public services, were owed salaries ranging from 12-18 months. Industrial enterprises operated at about 30 per cent capacity and acute shortages of petrol and petroleum products were the norm for a country that is the world’s sixth largest exporter of petroleum oil! Several universities and other educational institutions of higher learning were strike-bound for long stretches during the academic year due to both staff and students’ protests over lack of adequate state funding for education. Hospitals were also frequent sites of strike action by doctors, nurses and other medical staff protesting over the government’s poor funding of healthcare. What Obasanjo had shown demonstrably in Nigeria was that rather than ease an already desperate situation, the “civilianisation” of ex-military dictators in the politics of their countries deepened the crisis of militarisation and brutalisation, with the predictable consequences on the welfare and aspirations of the people. The haemorrhage on the economy as the regime ploughed even more resources into the procurement of armaments to suppress targeted populations intensified.

After the brief interregnum of the non-militarist presidencies of Yar’Adua and Jonathan in office (2007-2015), the militarised “civilianisation”-regime type was back in power (beginning May 2015) with Muhammadu Buhari as head of regime – the position he earlier on occupied in December 1983-August 1985 as a putschist, having overthrown the elected Shehu Shagari administration, only to be overthrown himself 18 months later by yet another putschist.

⁵ See, also, an associated study of the Obasanjo regime by Chatham House (London), which concludes: “The scale of the corruption, mismanagement and non-execution of projects in the Obasanjo years has sent shockwaves through Nigeria” (ANGOLA..., 2009).

Nigeria today – miscellaneous highlights

a) Population

The population figure, 187 million inhabitants (2016), should be treated with caution as there has been no reliable census in Nigeria throughout its history. Since the 1950s when the British occupation regime concocted that historic untruth that the north region was “50 per cent of [Nigeria’s] population *without any census*”, to quote the startling acknowledgement of the infamous deed 50 years later by Harold Smith, a British conquest administrator who was then deployed in capital Lagos where he worked on the programme (EKWE-EKWE, 2006), all subsequent countrywide organised censuses and outcomes in Nigeria have been grossly fraudulent. Britain had deliberately inflated the north region’s population as a ploy to entrench its Hausa-Fulani islamist-clients in power in perpetuity.

b) Economy

Gross Domestic Product (GDP) is US\$493 billion. GDP by sector is as follows: services, 54.6 per cent; industry, 25.6 per cent; agriculture, 17.8 per cent. According to the Nigeria bureau of statistics, the Nigerian economy is currently in recession.⁶ This is its worst recession for over a decade. It states that the 2016 second quarter GDP declined by -2.06 per cent. Annual inflation rose to 17.1 per cent in July 2016, and food inflation rose to 15.8 per cent. The population below poverty line is 33 per cent and unemployment countrywide rate is 6.4 per cent. Exports amount to US\$93 billion (2015) – chiefly petroleum and petroleum products. The country’s main export partners are India, Spain, Holland, South Africa, and Brazil. Its main import partners are China, United States, India, and Holland.

⁶ See *Premium Times*, Lagos, 31 August 2016.

c) Education

In Nigeria 20, 682, 000 children (6-12 year-old) are enrolled in primary schools⁷ while 9, 057, 000 older children (12-17 year-old) are enrolled in secondary schools, representing 44 per cent gross enrollment ratio. Tertiary schools' enrolment is 1, 700, 000 students or a 10 per cent gross enrollment ratio. There are 128 universities in Nigeria, 51 of which are private. The country's adult literacy rate (15 and older) is 61.3 per cent.

d) Political and diplomatic relations – foreign policy: regional, continental Africa, African World and world-wide multilateral relations

Nigeria is an active member of the principal regional and supranational organisations in Africa and elsewhere in the world. It is a member of the 15-country west Africa regional economic organisation, ECOWAS, formed in 1975. The headquarters of ECOWAS's appeal court is located in Abuja, Nigeria's capital. Nigeria is also active in the broader continental organisation, the African Union, a successor to the Organisation of African Unity, based in Addis Ababa, Ethiopia. It also belongs to the United Nations and various UN bodies and affiliates. In South-South relations, it is a member of the Non-Aligned Movement as well as the 24-member states of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic which it played a key role with Brazil to found in 1986. Nigeria participates expansively in UN-directed peace-keeping missions in African conflicts, a role it has played in west, central, east and southern Africa in the past 40 years.

Background:

Right from the outset, in the mid-1930s, the principal leaders of the National Council of Nigeria and the Cameroon's (NCNC) restoration-of-independence movement against the British conquest in Nigeria had conceptualised the African World, namely the Africa

⁷ All statistics on education are derived from Education... (2016).

continent and the African presence in states and territories outside the continent especially in the Americas as the “space of mutual relations and solidarity of African peoples” which would be the important focus of cooperation with an independent Nigeria. Many of these leaders, especially the political scientist and journalist Nnamdi Azikiwe, the economist Mbonu Ojike and the educationist Nwafor Orizu had all studied in the United States. They were impressed by the African-centred philosophy and writings of Marcus Garvey, the Jamaican thinker, journalist and publisher, and had become associated directly or experienced the immediate aftermath of the tumultuous 1920s-1930s Harlem Renaissance African American cultural movement which emphasised an encompassing African universalism, following centuries of pan-European enslavement of African peoples and the occupation of Africa. Azikiwe had worked closely with Kwame Nkrumah from Ghana, another African student in the US in the 1930s, Jomo Kenyatta from Kenya (who had studied at the London School of Economics) and a number of African intellectuals from the Americas (particularly US, Jamaica, Trinidad, Martinique, St Lucia, Guyana, Surinam, Barbados) to arrange the historic 1945 conference on the future of the African World in Manchester, England. Consequently, the working principle of “Africa as the centre-piece” of Nigerian foreign policy became a defining crucible of independent Nigeria in October 1960 (PINE, 2011). Jaja Wachukwu, first foreign minister and himself an African Worldist who had studied in Ireland, was adamant on this future policy direction: “charity begins at home and therefore any Nigerian foreign policy that does not take into consideration the peculiar position of Africa is unrealistic” (PINE, 2011).

Organisation of African Unity:

The all-Africa continental body, Organisation of African Unity, which was formed in 1963 with headquarters in Addis Ababa, Ethiopia, was an opportunity for the new Nigeria to begin to pursue

its Africa World-stated vision of international relations. It aligned with Ghana, Mali, Guinea-Conakry, Senegal, Uganda, Tanzania and Zambia to map out support for African peoples in southern Africa especially in South Africa, Zimbabwe, Namibia, Angola and Mozambique, as well as in Guinea-Bissau, Cape Verde and São Tomé and Príncipe in west Africa who were still ranged in their freedom movement to free themselves from the British or Portuguese conquests of their homelands. Nigeria would extend these support activities in the Non-Aligned Movement which it had become a member at its formation in Belgrade (then Yugoslavia) in 1961 and also at the United Nations especially in its several ad hoc “decolonisation committees” on the subject during the era on which Nigeria had served as a member. Nigeria also used its membership of the Commonwealth, an organisation that incorporates Britain and its former conquered states, to bring forth this contentious subject of non-liberated African countries in the south and west Africa.

The OAU was also an opportunity for Nigeria and other member states to begin to construct other avenues of collaboration in economics, educational and cultural affairs across Africa. Students’ exchange programmes across states and regions were developed in addition to cross-border economics relations that would evolve to such regional groupings as the East African Community, ECOWAS in west Africa, and, later on, SADEC in southern Africa. Nigeria and other states in west Africa were most vocal in the OAU in the 1960s in condemning the repeatedly defiant French nuclear tests in the Sahara, carried out in flagrant disregard of the lives and heritage of millions of Africans in the region and elsewhere on the continent. Additionally, the OAU was a platform for Nigeria and others to extend messages of solidarity to African Americans during their freedom movement uprising in the 1960s and to Africans in the Caribbean and South America in their own freedom movements and aspirations.

The OAU was replaced in May 2001 by the African Union and Nigeria has continued to exercise an active role in this new organisation as in its predecessor.

Economic Community of West Africa States (ECOWAS):

ECOWAS was formed in 1975. Nigeria and Togo played a central role in its formation. It comprises 15 members of the countries of west Africa except Cameroon. Its principal aim is regional economic integration, a goal that has not progressed significantly since its inception. The region is still chiefly an exporter of primary agricultural and mineralogical products, as was in the epoch of the multipower European occupation, and there are limited vistas of "economic integration" based on this unchanged, underlying socioeconomic profile. There has been an improvement though on cross-border travels by peoples in the zone. It has a common passport and citizens with their own national passport no longer require an entry-visa before travelling to a member country. The region is currently beset by a serious terrorist emergency occasioned by the Boko Haram terrorist group, the globe's deadliest terror organisation, which is based in Nigeria. Besides its murderous campaigns in Nigeria which has resulted in the death of over 20,000 people in the past seven years, Boko Haram has also been carrying out devastating raids into Niger, Chad and Cameroon. It is also linked strategically if not tactically to the terrorist group al-Qaeda in the Islamic Maghreb which has carried out several gruesome attacks in Mali to the west from its bases in south Algeria to the north.

Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic (ZPCSA):

The Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic was formally inaugurated at the United Nations on 27 October 1986 by resolution 41/11. It comprises 24 countries positioned west and

east of the South Atlantic Ocean – 21 countries in Africa, including Nigeria, South Africa, Namibia, Angola, Ghana and Guinea Bissau, and three in South America, namely Brazil, Argentina and Uruguay. Principally, the zone is aimed at maintaining peace and security across the region, ensuring complete denuclearisation, and with the aspiration of eliminating the military presence of any non-zone member states from there.

Nigeria and Brazil worked closely for the creation of ZPCSA. Nigeria had thought of the possibilities of such a zone a decade earlier. In 1976, the Nigeria Institute of International Affairs in Lagos, then the country's capital, had a seminar to consider the lessons and aftermath of the 1975 major international conflict over the restoration-of-independence in Angola which involved the military forces and intelligence services of disparate forces external to Angola which included South Africa, the United States, Cuba, Portugal and the Soviet Union. The Lagos seminar recommended that the Nigeria government should work:

towards the emergence of a South Atlantic zone to protect and promote the interests and aspirations of African and Latin American countries on both sides of the [Atlantic] ocean. This recommendation was clearly influenced by the events in Angola at the time, as well as concerns for apartheid South Africa's military and geo-political designs on and illegal occupation of Namibia and southern Angola, the extension of super-power military competition into the South Atlantic region, reflected in the establishment of military bases with their negative consequences for the states of the region, and the desire to straddle the centuries-old colonially inspired divide between the African and Latin American states bordering the South Atlantic ocean by instituting a new era of contact, cooperation and development. (NILOS, 1993, p. 57-58).

Nigeria then embarked on intensive discussions with Brazil. The outcome of these talks "saw the materialization of the zone in 1986" (NILOS, 1993, p. 58) with the historic UN resolution. In the

follow up, post-resolution major conference, the 24 member states met in Rio de Janeiro in July 1988 to work out a full agreement to formally establish the zone. The outcome was the defining document, A/43/512, signed by all the visiting heads of state or government, and which summarises the zone's mission as follows: "common objective of cooperation for peace and development in an environment free from tension and in conformity with international law, constructive relations based on dialogue, understanding mutual interest and respect for the sovereign equality of all [ZPCSA] States, to the benefit of the peoples of the region and the international community as a whole" (NILOS, 1993, p. 58).

The ZPCSA is indeed a "functioning vehicle for South-South cooperation" (NILOS, 1993, p. 57) and can only augur well to determined efforts elsewhere in the world towards constructing polycentric global fields of international relations – away from the very conflictual tri-/dual-, even uni-polarity, that has tended to characterise world affairs since the end of the Second World War in 1945.

e) Terrorism and security, human rights

In its "Global Terror Index 2015" (CLARKE, 2015), the Institute for Economics and Peace, a research institute based in New York, shows that the Boko Haram islamist terrorist organisation in Nigeria is the world deadliest terrorist group, surpassing the killing of the Islamic State in the Middle East. Boko Haram and the Fulani militia, its affiliate group that also operates in north Nigeria, are part of the worst five lethal terror organisations. The yearly increase of people murdered by Boko Haram in Nigeria is more than the total number of those killed by terrorism around the world. During 2013-2014, Boko Haram murdered 5,662 people in Nigeria making this figure the largest number of people killed by terrorists in any one country across the world at this period. The Washington-based Fund for Peace, which publishes an annual study of the world's fragile states'

index, has placed Nigeria's position as 13th out of 178 states in its latest research (FFP, 2016). Amnesty International recently published a damning report of the latest in the ever-continuing stretch of the Nigerian military's role in the Igbo genocide (NIGERIA..., 2016).

f) Prospects

Increasingly, the viability of the Nigeria state, so constituted in the wake of the British conquest and occupation, is not sustainable. Constituent nations and peoples are defining and redefining liberatory trajectories that are bound to transform the politics and economies of this strategic southwest central region of Africa most profoundly.

References

- ANANABA, W. **The Trade Union Movement in Nigeria**. Benin City: Ethiope Publishing Corporation, 1969.
- ANGOLA praised on Asian oil deals. **BBC News**, [on line], aug. 10, 2009. Available at: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/8193484.stm>>. Access on: aug. 12, 2009.
- CLARKE, M. Globally terrorism is on the rise – but little of it occurs in Western countries. **ABC News**, [on line], nov. 16, 2015. Available at: <<http://www.abc.net.au/news/2015-11-17/global-terrorism-index-increase/6947200>>. Access on: nov. 17, 2015.
- COLEMAN, J. **Nigeria**. Berkeley: University of California, 1958.
- DESCHAMBS, H. France in Black Africa and Madagascar between 1920 and 1945. In: GANN, L. H.; DUIGANAN, P. **Colonialism in Africa, 1870-1960**. Cambridge: Cambridge University, 1979. v. 2 (The History and Politics of Colonialism 1914-1960).
- EDUCATION in Nigeria. **World Education News & Review**, [on line], Mar. 07, 2017. Available at: <<http://wenr.wes.org/2013/07/an-overview-of-education-in-nigeria>>. Access on: mar. 09, 2017.
- EKUNDARE, O. R. **An Economic History of Nigeria: 1800-1960**. London: Methuen, 1973.

EKWE-EKWE, H. **Biafra Revisited**. Dakar: Dakar and Reading; African Renaissance, 2006.

_____. The bogey of African-French solidarity. **USAfricanonline**, [on line], Oct. 3, 2003. Available at: <http://www.usafricaonline.com/ekweekwe.africafrench.html>. Access on: oct. 8, 2016.

_____. Africans and the European Wars of the 20th Century. **African Peoples Review**, Reading, p. 18-20, 1995.

FFP – Fund for Peace. **Fragile States Index**, [on line], 2016. Available at: <http://fsi.fundforpeace.org/>. Access on: nov. 22, 2016.

MADUNAGU, E. **Nigeria: The Economy and the People – The Political Economy of state robbery and its popular negation**. London: New Beacons, 1983. NIGERIA: A Squandering of Riches. Created by Onyeka Onwenu, British Broadcasting Corporation and Pennsylvania State University. Produced by BBC Television. London: BBC Television, 1984. 1 videocassette (50 min.); sd., col.; 1/2 in.

NIGERIA: At least 150 peaceful pro-Biafran activists killed in chilling crackdown. **Amnesty International**, [on line], nov. 24, 2016. News. Available at: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/11/peaceful-pro-biafra-activists-killed-in-chilling-crackdown/>. Access on: nov. 24, 2016.

NILOS – Netherlands Institute for the Law of the Sea. **International Organisation and the Law of the Sea Year Book 1991**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers Group, 1993.

NJOKU, O. N. Contributions to War Efforts. In: FALOLA, T. (ed.). **Britain and Nigeria: Exploitation or Development?**. London: Zed Books, 1987. p. 164 – 185.

NNOLI, O. A Short History of Nigerian Underdevelopment. In: _____. (ed.). **Path to Nigerian Development**. Dakar: Codesria, 1981. p. 94 – 136.

_____. **Ethnic Politics in Nigeria**. Enugu: Fourth Dimension Publishers, 1980.

OGUNSAKIN, M. *et al.* Debt question tops Obasanjo-Blair talks. **The Guardian**, Lagos, nov. 8, 2005.

ONIMODE, B. **Imperialism and Underdevelopment in Nigeria: The Dialectics of Mass Poverty**. London: Zed Books, 1982.

PINE, A. Nigeria foreign policy, 1960-2011: Fifty One Years of Conceptual Confusion. **Modern Ghana**, [on line], oct. 4, 2011. Available at: <https://www.modernghana.com/news/354264/1/nigeria-foreign-policy-1960-2011-fifty-one-years-o.html>. Access on: oct. 10, 2011.

Nigeria

PORTER, A. N.; STOCKWELL, A. A. **British Imperial Policy and Decolonisation, 1938-51**. Basingstoke; London: Macmillan, 1987.

REPORT rates Nigeria, largest defence spender in W/Africa. **The Guardian**, Lagos, Nov. 1, 2001.

RODNEY, W. **How Europe Underdeveloped Africa**. Washington, DC: Howard University, 1982.

THIS GENERAL doesn't know when to stop talking. **The Punch**, Lagos, feb. 7, 2006.

UGBOLUE, H. Nigeria: Old Habits Die Hard. **All Africa**, [on line], Feb. 10, 2003. Available at: <<http://allafrica.com/stories/200302060795.html>>. Access on: mar. 18, 2003.

Serra Leoa

Maurício Vieira¹

Panorama geral

Serra Leoa possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) – 181ª posição de um total de 193 países – e está desenvolvendo uma agenda de reconstrução pós-conflito armado de mais de uma década (1991 – 2002), coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Sua atual forma de governo é a democracia constitucional e o país possui dois partidos principais: o *All People's Congress* (APC) e o *Sierra Leone People's Party* (SLPP)².

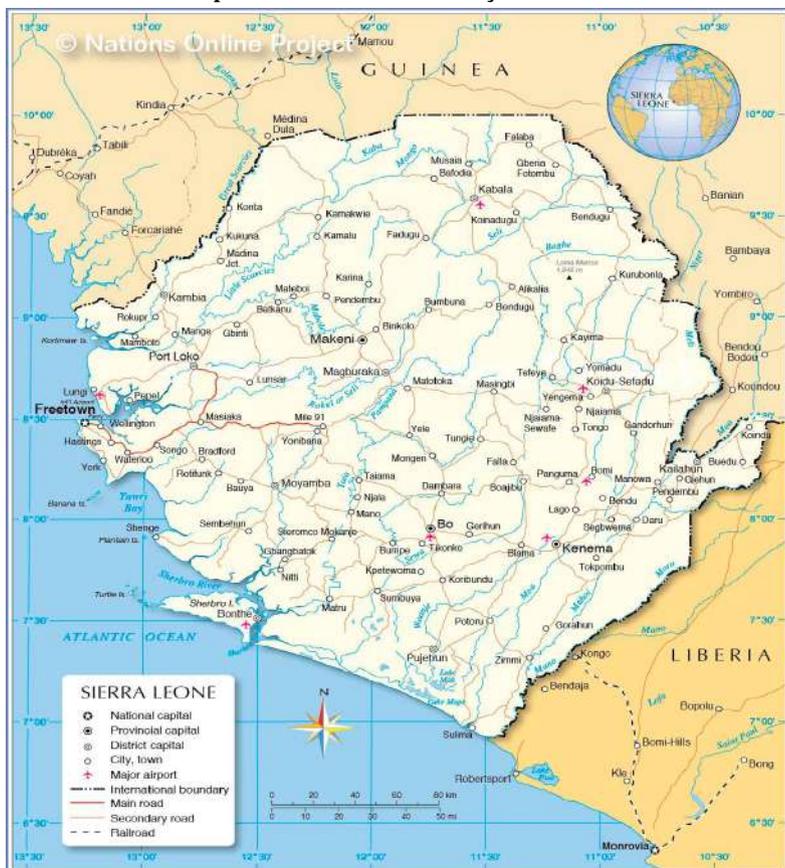
Localizado na África Ocidental, possui uma extensão territorial de 71.740 km², sendo que 120 km² representam os sistemas aquíferos e os 71.620 km² restantes correspondem ao espaço terrestre. Serra Leoa limita-se com a República da Guiné e com a Libéria. Sua área litorânea é banhada pelo Oceano Atlântico e corresponde a 402 km. O relevo é formado por uma faixa costeira de manguezais, colina arborizada, planalto de terras altas e montanhas ao leste. O clima é tropical: quente e úmido. A estação chuvosa acontece de maio a dezembro e o período de seca estende-se de dezembro a abril. De acordo com o censo de 2015, o país possui 5.879.098 milhões de habitantes, com uma densidade de 81,3 habitantes por quilômetro quadrado. Desse total, somente 39,9% da população residem nos 2,75% da área urbana do país. A maior concentração está na capital, Freetown, com 1.007.000 habitantes. Além de Freetown, as principais cidades são Bo, Kenema, Makeni e Koidu.

1 Maurício Vieira. Doutorando na Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, Portugal, pesquisador do Observatório das Nacionalidades.

2 Os partidos minoritários são: *Grand Alliance Party*, *Peace and Liberation Party*, *People's Democratic Party*, *People's Movement for Democratic Change*, *United National People's Party*, *Young People's Party*, *National Alliance Democratic Party* e o *Revolutionary United Front Party*.

O país é composto por pessoas de diferentes etnias: Temne (35%), Mende (31%), Limba (8%), Kono (5%), Krio (2%) – formado por descendentes de pessoas escravizadas da Jamaica que, após libertas, se estabeleceram em Freetown, no final do século XVIII – Mandingo (2%), Loko (2%) e outras. Dentro desse campo de outras etnias, incluem-se refugiados da guerra civil na Libéria e um pequeno número de europeus, libaneses, paquistaneses e indianos, representando 15% da população total. Mende, em referência à etnia serra-leonesa, é o principal vernáculo no sul, enquanto Temne, que também denomina uma etnia, é o principal vernáculo do norte. Já Krio é um tipo de crioulo falado pelos descendentes de jamaicanos. Trata-se de uma língua franca e a primeira língua para 10% da população, embora seja compreendida por 95% dos serra-leoneses. Por ser uma ex-colônia britânica, o inglês tornou-se idioma oficial do país, mas somente 48,1% da população é alfabetizada. No aspecto religioso, a população divide-se em muçulmanos (60%), cristãos (10%) e adeptos de crenças tradicionais (30%).

Mapa 1 – Serra Leoa: localização territorial

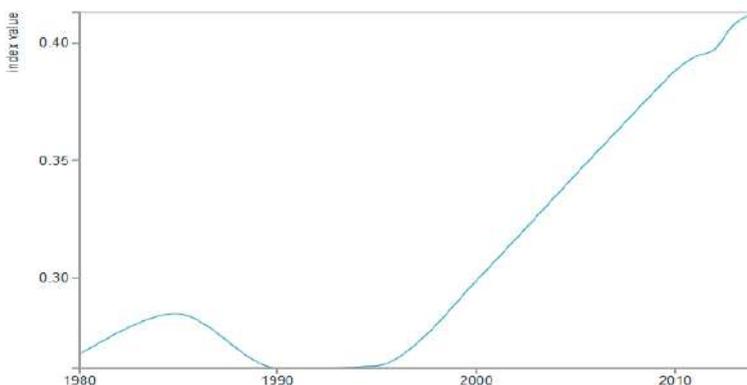


Fonte: Political... (2016).

Cerca de 70,2% da população total está abaixo da linha da pobreza e a expectativa de vida é de 48,2 anos, conforme dados coletados pelo PNUD, desde 1980. O gráfico abaixo indica que Serra Leoa tem tido avanço quanto ao IDH, mas ainda se encontra na linha marginal da expectativa mundial, justificando a sua classificação como um dos países mais pobres do mundo. Um aspecto relacionado ao gráfico pode ser exemplificado tanto pela taxa de natalidade quanto pela de mortalidade infantil: de acordo com a estimativa de 2015, a

média de mortalidade materna é de 1.300 mortes para cada 100 mil nascimentos; e a taxa de mortalidade infantil é de 71,68 mortes por 1 mil nascimentos.

Gráfico 1 - IDH em Serra Leoa de 1980 a 2015



Fonte: PNUD (2016).

Economia

Cerca de metade da população em idade ativa se engaja na agricultura de subsistência, na qual predomina o cultivo de arroz, café, cacau, sementes de palma, óleo de palma e amendoim. O país possui comércio de aves, bovinos, ovinos, suínos e peixes. Os recursos naturais são diamantes, minério de titânio, bauxita, minério de ferro, ouro e cromita, os quais fomentam a indústria. Além destas atividades, há produção em pequena escala de bebidas, têxteis, cigarros, calçados. Quanto ao petróleo, Serra Leoa atua somente no refino desta matéria-prima e na reparação naval³. Em porcentagem, a economia fica dividida nos seguintes setores: agricultura (61,6%), indústria (6,3%) e serviços (32,2%). O produto interno bruto (PIB) de Serra Leoa tem evidenciado uma alta desde 2012, passando de US\$

³ Os tipos de embarcações serra-leonesas incluem 4 de patrulha *offshore*, 5 barcos costeiros e vários equipamentos marinhos (SIERRA LEONE, 2016).

9,952 bilhões para US\$ 11,95 bilhões, em 2013, e US\$ 12,8 bilhões em 2014. A renda *per capita* também apresenta crescimento semelhante ao PIB, no mesmo período, passando de US\$ 1.600, em 2012, para US\$ 1.900, em 2013, e US\$ 2.100, em 2014. Já a taxa de crescimento real apresenta oscilações: 15,2%, em 2012; 20,1%, em 2013; e 7,1%, em 2014.

Embora possua recursos naturais para atender à demanda econômica, o país ainda se recupera de uma guerra civil que destruiu a maioria de suas instituições governamentais. Após o fim do conflito, em 2002, o crescimento econômico tem sido impulsionado pela mineração, particularmente, do minério de ferro. Além deste, outros produtos passaram a liderar a lista de exportação, como diamantes e rutilo, os quais tornam a economia local vulnerável às flutuações dos preços internacionais. Outro fator determinante na queda da economia interna foi o surto do vírus Ebola, em 2014. Setores como transporte, saúde e produção industrial foram prejudicados, pois a epidemia retrocedeu o investimento privado e o governo aumentou os gastos com saúde, restringindo investimentos em outros setores.

Defesa

A defesa aérea e marítima de Serra Leoa é feita pelo exército nacional, chamado *Republic of Sierra Leone Armed Forces* (RSLAF), composto por militares do sexo masculino (1.183.093) e do sexo feminino (838.032). O requisito para ingressar voluntariamente nas forças armadas é ter 18 anos, mas são aceitos menores de idade com autorização dos pais. Neste caso específico, a presença de menores de idade pode ser vista como uma formalização da existência de “crianças-soldados”, muito comum no período de conflito armado no país. As mulheres são elegíveis para servir a carreira militar e todos os candidatos devem ser negativos para o vírus HIV. Os dados obtidos pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI)

atestam quanto do orçamento do governo de Serra Leoa é destinado às forças armadas. O quadro abaixo traz os valores em milhões de dólares por ano.

Tabela 1 – Despesa militar em Serra Leoa em milhões de US\$

1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
8,3	12,9	14,6	25,1	32,0	34,4	32,5	31,3	23,0	10,9*
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
N/D	N/D	31,7	37,7	37,5	40,9	33,2	32,5	36,2**	33,9**
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	* Dado impreciso.		
24,0**	27,9**	26,6**	25,5**	24,4	24,2	39,0	** Estimativa do SIPRI. ND: Não disponível.		

Fonte: SIPRI (2016).

Serra Leoa se opõe à contínua ocupação de Yenga, uma pequena aldeia no rio Makona que faz fronteira com a Guiné, pelas tropas guineenses. As forças de Guiné vieram a Yenga em meados da década de 1990, para ajudar as forças armadas de Serra Leoa a reprimir os rebeldes e a garantir a sua fronteira comum, mas aí permaneceram mesmo após os dois países assinarem um acordo, em 2005, reconhecendo que Yenga pertencia a Serra Leoa. Em 2012, os dois lados firmaram uma declaração para desmilitarizar a região.

Colonização, independência e conflito armado

A formação territorial e social de Serra Leoa não difere muito da dos países igualmente explorados para obtenção de mão de obra escrava e/ou de riquezas naturais. No século XV, o território serra-leonês foi ocupado por diferentes etnias e teve início o período de navegação portuguesa (FYLE, 2006; DONELHA, 1977). A partir de 1684, os ingleses⁴ passaram a explorar a mão de obra e os recursos naturais da região. A ocupação britânica tornou-se mais constante,

⁴ A chegada dos ingleses é marcada pelo comerciante Thomas Corker, que desembarcou no território de Sherbro, para trabalhar na *Royal African Company* (FYLE, 2006).

desde 1772, com o fim do tráfico negreiro e da escravidão na Inglaterra. De modo a evitar problemas sociais que se alastravam nesse país, os negros libertos na Inglaterra eram enviados a Serra Leoa, transformando esse território em um “depósito” de pessoas das mais variadas etnias. Os primeiros negros libertos da Inglaterra desembarcaram em Serra Leoa, em 1787, seguidos pelos da Nova Escócia, do Canadá e da Jamaica. A chegada desses libertos em Serra Leoa foi um dos principais fatores para a diversidade de etnias encontrada na cidade hoje denominada de Freetown.

Fundada em 1791, esta cidade era gerenciada pela *Sierra Leone Company*, da qual participavam banqueiros e empresários britânicos interessados em torná-la uma empresa rentável. Em 1808, o governo britânico assumiu o controle da colônia e a Marinha Real levou para Freetown, entre 1808 a 1816, mais de 6 mil escravos capturados em navios (FYLE, 2006). O comércio humano teve um crítico impacto na demografia da região, na escassez de trabalho na agricultura e na estrutura e composição das instituições políticas locais (DENOV, 2010). Somente em 1928, o governo inglês pôs fim à escravatura em Serra Leoa.

A Inglaterra oficializou o território serra-leonês como seu protetorado, em 1896, demarcando fronteiras com Guiné Conakry e Libéria. Os anos de 1898 e 1938 foram marcados por movimentos de resistência ao protetorado britânico, com mobilizações no norte e no sul. Após o fim da II Guerra Mundial (1930-1945), o governo britânico estabeleceu emendas na Constituição com o objetivo de transferir a administração do protetorado de Serra Leoa à elite urbana nacional. No entanto, os partidos que surgiram a partir da nova Constituição não tinham coesão de interesses e ideologias, acentuando as divergências políticas e sociais (TRC, 2004).

Em 1946, sob a liderança de Milton Margai, foi criado o *Sierra Leone People's Party* (SLPP), que ganhou as eleições realizadas em 1951, para o Conselho Legislativo. O governo do SLPP, liderado pela

etnia Mende, aguçou a polarização étnica e religiosa em Serra Leoa. As primeiras eleições foram marcadas por manifestações do grupo étnico Krios, contrário a Serra Leoa continuar sendo um protetorado. Mesmo após a eleição do SLPP para o Conselho Legislativo, rebeliões contra o governo nacional ocorreram no norte do país. Essas rebeliões perdiam força diante do poder militar britânico e, apesar da aparente derrota, seus líderes iniciavam outros movimentos de independência, como o *Sierra Leone Progressive Independence Movement* (SLPIM), o que coincidiu com a introdução do voto universal e a eleição, em 1957, de Milton Margai do SLPP para primeiro-ministro (FYLE, 2006). Após essa eleição, uma facção do SLPP se desligou e organizou um novo grupo político, o *People's National Party* (PNP), liderado por Albert Margai e Siaka Stevens. Milton Margai se aliou a essa facção, formando a *United Front* (UF) (FYLE, 2006). Stevens se recusou a assinar o acordo para a independência de Serra Leoa, conforme estabelecia a conferência realizada em Londres, no ano de 1960, e fundou o *Elections Before Independence Movement* (EBIM), posteriormente convertido no partido político *All People's Congress* (APC) (Fyle, 2006).

Serra Leoa conquistou a independência em 27 de abril de 1961 e, em 1962, mais uma vez, Milton Margai (SLPP) foi eleito primeiro-ministro, sendo substituído pelo irmão, Albert Margai (PNP), em 1964. Quando da realização de novas eleições, em 1967, o partido de oposição APC venceu o pleito com a nomeação de Stevens, que não chegou a assumir, pois o governo foi tomado pelo brigadeiro John Lansana. Esse brigadeiro foi derrubado dias depois por oficiais que convidaram Andrew Juxon-Smith, um alto funcionário em licença, para dirigir o governo provisório do *National Reformation Council* (NRC). O golpe também não durou e, em 1968, Stevens assumiu o governo. Em 19 de abril de 1971, 10 anos após a independência, Serra Leoa se tornou uma república e Stevens seu primeiro presidente, tendo governado até 1985, em meio a manifestações de estudantes e falência de empresas. Este período foi marcado por sucessivos golpes de estado, agravando a instabilidade política no país (FYLE, 2006).

A guerra civil, liderada pelo *Revolutionary United Front* (RUF), movimento iniciado a partir de protestos estudantis contra a política nacional nas décadas de 1970-1980, em aliança com o *National Patriotic Front of Liberia* (NPFL), eclodiu em 23 de março de 1991, no governo do general Momoh (1985-1992). A proposta inicial da RUF era protestar por melhores condições sociais e se opor à corrupção em Serra Leoa, após a permanência de um mesmo partido no governo por 24 anos. Como destaca o manifesto *Footpaths to Democracy: Toward a New Sierra Leone* (RUF/SL, 1995), escrito pelo seu dirigente, Foday Sankoh, o conflito serviria para promover liberdade, igualdade e justiça social. Sankoh concordou em apoiar o movimento da NPFL em troca de uma base na Libéria. Liderados pelo liberiano Charles Taylor, os revolucionários da NPFL atuavam em conjunto com os rebeldes de Sankoh na invasão à Serra Leoa (Abdullah, 1998). O país havia cedido parte do seu território para as forças da *Economic Community of West African States Cease-fire Monitoring Group* (ECOMOG), que estavam bombardeando áreas da NPFL na Libéria (FYLE, 2006). Taylor forneceu saídas para as exportações de diamantes em troca de armas e treinamento militar (DENOV, 2010), o que sugere que o comércio de diamantes foi um agravante no conflito armado.

Além da guerra civil, aumentou a instabilidade política serra-leonesa um golpe de estado, sob o comando de Solomon Musa, em abril de 1992. Foi proclamada a *National Provisional Ruling Council* (NPRC) como gestora nacional, liderada pelo capitão Strasser. Na tentativa de pôr fim ao conflito armado, Strasser declarou um cessar-fogo unilateral de um mês e ordenou que a RUF entregasse as armas. Rejeitando essa possibilidade, a RUF elaborou novas estratégias, continuou a luta e, no final de 1994, tinha estabelecido seis campos permanentes (KEEN, 2005). Em fevereiro de 1995, Strasser assinou um contrato com a base britânica *Gurkha Security Guards*, para treinar as forças armadas do país, em troca de concessões de diamantes (GBERIE, 2005), pedindo reforço militar à base sul-africana *Executive Outcomes*

(EO) (KEEN, 2005; UKEJE, 2003) e utilizando forças militares privadas de Angola e Namíbia.

Em 1996, um novo golpe de estado colocou no poder Julius Maada Bio. Sua permanência foi extremamente curta e ocorreram eleições presidenciais, sendo vencedor Ahmed Tejan Kabbah (SLPP), cujo governo foi marcado por tentativas de conciliação⁵ e pela prisão de Sankoh, em março de 1997, no aeroporto de Lagos, na Nigéria (FYLE, 2006).

Diante das constantes mudanças de regime e dos golpes militares ocorridos no período pós-independência, Serra Leoa continuou a reproduzir o processo de colonização com suas dinâmicas de exclusão social e sua estrutura política caracterizada pela centralização de poderes e recursos em Freetown, aprofundando a desigualdade entre a capital e o restante do país (JACKSON; ALBRECHT, 2011). O quadro abaixo ilustra a alternância de partidos políticos e chefes de Estado no governo de Serra Leoa, entre 1961 e 1992 (TRC, 2004).

Tabela 2 - Chefes de Estado em Serra Leoa

Período	Chefe de Estado	Partido Político
1961 – 1964	Milton Margai	SLPP
1964 – 1967	Albert Michael Margai	PNP
1967 – 1968	Brigadeiro John Lansana / Andrew Terrence Juxon-Smith	NRC
1968 – 1985	Siaka Probyn Stevens	APC
1985 – 1992	Joseph Saidu Momoh	APC

Fonte: Elaborada pelo autor.

A presença internacional

O conflito armado de Serra Leoa coincidiu com o mandato de Boutros Boutros-Ghali como Secretário-Geral da ONU, em 1991. À época, Ghali solicitou ao Conselho de Segurança da ONU uma atitude para pôr fim às hostilidades entre o governo serra-leonês e as forças

⁵ Destaca-se, neste período, a assinatura dos acordos de paz Abidjan, Conakry e Lomé, que serão analisados mais detalhadamente nos próximos tópicos desta dissertação.

rebeldes. Uma carta direcionada ao conselho, em 1995, anunciava que, caso a ONU não autorizasse uma intervenção em tempo hábil, seria mais frágil estabelecer um processo de paz não só em Serra Leoa, mas na região (UN, 1995). Ainda assim, o país permaneceu sem uma intervenção da organização por 7 anos e esse *gap* existente entre o início do conflito armado e o início de uma missão de paz influenciou em relação aos danos estruturais no país. Reconhecendo este cenário, o Conselho de Segurança da ONU autorizou uma missão de paz em Serra Leoa – a *United Nations Observer Mission in Sierra Leone* (UNOMSIL) – em 13 de julho de 1998 (UN, 1998a)

Logo após a autorização da UNOMSIL, Serra Leoa registrou aumento nos ataques das forças rebeldes, além de diversas atrocidades, como destruição de vilas, torturas, mutilações e execuções de civis, sendo os ataques intensificados ao norte do país (UN, 1998b). Essa primeira missão de paz da ONU em Serra Leoa permaneceu atuante, até 22 de outubro de 1999. Durante o período de sua atuação, a UNOMSIL contou com o apoio de 210 militares observadores e 35 médicos, tendo um aporte financeiro de US\$ 53,6 milhões (UN, 2001a). Seus objetivos destacavam apenas o monitoramento das situações militar e securitária; o desarmamento e a desmobilização dos combatentes; a garantia ao Direito Humanitário Internacional; e o desarmamento voluntário dos integrantes da *Civil Defense Force* (CDF) (UN, 1998b).

Enquanto a ONU via a ECOMOG como missão capaz de atuar no fim das hostilidades, dificilmente a instituição promoveria uma intervenção direta na região. Primeiro, porque as forças da ECOMOG estavam responsáveis por proteger os funcionários da ONU e os funcionários das agências humanitárias (UN, 1998b). Segundo, porque incentivos externos fortaleciam a atuação da ECOMOG, como o aporte financeiro de 1 milhão de libras doados pelo Reino Unido ao Governo de Serra Leoa e às forças da ECOMOG (UN, 1999a) e também a ajuda dos governos de Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-Conakry, Mali e Níger, com o envio de tropas para atuar em conjunto com a ECOMOG.

Na tentativa de conter as hostilidades, os presidentes Kabbah (Serra Leoa) e Taylor (Libéria) fortaleceram relações bilaterais (UN, 1998b), estabelecendo o ressurgimento da *Mano River Union* (MRU)⁶. Os três chefes de Estado – de Serra Leoa, Libéria e Guiné-Conakry – se comprometeram a assegurar a observância de um acordo de cooperação e não-agressão entre seus Estados. Contudo, as negociações para a construção da paz em Serra Leoa só aconteceriam caso as hostilidades cessassem, conforme proposto pelo presidente do Togo, Gnassingbé Eyadema, em 7 de Janeiro de 1999, numa recomendação direcionada a Kabbah (UN, 1999a). Conforme esta recomendação, as forças da ECOWAS e ECOMOG atuariam em conjunto, porque o governo de Serra Leoa estava impossibilitado de prover avanços quanto ao fim das hostilidades, aumentando a dependência do país, no tocante a intervenções externas.

Por mais que a ONU não definisse uma estratégia de atuação direta em Serra Leoa, os processos políticos entre os países que integravam a MRU acabavam por influenciar a atuação da instituição. Além disso, mesmo a passos lentos, a missão da ONU mudava seu escopo por se mostrar ineficiente e distante dos princípios de promoção da paz e da segurança mundiais. O futuro da UNOMSIL – quanto ao escopo da missão, mandato e configuração – dependia de dois fatores: da assinatura de qualquer acordo de paz entre o governo serra-leonês e RUF e do fortalecimento das atividades realizadas pela ECOMOG (UN, 1999b). Assim, o Acordo de Paz Lomé foi assinado, em 18 de Maio de 1999 (UN, 1999b), e considerado um marco no processo de paz. No entanto, a ONU recomendou ao seu Conselho de Segurança o envio da *United Nations Force* que, em atuação conjunta com os militares observadores da UNOMSIL, integraria a nova fase da intervenção em Serra Leoa.

⁶ A *Mano River Union* (MRU) foi criada em 1973, a partir de um acordo de cooperação econômica entre Libéria e Serra Leoa. Em 1980, a República da Guiné foi admitida como membro, seguida da Costa do Marfim, em 2008. O acordo estabelecia uma base econômica com perspectiva de promoção da paz, da amizade, da liberdade e do progresso entre esses países signatários (WORLD BANK, 2012).

Era visível que os objetivos propostos pela UNOMSIL precisavam ser reformulados e ampliados para pôr fim a essas hostilidades. As fragilidades no setor securitário, humanitário, político e econômico, assim como as deficiências do governo de Serra Leoa, das forças da ECOMOG e da CDF em lidar com o fim do conflito armado, acarretaram o surgimento de uma nova fase de intervenção da ONU no país – a *United Nations Mission in Sierra Leone*, UNAMSIL (UN, 1999c). Autorizada pelo Conselho de Segurança, em 22 de outubro de 1999, a UNAMSIL permaneceu em Serra Leoa até 31 de dezembro de 2005, totalizando seis anos de intervenção. De maneira diferente da primeira missão, a UNAMSIL contou com número superior de militares, como também assumiu a segurança dos funcionários, sem excluir as responsabilidades do governo de Serra Leoa e da ECOMOG em atuarem em conjunto neste setor (UN, 1999d).

Nesta fase, a UNAMSIL atingiu alguns objetivos, como o desarmamento de ex-combatentes, a assistência nas eleições presidenciais, a ajuda na reconstrução da força policial e a contribuição para o funcionamento da infraestrutura governamental e dos serviços básicos para a comunidade (UN, 2001b). No entanto, o seu funcionamento se mostrou vulnerável às hostilidades quando centenas de *peacekeepers* foram sequestrados, em maio de 2000 (UN, 2000c) e, posteriormente, quando o processo de paz sofreu influência da eclosão do conflito armado na Libéria (UN, 2000d). Este fato foi fundamental para que o Conselho de Segurança autorizasse a mudança de escopo da missão, com um caráter de *peace enforcement*, e pela adoção do Relatório Brahimi pela ONU quanto ao fortalecimento das missões de paz (UN, 2000c; 2000d).

Nesse momento, a UNAMSIL passou a se responsabilizar pela segurança no país, por reconhecer a fragilidade do seu processo de paz (UN, 2000a). A primeira medida foi assumir a responsabilidade da ECOMOG, aumentando o campo de atuação da UNAMSIL. Esta expansão incluía o envio de forças armadas compostas por 11.100

militares (UN, 2000a; 2000b). Apesar da Resolução 1289 ter aumentado o número de militares da ONU, as hostilidades prejudicaram os trabalhos dos *peacekeepers*, que sofreram diversos ataques, como a detenção de funcionários da ONU e a destruição do campo disponibilizado para o programa de desarmamento e desmobilização de ex-combatentes (UN, 2000c). Diante das circunstâncias, a ONU assumiu o controle no país e, assim, minimizou o conflito e as divergências existentes tanto entre o governo nacional e os rebeldes da RUF quanto entre os rebeldes da RUF e os *peacekeepers*.

O envio das tropas da UNAMSIL foi realizado em quatro fases (UN, 2000d). A primeira fase consistiu na sua presença em locais estratégicos a oeste e a leste de Serra Leoa, incluindo uma unidade de monitoramento pelo mar, com ponto de apoio em Freetown (UN, 2000d). Na segunda, avançou gradualmente para leste, dependendo de uma análise cuidadosa da situação no território e do processo de inclusão dos ex-combatentes na sociedade (UN, 2000d). A terceira fase correspondeu ao envio de tropas para as áreas de produção de diamantes e áreas fronteiriças na *Eastern Province* de Serra Leoa. (UN, 2001c). A última fase foi marcada pela transição da responsabilidade sobre segurança para o governo de Serra Leoa, de modo a diminuir a atuação da UNAMSIL no país.

Enquanto a diminuição da tropa não era realizada, as ações da missão estavam empenhadas em fortalecer o poder militar. O fortalecimento ocorreria por meio da aquisição de materiais para monitorar a região, mas também por meio de outros atores externos, como o governo do Reino Unido, ao anunciar um pacote de assistência militar tanto para o governo de Serra Leoa quanto para a UNAMSIL, que incluía o treinamento das Forças Armadas de Serra Leoa para atuar em conjunto com a missão de paz da ONU (UN, 2000d).

Nesse sentido, a Resolução 1562 (UN, 2004), que autorizou a permanência da UNAMSIL até o fim de 2005, previa uma nova fase de intervenção da ONU nos anos seguintes. A justificativa usada para a continuidade da missão foi mostrar à população que as Na-

ções Unidas não estariam abandonando Serra Leoa, mas ajustando a estratégia diante dos novos desafios (UN, 2005b). Para continuar com o trabalho de fortalecimento das estruturas do Estado e suprir a demanda desses novos desafios na promoção da paz, foi necessário estabelecer uma sequência de ações, como apoio às forças armadas e à polícia civil no patrulhamento das áreas de produção de diamante, apoio à polícia civil na manutenção da ordem interna e da Corte Especial para Serra Leoa, assistência à Serra Leoa no programa de recrutamento, treinamento e monitoramento para a polícia e proteção dos funcionários da ONU (UN, 2004), culminando com o início de um novo processo de paz e reconstrução.

Mesmo que o conflito armado tenha chegado ao fim em 2002, porque a UNAMSIL teve apoio direto do exército britânico, essa missão concluiu o mandato somente em 2005. Nesse mesmo ano, a ONU criou, por meio da resolução 60/180 da Assembleia Geral e da resolução 1645 do Conselho de Segurança (UN, 2005a; 2005b), a *Peacebuilding Commission*⁷. A consequência foi a inclusão de Serra Leoa como o primeiro país africano a estabelecer uma agenda de reconstrução pós-conflito, em junho de 2006, nas seguintes áreas: emprego e empoderamento da juventude; justiça e reforma da segurança; boa governação; desenvolvimento do setor de energia; e capacitação. A agenda de reconstrução é de responsabilidade da Missão Permanente do Canadá para a ONU em Nova York, a qual atua como intermediária entre os atores envolvidos na reconstrução do país.

Nesse contexto, Serra Leoa possui, atualmente, duas representações da ONU em seu território. A *United Nations in Sierra Leone*, resultado das anteriores missões de paz, congrega 22 agências da ONU, fundos e programas no âmbito da *United Nations Country Team* (UNCT). A UNCT apoia Serra Leoa na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na agenda nacional de desen-

⁷ Além de Serra Leoa, mais 5 países africanos também estão incluídos na Agenda da Comissão de Construção da Paz da ONU – a *Peacebuilding Commission*: Guiné-Bissau, República da Guiné, Libéria, Burundi e República Centro Africana.

a boa governação e os direitos humanos; iv) fornecer apoio político e conselhos para a presença da ONU na África Ocidental; e v) facilitar a implementação da Corte Internacional de Justiça de 10 de Outubro de 2002 sobre a disputa de terras e fronteira marítima entre Camarões e Nigéria. A partir dos objetivos mencionados, a UNOWA desenvolve atividades de apoio à MRU, referentes à segurança marítima no Golfo da Guiné, ao combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado e à prevenção de conflitos.

A UNOWA identifica a pirataria no Golfo da Guiné como motivo de grande preocupação para os países da África Ocidental e Central, afetando principalmente Nigéria, Togo e Costa do Marfim. “Isso destaca a necessidade de uma estratégia marítima regional cooperativa que UNOWA tem vindo a apoiar, através de sua influência política e também por contribuições de especialistas” (MARITIME..., 2016). Percebe-se, pelo mapa abaixo, que os seguintes países africanos passaram a integrar o Golfo da Guiné e que não estão incluídos na UNOWA: Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo e República Democrática do Congo.

Mapa 3 – Golfo da Guiné



Fonte: Navio... (2014).

Os esforços para a construção e consolidação de uma estratégia marítima regional têm o apoio da ONU e incidem sobre três perspectivas de integração regional: a atuação da UNOWA, a delimitação do Golfo da Guiné e a atuação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Além das ações que objetivam consolidar a segurança territorial e marítima a partir de uma perspectiva regional, Serra Leoa também conta com a presença de outros países em seu território, os quais desenvolvem ações de assistência humanitária, ainda como consequência de uma política de reparação de danos causados pela guerra e pelo vírus Ebola.

a) Reino Unido

O Reino Unido continua a ser um dos atores internacionais mais importantes em Serra Leoa. Responsável pela formação territorial e social do país, ele estabelece políticas de desenvolvimento econômico e social, em parceria com o governo de Serra Leoa, o que pode ser considerado como a perpetuação do processo de colonização pós-independência. Os projetos britânicos são realizados pelo *Foreign & Commonwealth Office*, representado no país pelo *British High Commission Freetown*. Além deste órgão, a presença do Reino Unido também acontece por intermédio do *Department for International Development (DFID)*, o qual atua na definição da política de ajuda dos doadores e estratégias para a transição em Serra Leoa, no sentido de um desenvolvimento social e crescimento econômico.

b) Estados Unidos

Os Estados Unidos assistem Serra Leoa por meio da *United State Assistance in Sierra Leone (USAID)*, desde 1961, quando influenciou seu processo de independência (SIERRA LEONE..., 2016). Durante o conflito armado, os EUA promoveram a assistência humanitária. Em 2000, o país reformulou sua intervenção com o objetivo de reduzir a ameaça de desestabilização regional, com a

política de apoio ao comércio legítimo e transparente de diamantes, e passou a atuar diretamente em comunidades locais, por meio da ajuda à melhoria da renda de famílias rurais e gestão participativa dos recursos florestais. Não obstante, a atuação da USAID configura a extensão transfronteiriça norte-americana de uma política de dominação hegemônica, a qual evidencia uma dinâmica internacional de interação entre países desenvolvidos e frágeis, simbolizando a contínua colonização na África.

Relacionamento com o Brasil e a ZOPACAS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 1974, quando a Embaixada do Brasil em Acra (Gana) e a Embaixada de Serra Leoa em Washington (Estados Unidos) tornaram-se responsáveis por acompanhar os temas do relacionamento bilateral. A Embaixada do Brasil em Freetown foi inaugurada em 2012. O diálogo entre Brasil e Serra Leoa tem sido impulsionado por visitas ministeriais, a exemplo da visita da Chanceler Zainab Bangura ao Brasil, em 2008, e do Presidente Ernest Bai Koroma, em 2009. Durante a visita do presidente Koroma ao Brasil, decidiu-se criar uma Comissão Mista entre Brasil e Serra Leoa, que serviria como fórum para tratar dos temas de relações e cooperação bilaterais. Em 2008, foi assinado um acordo bilateral de cooperação técnica com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a qual realizou, em 2010, atividades de capacitação de especialistas serra-leoneses em prevenção à AIDS e em auxílio a gestantes.

No âmbito securitário, o período de instabilidade em Serra Leoa coincidiu com três importantes momentos, a partir da criação da ZOPACAS, em 1986: i) as reuniões ministeriais no Brasil (Rio de Janeiro, 1988) e na Nigéria (Abuja, 1990), que antecederam o colapso político e o início do conflito armado em Serra Leoa; ii) as reuniões ministeriais no Brasil (Brasília, 1994), na África do Sul (Somerset West,

1996) e na Argentina (Buenos Aires, 1998), ocorridas em paralelo ao conflito armado; e iii) após o fim conflito armado, as reuniões em Angola (Luanda, 2007) e Uruguai (Montevideo, 2013). No entanto, não há registros sobre o impacto da ZOPACAS no conflito armado em Serra Leoa, embora alguns países que integrem a entidade tenham atuado diretamente na sua resolução.

Desta forma, faz-se necessário refletir sobre o papel da ZOPACAS, enquanto ator na promoção da estabilidade interna de Serra Leoa, e sobre o impacto da presença internacional em Serra Leoa quanto à política que a entidade pretende desenvolver nos próximos anos no contexto da defesa do Atlântico Sul. O diagnóstico de Serra Leoa, pela posição geográfica que o país ocupa e sua situação política, parece fundamental para compreender uma parte importante da dinâmica regional da África Ocidental, face à atuação da ZOPACAS.

REFERÊNCIAS

ABDULLAH, I. Bush path to destruction: the origin and character of the Revolutionary United Front/Sierra Leone. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 203-235, 1998. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22194059/2110900894/name/Dr.Abdallah.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

DENOV, M. **Child Soldiers: Sierra Leone's Revolutionary United Front**. New York: Cambridge University Press, 2010.

DONELHA, A. Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde. In: MOTA, A. T. da; HAIR, P. E. H. (eds). **Junta de Investigações Científicas do Ultramar**. Lisboa: [s.n.], 1977. p. 108-114.

FYLE, C. M. **Historical Dictionary of Sierra Leone**. Maryland: Scarecrow Press, 2006.

GBERIE, L. **A Dirty War in West Africa: The RUF and the destruction of Sierra Leone**. Indiana: Indiana University Press, 2005.

JACKSON, P.; ALBRECHT, P. **Reconstructing Security after Conflict: Security Sector Reform in Sierra Leone**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

KEEN, D. **Conflict and Collusion in Sierra Leone**. New York: Palgrave, 2005.
MARITIME Security in the Gulf of Guinea. **United Nations Office for West Africa – UNOWA**, [on line], 2016. Disponível em: <<https://unowa.unmissions.org/maritime-security-gulf-guinea>>. Acesso em: 30 out. 2016.

NAVIO que desapareceu no mar angolano pode ter ido para o Delta do Níger. **Deutsche Welle**, [on line], 2014. Notícias. Angola. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/navio-que-desapareceu-no-mar-angolano-pode-ter-ido-para-o-delta-do-n%C3%ADger/a-17385408>>. Acesso em: 30 out. 2016.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Sierra Leone: Human Development Indicators**, [on line], 2016. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/SLE>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

POLITICAL Map of Sierra Leone. **Nations Online**, [on line], 2016. Disponível em: <http://www.nationsonline.org/oneworld/map/sierra_leone_map2.htm>. Acesso em: 30 nov. 2016.

RUF/SL – Revolutionary United Front/ Sierra Leone. Footpaths to Democracy: Toward a New Sierra Leone. **The Sierra Leone Web**, [on line], 1995. Disponível em: <<http://www.sierra-leone.org/AFRC-RUF/footpaths.html>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

SIERRA LEONE. Ministry of Defence. **The Republic of Sierra Leone Armed Forces – Navy (Maritime Wing)**, [on line], 2016. Disponível em: <www.mod.gov.sl/rslaf-navymaritime.html>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SIERRA LEONE: History. **United States Assistance in Sierra Leone – USAID**, [on line], 2016. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/sierra-leone/history>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Military Expenditure Database**, [on line], 2016. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 30 out. 2016.

TRC – Truth and Reconciliation Commission. **The Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Sierra Leone**. Ghana: GPL Press, 2004. v. 2. Disponível em: <<http://www.sierra-leone.org/Other-Conflict/TRCVolume2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

UKEJE, C. Sierra Leone: The long descent into civil war. In: SESAY, A. (ed.). **Civil Wars, Child Soldiers, and Post-Conflict Peace Building in West Africa**. Lagos: African Strategic and Peace Research Group, 2003. p. 113 – 133.

UN – United Nations. Doc S/1995/120, de 1 de fevereiro de 1995. **Letter from the secretary-general addressed to the president of the Security Council**, [on line], 1995. Disponível em: <www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unomsil/9503697E.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/1998/486. **Fifth report of the Secretary-General on the situation in Sierra Leone**, [on line], 1998a. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/157/51/IMG/N9815751.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/1998/750. **First progress report on UNOMSIL**, [on line], 1998b. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/233/37/IMG/N9823337.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/1999/20. **Fourth progress report on UNOMSIL**, [on line], 1999a. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/002/20/IMG/N9900220.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/1999/836. **Seventh progress report on UNOMSIL**, [on line], 1999b. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/SL%20S1999836.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/PRST/1999/1, [on line], 1999c. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/004/16/PDF/N9900416.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/1999/1223. **First report of the Secretary-General on UNAMSIL**, [on line], 1999d. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/1223>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/2000/13, [on line], 2000a. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/235/52/PDF/N0023552.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/2000/455. **Fourth report of the Secretary-General on UNAMSIL**, [on line], 2000b. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/407/22/IMG/N0040722.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/2000/1055. **Seventh report of the Secretary-General on UNAMSIL**, [on line], 2000c. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/717/71/IMG/N0071771.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/2000/455. **Fourth report of the Secretary-General on UNAMSIL**, [on line], 2000d. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/407/22/IMG/N0040722.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/2001/228. **Ninth report of the Secretary-General on UNAMSIL**, [on line], 2001a. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/284/81/IMG/N0128481.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/RES/1346, [on line], 2001b. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/312/19/PDF/N0131219.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/2001/627. **Tenth report of the Secretary-General on UNAMSIL**, [on line], 2001c. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/423/17/IMG/N0142317.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/2004/228. **Twenty-first report of the Secretary-General on UNAMSIL**, [on line], 2004. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/270/25/PDF/N0427025.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc A/RES/60/180, de 20 de dezembro de 2005. **Resolution adopted by the General Assembly**, [on line], 2005. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/60/180>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Doc S/RES/1645, de 20 de dezembro de 2005. **Resolution 1645 Adopted by the Security Council at its 5335th meeting**, [on line], 2005. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1645%20\(2005\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1645%20(2005))>. Acesso em: 23 ago. 2011.

WORLD BANK. **The Mano River Declaration**, [on line], 2012. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/GPTAD/PDF/archive/MRU.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

PARTE III

REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS
GEOPOLÍTICAS E DISPUTAS DE
PODER NO ATLÂNTICO SUL

REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS GEOPOLÍTICAS E DISPUTAS DE PODER NO ATLÂNTICO SUL¹

Os que refletem sobre o espaço designado como Atlântico Sul logo se deparam com dificuldades para a sua delimitação geopolítica: onde começa e termina tal espaço? O que a região tem a oferecer ao mercado mundial? Em que condições ocorrem as disputas por suas riquezas? A partir dos diagnósticos desta coletânea, apresentados por diversos pesquisadores, com seus variados enfoques, foi possível inferir determinados traços comuns sobre temas ligados à defesa do Atlântico Sul e que vão ser expostos a seguir:

1. Em período anterior ao início da invasão europeia, a América era habitada por diferentes povos indígenas, em variadas formas civilizacionais, que passaram a ser vítimas de contínuas ações de violência, como: extermínios, escravidão, catequese compulsória e imposição de trabalhos forçados a serviço dos colonizadores. Grandes civilizações, como os maias, os incas e os astecas, desapareceram.

Na África, antes da Conferência de Berlim (1894-1895), conviviam inúmeros grupos étnicos e nações, alguns com sofisticadas estruturas de organização, que incluíam ações de defesa e emprego de diplomacia em suas relações. É o caso, por exemplo, da República dos Igbo, das metrópoles monárquicas dos Yoruba, do Reino de Bini e dos emirados Hausa-Fulani.

2. De imediato, destaca-se a evidência de que os países sul-atlânticos, no formato que hoje apresentam, configuram uma mera criação colonial, imposta a ferro e fogo. A ocupação dos continentes americano e africano decorreu dos interesses imperialistas das monarquias

¹ Texto elaborado por Mônica Dias Martins, coordenadora do projeto, e revisado pelos pesquisadores Luís Gustavo Guerreiro Moreira e Sued Castro Lima, tendo por base as discussões em equipe ao longo dos dois anos (2015-2017) de realização do projeto "A defesa do Atlântico Sul no contexto da Cooperação Brasil-África".

européias e de sua busca por mão de obra, matéria-prima e novos mercados. Caso *sui generis*, Camarões sofreu o domínio colonial de três poderes imperiais – Alemanha, França e Inglaterra – até sua independência e reunificação. Serra Leoa recebeu grandes contingentes de negros libertos das colônias inglesas nas Américas ou capturados pela marinha britânica em navios negreiros, trazidos para o território africano, particularmente para a cidade hoje chamada de *Freetown*.

Dos dois lados do oceano Atlântico, estamos lidando com antigas colônias que não lograram autonomia razoável. Os países da América do Sul, mais ocidentalizados e onde surgiram as primeiras manifestações nacionais, estão longe de se equiparar, em termos econômicos e militares, às potências do Norte. Já a África Subsaariana sequer curou as sequelas das guerras de libertação e vive em constante instabilidade política. Os efeitos da divisão geopolítica do território africano, a partir dos acordos estabelecidos entre as potências coloniais, persistem traumatizantes. Não há razoabilidade no estabelecimento de fronteiras terrestres do continente e isso agrava as tensões domésticas e regionais. Os conflitos são alimentados pelas disputas dos países hegemônicos.

Na atualidade, a estratégia política das grandes potências para manter seus domínios sobre as antigas colônias tem sido a formação de blocos econômicos sub-regionais. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA ou ECOWAS, na sigla em inglês) exemplificam como age o novo colonialismo, impondo o controle da política monetária dos Estados submetidos aos seus interesses. Por seu lado, Guiné-Bissau, fragilizada por sucessivos conflitos político-militares, ilustra bem as consequências negativas da política neocolonial perpetrada pelo governo francês.

3. A região do Atlântico Sul é um mosaico multifacetado de culturas, etnias e ambientes físicos, que resiste à insistência políti-

ca do sistema capitalista de homogeneizá-la, de modo a favorecer os lucrativos negócios de empresas multinacionais. Organizações influentes, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), são encarregadas de propagar tais padrões com o objetivo de internacionalizar o mercado conforme o modelo econômico neoliberal.

4. O crescimento do comércio internacional tem determinado a ampliação das rotas marítimas pelo Atlântico Sul, uma vez que sua localização geográfica serve de leito para a confluência de três outros oceanos: o Índico, o Pacífico e o Glacial Antártico. Esse fenômeno apresenta-se como justificativa para que as grandes potências transformem a área em zona de projeção de poder, buscando neutralizar as frágeis defesas dos atores regionais de ambos os lados do Atlântico Sul.

Nessa região, há diversos pontos geográficos decisivos para as transações mundiais. Seu eventual bloqueio militar paralisaria boa parte dos negócios internacionais e provocaria o descontrole da distribuição de mercadorias fundamentais nas articulações geopolíticas: as fontes energéticas. A África do Sul tem uma posição geográfica particularmente valorizada pela rota do petróleo oriundo do Oriente Médio, que passa ao largo de suas costas. A rota do Cabo é percorrida diariamente por dezenas de navios que transportam volume correspondente a cerca de 60% do petróleo destinado à Europa e aos Estados Unidos.

5. A existência de vastas jazidas petrolíferas e abundantes recursos pesqueiros torna o Atlântico Sul objeto da cobiça internacional. No intuito de garantir a exploração e o controle de tais riquezas, os dispositivos postos em prática pelas potências globais contribuem para fragilizar a ação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Os alvos preferenciais dessa ofensiva são

os Estados-membros com maior peso regional: Argentina e Brasil, na América do Sul; Angola e Nigéria, na África Subsaariana.

Os países com presença sistemática na região – França, Inglaterra, EUA e China – atuam no sentido de assegurar que suas necessidades energéticas sejam supridas por acordos em diversos campos. Podem, ainda, recorrer à força, como mostram a ocupação militar dos britânicos nas Malvinas e a instalação de bases estadunidenses em Ushuaia - Terra do Fogo e na região da Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina). No outro lado do Atlântico, as medidas se assemelham: houve a criação do United States Africa Command (AFRICOM), a implantação do projeto Guarda do Golfo da Guiné pelos EUA e o estabelecimento em Garoua - Camarões de uma base militar, sob o pretexto de monitorar as atividades de grupos terroristas. Essas iniciativas constituem enclaves em uma região de relevância estratégica.

6. A ZOPACAS foi idealizada como um instrumento de cooperação horizontal entre Estados nacionais. Sua emergência decorreu, particularmente, dos seguintes fatos: envolvimento de forças militares e serviços de inteligência estrangeiros na guerra civil em Angola; invasão da Namíbia e do sul do território angolano por tropas da África do Sul, sob regime do *apartheid*; e expansão para o Atlântico Sul da competição armamentista entre os poderes globais com a instalação de bases militares.

Os esforços, sobretudo, de Angola, Brasil e Nigéria estavam voltados para instituir uma zona de paz, cooperação e desenvolvimento que contemplasse os interesses e as aspirações dos países africanos e latino-americanos banhados pelo Atlântico. Buscava-se, assim, superar a secular divisão imposta pelos poderes coloniais, eliminar a intervenção de qualquer Estado de fora da região e evitar a ingerência do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que, desde sua origem, contemplou a atuação na zona do Atlântico Sul, conforme

evidencia a proposta abortada de criação do Tratado do Atlântico Sul, uma entidade similar à OTAN, cuja sigla seria OTAS.

Após as descobertas nas costas africana e sul-americana de grandes reservas de petróleo e minerais, a ZOPACAS adquiriu maior importância, tendo em vista organizar uma estratégia de defesa conjunta regional, sob controle dos países envolvidos. Porém, sem significativos investimentos políticos dos Estados-membros para fortalecer as relações de solidariedade Sul-Sul, a região tende a ser mais vulnerável a interesses extrarregionais, colocando em jogo a própria existência de uma zona de cooperação e integração do Atlântico Sul.

7. Há muito tempo o Ocidente está presente na África, sempre de forma agressiva e flagrantemente danosa. Embora boa parte do continente se localize no hemisfério norte, o usual é a literatura se referir à sua inclusão no “Sul”, um termo vago, carregado de estigma, empregado para caracterizar o que se enquadra de forma subordinada no mundo industrializado. O processo de colonização, marcado pelo traslado forçado da população africana ao longo de séculos, não pode ser facilmente comparado com nenhum. Durante alguns anos, os africanos resistiram à invasão europeia, mantendo o estrangeiro na periferia, e a penetração da força colonial tornou-se possível apenas com os meios técnicos disponíveis na Segunda Guerra Mundial.

Hoje, a “ocidentalização” da África se manifesta por meio de elites nacionais intelectualizadas, que conduziram a luta anticolonial e protagonizaram a criação de Estados nacionais. Embora festejado como resultante do processo civilizador, o Estado revela seu caráter sombrio, sanguinolento e destrutivo. A construção de nacionalidades legitimadoras de Estados implica o aniquilamento de crenças, valores e práticas ancestrais; requer memórias coletivas distanciadas de tradições vivas e palpantes; destrói saberes preciosos, além de provocar irreversíveis mudanças no meio físico.

O capitalismo vem drenando permanentemente as riquezas africanas. No subsolo sul-africano, por exemplo, encontram-se 50% das reservas mundiais de ouro, 25% das de diamantes, 69% das de platina e 82% das de manganês; o país ocupa o terceiro lugar na produção mundial de urânio. Em paralelo à corrupção endêmica de lideranças políticas, a África é saqueada em muitos bilhões de dólares, por meio de pagamentos de “serviços da dívida”, de lucros de investimentos de toda ordem e da exploração das riquezas naturais. Assim, são financiadas as classes dominantes ocidentais, mediante o baixo preço das matérias-primas, o desprezível salário recebido pelos africanos e a devastação ambiental. A África foi e persistirá sendo objeto de disputa sangrenta, porque tem o que o desenvolvimento capitalista precisa: energia, minérios, terra para produção de alimentos, biodiversidade, criatividade e um mercado consumidor em rápida expansão.

Os estudos e as discussões dessa equipe pesquisadora, ao longo dos dois anos de vigência do projeto que financiou esse livro (2015-2017), apesar dos desafios decorrentes da instabilidade política do período e das alterações em sua composição, que afetaram parcialmente o trabalho, permitem apresentar algumas recomendações no que diz respeito à política coletiva de defesa do Atlântico Sul e ao papel que cabe ao Brasil, enquanto liderança regional. Deste modo, espera-se contribuir com os formuladores de políticas públicas de defesa.

É fundamental se constatar que os estudos sobre a defesa do Atlântico Sul, no contexto da cooperação Brasil-África, devem considerar fortemente a análise das propensões imperialistas dos países industrializados e a disposição de uso de seus recursos militares. Atenção especial precisa ser dada ao crescente protagonismo estadunidense na África, desalojando os atores de intervenções europeias. As forças ianques vêm se tornando cada vez mais presentes,

derramando-se por todo o continente, através de pequenas bases militares, projetadas para terem capacidade de rápida expansão.

No reordenamento geopolítico em curso, além das iniciativas dos Estados Unidos, observa-se a avassaladora presença da China, a reintrodução da Rússia como protagonista global e a ascensão brasileira no continente africano, ora em retração. Do ponto de vista da defesa do Atlântico Sul, o principal dado a ser retido pelo Brasil é o crescimento da disputa sino-estadunidense na África.

A política brasileira para o Atlântico Sul deve ser necessariamente multifacetária e implementada por diferentes instrumentos de Estado. Em que pese sua posição como uma das maiores economias do mundo, o Brasil não competirá vantajosamente com potências mais capazes do ponto de vista tecnológico e industrial.

O grande desafio posto à atuação do Brasil para um planejamento estratégico da defesa do Atlântico Sul é a superação da mentalidade colonial que caracteriza suas elites políticas, econômicas, intelectuais e militares. Não ocorre ao colonizado o estabelecimento de estratégias de defesa, visando autonomia efetiva. Essas elites resistem à redução das profundas desigualdades herdadas do passado escravista, persistem de olhos voltados para as metrópoles europeias e para os Estados Unidos, rejeitam propostas de aproximação com os vizinhos sul-americanos e veem a África como um mundo distante e sem perspectivas promissoras.

Se a mentalidade colonial das elites civis é ostensivamente demonstrada, a percepção da cultura militar necessita de olhar mais atento. Atualmente, as Forças Armadas brasileiras parecem mais abertas à aproximação com a África e, inclusive, escolas militares nacionais passaram a receber um número crescente de estudantes africanos. Contudo, os movimentos sul-americanos em defesa de reformas sociais e de novos alinhamentos internacionais são mal vistos nas casernas. Com tal mentalidade, é difícil o militar brasileiro tomar iniciativas consoantes à importância e à natureza de seu papel do outro lado do Atlântico.

Além disso, é da natureza do militar se identificar com os que detêm a força. As corporações militares brasileiras persistem demasiado dependentes da produção dos países industrializados. Durante a ditadura, os oficiais projetaram uma indústria de defesa, esquecendo que sua viabilidade dependeria de investimentos permanentes e, sobretudo, da existência de consumidores externos, conquistados por laços de cumplicidade forjados paulatinamente. A presença brasileira na África e a aproximação com os vizinhos sul-americanos teriam ajudado a manter a capacidade da indústria brasileira de defesa. Para jogar como ator soberano, o Estado brasileiro precisa reformar em profundidade suas instituições militares de maneira que retratem os desígnios da sociedade, superando o seu conservadorismo e os traços da cultura colonial-escravista.

No tocante ao desenvolvimento tecnológico, a busca da autonomia está mais voltada para os acordos com potências industriais do que para parcerias com instituições nacionais, capazes de desenvolver conhecimento próprio. Trata-se de um caminho longo, mas, sem dúvida, sólido e promissor.

O Brasil dispõe de um sistema acadêmico de certo porte, principalmente devido às iniciativas realizadas na última década. Entretanto, são limitadas e pontuais as parcerias mantidas com as Forças Armadas. Certamente, as instituições de ensino superior responderão às demandas de pesquisa e experimentação, embora o país careça de uma agência de fomento especializada em pesquisa de material de defesa. Projetos das Forças Armadas brasileiras poderiam ser efetivados em conjunto com países africanos. Se a defesa do Atlântico Sul depende da colaboração com a África, é de interesse do Brasil o desenvolvimento da capacidade técnica e científica dos africanos.

A participação do militar brasileiro em missões de paz na África representa uma oportunidade de acumular conhecimentos sobre o continente, além de alimentar boas relações e cultivar uma

imagem positiva do Brasil. O aprendizado nestas missões carece de sistematização e ampla difusão na sociedade brasileira.

Por fim, a defesa do Atlântico Sul demanda a inclusão das Forças Armadas brasileiras em múltiplas atividades voltadas para o estreitamento das relações do Brasil com os países africanos e sul-americanos. Esse seria o modelo de atuação capaz de contribuir para desfazer os laços que reservaram o imenso espaço sul-atlântico aos desígnios imperialistas.

Mônica Dias Martins (UECE): *Os estudos da defesa constituem campo pleno de desafios que dizem respeito ao direito dos cidadãos a uma existência livre de qualquer tipo de ameaça, à liberdade dos povos e à soberania dos Estados nacionais.*

André Roberto Martin (USP): *Para nós que vivemos acostumados a admirar esses “verdes mares”, o nome Atlântico Sul projeta, antes de mais nada, um sonho: o de que esta seja sempre uma zona de paz e cooperação entre seus povos.*

Eli Alves Penha (UERJ): *A ZOPACAS pode se constituir num fórum privilegiado de reflexões e ações, não só relativo aos esforços de integração regional, mas como meio de assegurar a defesa e segurança dos países sul atlânticos.*

Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (UNILAB): *Que significado adquire a ideia da ZOPACAS, em um contexto marcado por múltiplas pertenças de comunidades nacionais inseridas numa encruzilhada tripartida atlântica entre a África, a América Latina e a Europa?*

Manuel Domingos Neto (UESPI): *O maior desafio para um planejamento estratégico da defesa do Atlântico Sul é a superação da mentalidade colonial das elites políticas, econômicas, intelectuais e militares da América do Sul e da África Subsaariana.*